

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

JOÃO AUGUSTO NEVES PIRES

CULTURA DIGITAL NA PERIFERIA DE UBERLÂNDIA:
(DES)ENCONTROS DE UMA INCLUSÃO PERVERSA

UBERLÂNDIA
2013

JOÃO AUGUSTO NEVES PIRES

CULTURA DIGITAL NA PERIFERIA DE UBERLÂNDIA:
(DES)ENCONTROS DE UMA INCLUSÃO PERVERSA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel e licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Antônio de Almeida

UBERLÂNDIA

2013

João Augusto Neves Feres

Cultura digital na periferia de Uberlândia:
(Des)Encontros de uma inclusão perversa

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Instituto de História da
Universidade Federal de Uberlândia,
como requisito parcial à obtenção do
título de bacharel e licenciado em
História.

Orientador: Prof. Dr. Antônio de
Almeida

Uberlândia, 28 de Janeiro de 2014

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antônio de Almeida (Orientador) – INHIS / UFU

Prof. Dr. Mônica Campos – INHIS / UFU

Ms. Roberto de Oliveira Camargos

Aos meus pais, Vera Lúcia e Clauberto Garcia, por me ensinarem a sentir a vida.

In memoriam, Mãe Dela, Dona Oripia (mulheres fortes que sobreviveram) e Seu Eurípedes, por me ensinarem o sentido da luta e do socialismo popular.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, a Deus, representação simbólica das energias que regem nosso universo – Viu mãe, não esqueci!

Depois, a minha velhinha que tanto me incentivou e acreditou, junto comigo, em meus devaneios. A meu pai, velho companheiro, das lutas, dos momentos de angústia e alegria. As minhas queridas irmãs, Karina e Saira, por sempre se orgulharem de minhas utopias. Meus Tio Augusto e Tia Sara por estarem sempre próximos, mesmo nas distâncias. A Nininha, Dedê, Claudirce, Totô, Cleonides, Ana, Fátima, Silvia, Claudio, Lidi, Nathalia, Sinval, Gustavo, Carol, Mariana, Gabriel, Jhonata e Junior, enfim a família Pires, por compreenderem minhas permanências e ausências. A los tíos y amigos del Paraguay, también les agradezco por enseñarme a amar mi País y mis origenes y así dar sentido a mi lucha. Gracias Rita, Raúl, Derlís, Igor, Sammi, Paulo, Julio, Antônio, Caperu, Walter, Ricardo, Jorge, Marito y los demás.

A Renata Sanchez (menina dos meus sonhos), Fred, Rô, Robertinha, Rodrigo, Rafael, Dona Cida e Luaninha, agradeço pelos anos de sinceros carinhos.

Aos (as) grandes mestres, Alex Carvalho, Leide Alvarenga e Arlindo José, pessoas que me mostraram que “as nuvens não eram de algodão” e que há muito que fazer.

Ao meu querido orientador Antônio de Almeida, que pacientemente me acolheu durante minhas primeiras empreitadas no labirinto da historiografia.

Grupo de Pesquisa em Educação e Culturas Populares (GPECPOP), em especial aos Professores(as) Gercina, Myrtes, Mariene, Benerval, Olenir e Karina que me apresentaram o mundo da Educação Popular e aos demais bolsistas/pesquisadores que estiveram dia-a-dia plantando novas sementes para um país sem desigualdades.

Coletivo (Re)Ação, espaço de troca, conquistas e fracassos. Mário, Douglas, Emyli, Elayne, Bruno e Raphael, tão bom poder sonhar junto com todos vocês! A meninada do Coletivo, também sou grato, por me questionarem e me apresentarem outras realidades.

A ONG Ação Moradia por ser ali meu espaço de construção com os amigos(as) da Zona Leste de Uberlândia. Em especial Elianne e Oswaldo Setti que abriram as portas da Ação Moradia para minhas criações e me cederam, junto com Fred Sanchez, documentação necessária para a pesquisa.

Grande Betinho e Lígia, por sempre estarem abertos as minhas fabulações.

Natásia (Nat), Tio Nelson e Tia Cláudia, por acreditarem em mim!

Aos amigos(as): Gustavo (pelos dias de rock'n'roll), Clarinha (a bailarina), Michalichem (meu diretor), Gui (meu ator), Eluh (nossa musa), Salviano (a vida é um carnaval!), Agson (Administrador), Robinho (Doutor), Fernandinho (o poetinha), Camila (irradiante), Jacqueline (blue eyes), Noelle (eterna Fêr), Mariana (Criatura), Jean (Skheak), Lígia (a ruiva), Adelina (mulher forte).

Às bandas de Post-Rock e Hard Core que compuseram harmonias que muito contribuíram para meu processo de criação.

E por fim, aos mestres, técnicos e colegas que passaram por minha vida na Escola de Educação Básica (ESEBA/UFU), Colégio Agrícola de Uberlândia, Escola Estadual Messias Pedreiro e na Universidade Federal de Uberlândia.

Medrosos de todo o mundo, unir-vos
uns aos outros na rede, entredando-os.
Porque só assim vocês poderão perder
vossos medos.

CASTELLS, 2011

RESUMO

O texto aqui apresentado pretende enfrentar os debates, e de certa forma os sentidos e sentimentos, que percorrem as políticas de inclusão digital no Brasil. Será, desta forma, o Projeto Casa Brasil, que foi implantado no ano 2007 na ONG Ação Moradia – localizada na periferia da Zona Leste de Uberlândia –, o espaço de inserção de minhas problemáticas sobre a cultura digital na periferia e as dimensões da inclusão perversa que estão por de trás das políticas da sociedade em rede. Para tanto, voltar-me-ei às narrativas dos moradores de bairros populares que participaram do Casa Brasil criado durante o governo Lula (2003 – 2010). Governo que, respaldado por uma política internacional, implementou no Brasil um conceito de inclusão digital e, arrisco dizer, de cultura digital. Assim sendo, por meio do entrecruzamento de fontes orais e documentais, sustentado por referenciais teóricos que compreendem o espaço político de maneira complexa, no qual cabem, em sua extensão, as racionalidades, sentimentos e sensibilidades dos sujeitos sociais, discuto a maneira pela qual faz sentido ou não para as pessoas que vivem na periferia se conectarem a sociedade em rede.

Palavras chaves: periferia, tecnologias digitais, políticas de inclusão digital, cultura digital.

RESUMEN

El texto aquí presentado pretende enfrentar los debates, y de cierta manera los sentidos y sentimientos, que caminan por las políticas de inclusión digital en el Brasil. Será, entonces, el Proyecto Casa Brasil, que implantado en el año de 2007 en la ONG Ação Moradia – ubicada en los barrios pobres de la Región Leste de Uberlândia –, el espacio de inserción de mis cuestiones sobre la cultura digital en la periferia y sus dimensiones de la inclusión perversa que están por detrás de las políticas de la sociedad en red. Para eso, me volveré a las narrativas de los que viven en los barrios populares y que participaron del Casa Brasil creado en el gobierno Lula (2003 – 2010). Gobierno que, respaldado por una política internacional, implemento en Brasil un concepto de inclusión digital y, arriesgo a decir, de cultura digital. Así, por medio del entrecruzamiento de fuentes orales y documentales, sustentado por referenciales teóricos que comprenden el espacio político de manera compleja, en lo cual caben, en su extensión, las racionalidades, sentimientos y sensibilidades de los sujetos sociales, discuto la manera pela cual hace sentido o no para las personas que viven en la periferia se conectaren a la sociedad en red.

Palavras claves: periferia, tecnologías digitales, políticas de inclusión digital, cultura digital.

SUMÁRIO

PRIMEIROS MOMENTOS ANTES DO PROPRIAMENTE DITO

2 – 21

JUVENTUDE, PERIFERIA E CULTURA DIGITAL: REALIDADES DA
INCLUSÃO PERVERSA

22 – 42

OS DISCURSOS E AS PRÁTICAS DA INCLUSÃO DIGITAL

43 – 77

CASA BRASIL, SONHOS QUE SONHARAM POR NÓS?

78 – 107

ÚLTIMOS MOMENTOS DEPOIS DO QUE FOI DITO

108 – 114

RELAÇÃO DE FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

115 - 124

ANEXOS

125 - 144

PRIMEIROS MOMENTOS ANTES
DO PROPRIAMENTE DITO

A vida cotidiana é superprogramada, superorganizada, supercomprimida pelas pressões do instante e os imperativos da rapidez. Mas o futuro é carregado de interrogações inquietas sobre o emprego, sobre as situações, a arte de viver e os riscos de morrer, a bancarrota financeira do Terceiro Mundo e a guerra nuclear.

Jean Chesneaux

O fazer cotidiano é algo que está sempre se movimentando e se reproduzindo, imbricado com passado, presente e vontades futuras, por isso, ao (tentar) narrá-lo estamos (re)significando e construindo símbolos e signos de nossa cultura e sociedade. As fontes históricas nos fazem escutar e perceber os sujeitos que estão (?) engendrados nesses processos; apreendemos sentidos e sentimentos que são tecidos pelos contemporâneos daquele momento. Desse modo, é condição fundamental para melhor compreensão das mudanças nas atuais (rel)ações sociais, uma investigação alicerçada nos documentos e processos históricos que nos possibilite visualizar a maneira pela qual estamos nos relacionando com as tecnologias digitais frente a esta profusão de informações e de encontros, em espaços e tempos diversos, que elas nos proporcionam. Considerando, como pontua Freire (2005), que “vista criticamente, a[s] tecnologia[s] não é senão a expressão natural do processo criador em que os seres humanos se engajam no momento em que forjam o seu primeiro instrumento com que melhor transformam o mundo”, entender essas criações humanas diz respeito à verificação das diferentes vozes que refletem o contexto atual e suas diferentes apropriações.

As tecnologias digitais vêm, já há alguns anos, ocupando espaços em nosso cotidiano sem que haja tempo para movimentações que retardem tal processo. Nas ruas, casas, lojas, empresas, escolas, aeroportos e rodoviárias sentimos o cheiro, o gosto e o peso do “fantasmagórico milagre” das tecnologias. Assim, resta-nos, criadores e usuários dessas máquinas, problematizar o sentido que elas fazem em nossas vidas e de que maneira elas ocupam nosso dia a dia, transformando nossa maneira de *ser* e *estar* no mundo, para que sejamos críticos do processo que partilhamos nessa sociedade moderna e eletrotécnicizada.

Se por um lado nossa sociedade vem passando por um processo de transformação no que diz respeito às apropriações das tecnologias no cotidiano das

peças, por outro as diferenças sociais, instauradas e agravadas em diferentes momentos da história pelo sistema capitalista, seguem sendo seu “nó górdio”, fazendo ressurgir, a todo instante, movimentos sociais que acusam a exclusão social e agora, neste novo contexto que pretendo analisar, a exclusão digital. Por isso não podemos ser românticos a ponto de pensar que a difusão de aparatos técnicos por todos os rincões da sociedade eliminará as desigualdades do sistema fazendo com que o capitalismo altere sua face de dominação. Pelo contrário, o que verificamos em um passar de olhos – crítico, é claro – pela nossa sociedade é um aprofundamento nas relações de exploração e dominação, como também a diferença de acesso a bens (i)materiais entre ricos e pobres. As tecnologias digitais, nesse sentido, apesar do discurso da sua capacidade de dar acesso àqueles que estiveram excluídos historicamente, encontra-se preenchida de (pré)conceitos da sociedade capitalista, questões essas que tem significação profunda no social e que devem ser consideradas ao pensarmos suas imbricações no mundo contemporâneo.

Essas impressões ou entendimentos, acima esboçados, amadureceram e ganharam forma a partir de Projetos de Extensão em que participei durante o período de minha graduação. Vivenciando ações voltadas para os bairros periféricos na cidade de Uberlândia, pude verificar os usos das tecnologias digitais no cotidiano das pessoas pobres, excluídas socialmente. Observei como o celular e o computador com internet eram apropriados para comunicar com os distantes, para informar sobre os acontecimentos do mundo ou para produzir e distribuir seus conhecimentos pela rede.

Envolvendo-me cada vez mais com projetos de extensão e com atividades voltadas para o uso das tecnologias em sala de aula e em espaços de produção de saberes (telecentros e salas de multimídias), descobri o projeto Casa Brasil, o qual era desenvolvido no âmbito da ONG Ação Moradia e usufruído pelos moradores dos

bairros Alvorada, Dom Almir, Morumbi e Zaire Resende, e pelas pessoas que viviam nas áreas de ocupação, Celebridade, Joana D'Arc, Prosperidade, São Francisco; que estão entre e ao entorno dos bairros mencionados. O que me inquietou no Casa Brasil, primeiramente, foi seu caráter singular enquanto proposta governamental para inclusão social e digital. Em texto escrito pelos formuladores do projeto, o aspecto da transversalidade de saberes e a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação, conjugados com atividades culturais com a comunidade, chamaram-me a atenção, despertando o meu interesse em saber mais sobre a peculiaridade de tal proposta. Contudo, ao caminhar pela ONG Ação Moradia e pela comunidade, o que salta aos olhos é o pouco que restou desse projeto oficial, que investiu, nacionalmente, R\$224 milhões somente no ano de 2005, quando foram implantadas suas primeiras cedes, valor esse triplicado em 2007, ano em que foi implantado o projeto na região. Dos quase R\$300.000,00 (trezentos mil reais) que foram investidos no projeto em Uberlândia, são quase invisíveis as suas reverberações na comunidade. Além das pinturas nas paredes, velhos computadores no telecentro e lembranças dos participantes do projeto, não há resquícios do objetivo principal assinalado pelos órgãos federais, os quais pretendiam com "(...) o uso intensivo das tecnologias da informação e da comunicação capacitar os segmentos excluídos da população para a inserção crítica na Sociedade do Conhecimento, superar e romper a cadeia de reprodução da pobreza"¹.

A região continua reproduzindo a pobreza, a violência, a exclusão social e digital, mas não posso ser fatalista a ponto de pensar que o Casa Brasil não gerou transformações/modificações no espaço e nas pessoas que ali transitavam. Seguindo a reflexão de Michel De Certeau (2011), também vejo o espaço forjado pelo cruzamento

¹ BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Projeto Casa Brasil. Disponível em: <<http://www.casabrasil.gov.br/>>. Acesso em: 27 ago. 2011.

de móveis, alimentado pelo conjunto dos movimentos e relações que aí se desdobram. Por isso, entender a comunidade e seus habitantes, como também o Casa Brasil e os vetores que o atravessaram exige uma leitura mais cautelosa do passado e das formulações que por ali passaram e se transformaram. Desse ponto de vista, analiso o Casa Brasil sabendo que “existem tantos espaços quantas experiências espaciais distintas [nos laboratórios, na biblioteca, no saguão, no Telecentro, na sala de reuniões, enfim em todo o ambiente do projeto]. A perspectiva é determinada por uma ‘fenomenologia’ do existir no mundo”².

Há diferentes maneiras de abordar as problemáticas sobre as tecnologias digitais na sociedade contemporânea; utilizar diferentes referências teóricas e escolher trilhar determinados caminhos para refletir sobre algum tema é um processos comum a todos os pesquisadores que pretendem se debruçar sobre as (rel)ações humanas e a partir daí refletir sobre a sociedade em que vivemos. Neste trabalho, como já foi frisado, o programa governamental Casa Brasil de inclusão digital implantado durante o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), será o ponto de partida para iniciar minha caminhada na tentativa de respostas às problemáticas acima levantadas. Assim, o projeto realizado durante os anos de 2007 a 2010, em parceria com a Organização Não Governamental (ONG) Ação Moradia no bairro Morumbi – localizada na periferia da cidade de Uberlândia/MG – será um campo rico de análise e compreensão da maneira pela qual as pessoas pobres, excluídas socialmente, moradoras da periferia da cidade em foco, e os gestores, coordenadores e demais participantes do projeto usam as tecnologias digitais, e quais os significados atribuídos a esses aparatos. A preocupação é descortinar, de alguma maneira, os (não)sentidos da Cultura Digital na contemporaneidade, pois, como alerta

² CERTEAU, M. de. *A invenção do Cotidiano*. 1. Artes de fazer. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. Tradução de: Ephraim Ferreira Alvez, p.185.

Tapias, “nossa cultura, com todo o seu *digitalismo*, continuará a alimentar o sem-sentido mais desumanizador enquanto persistir impassível diante de tantos e tantos naufragos.”³

Para chegar a tal objetivo escolho transitar brevemente pelos discursos e práticas do Governo Federal e problematizar a maneira pela qual os gestores públicos entendiam (entendem) a Cultura Digital, sem perder de vista as pessoas que, enquanto beneficiárias desses projetos de governo, “usam” e se colocam no mundo das tecnologias. Por isso busco compreender, também, até que ponto as políticas e projetos de governo correspondem aos sentidos que a sociedade atribui às questões sociais e culturais que a constitui.

Tendo em vista que a sociedade das redes de informação traz consigo um alargamento de nossas experiências, em que a convergência de produtos e ações humanas nos ciberespaços proporciona uma nova ordem de interação e compartilhamento de saberes, estou de acordo que é

necessário entender essa nova constelação, que é de ordem fenomenológica (pois traduz a natureza do próprio fenômeno tecnossocial e comunicacional) e ao mesmo tempo de ordem epistemológica (pois revela o estado avançado na arte da investigação científica sobre os processos comunicativos).⁴

Assim, tenho como objetivo geral em minha pesquisa entender, por meio do Projeto Casa Brasil, essa “nova” dimensão social e cultural da contemporaneidade. Mais que isso, cabe analisar o alcance das políticas governamentais nessa área de

³ TAPIAS, A. J. P. *Internautas e naufragos. A busca do sentido na cultura digital*. São Paulo: Loyola, 2006, p. 12 (grifos do autor)

⁴ PAIVA, C. C. de. *Metamorfoses epistemológicas no campo da Comunicação: convergências sociais e tecnológicas*. In: PAIVA, C. C. de. et al. (Org.). *Afrodite no ciberespaço: A era das convergências*. João Pessoa: Marca de fantasia, 2010, p. 20.

“inclusão” digital, procurando compreender as “táticas e estratégias” adotadas pelos moradores dos bairros pobres ao tomarem contato com a Cultura Digital. Dito de outra forma, minha intenção com esta pesquisa é, de certa forma, contribuir para a compreensão da Cultura Digital, em especial quando relacionada às pessoas pobres e excluídas socialmente, que vivem nas periferias das grandes cidades, como é o caso deste objeto de pesquisa. Como essas pessoas lidam com as tecnologias digitais no seu cotidiano? Até que ponto suas respostas se aproximam ou se distanciam das políticas e programas governamentais? Quais comportamentos podem ser detectados entre esses sujeitos sociais, decorrentes da emergência desses ciberespaços⁵ e das demais ferramentas em uso nessa sociedade cada vez mais informatizada?

O Casa Brasil, como tantos outros projetos do Governo Federal⁶, propunha a inclusão social de pessoas de baixa renda e escolaridade, que viviam em bairros periféricos de grandes cidades, por intermédio da inclusão digital. Nesse sentido, o ensino técnico será “direcionado para o entendimento da lógica de utilização e funcionamento do sistema operacional, das interfaces gráficas, dos aplicativos de maneira geral e demais tecnologias digitais. Dessa forma o usuário aprenderá a utilizar as tecnologias de forma autônoma e genérica.”⁷. Todavia, é necessário compreender o que o governo entende como “uso de maneira autônoma e genérica”.

⁵ Entendo como ciberespaço ou espaço cibernético aquele no qual seus navegantes se encontram na posição de agentes (inter)ativos e produtores daquele espaço multimídia, se posicionando e se colocando como parte, também criadora, das inteligências coletivas. Já que o ciberespaço é o espaço “móvel [de convergência] das interações entre conhecimentos e conhecedores de coletivos inteligentes desterritorializados” Sobre o tema ver: LEVY, P. *A inteligência coletiva. Por uma antropologia do ciberespaço*. 7 ed. São Paulo. Loyola, 2011. Tradução de: Luiz Paulo Rouanet (citação p. 29 do mesmo livro)

⁶ O site <http://www.inclusaodigital.gov.br/programas> do Governo Federal disponibiliza informações de projetos atuais de inclusão digital, como também antigos projetos realizados pelo governo anterior.

⁷ BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Projeto Casa Brasil*. Disponível em: <<http://www.casabrasil.gov.br/>>. Acesso em: 27 ago. 2011.

Como o projeto governamental compreende a responsabilidade de capacitar as pessoas para viver no mundo digital e “romper com a reprodução da pobreza”?

Além de verificar a concepção, a legislação e as medidas oficiais de implementação do projeto, procurarei verificar as imbricações do projeto Casa Brasil no bairro Morumbi de Uberlândia e a maneira pela qual os moradores do bairro participaram do projeto, pois, como mostra Certeau (2011), incapazes de se afugentar e cada vez mais coagidos por esses amplos enquadramentos da sociedade capitalista, só resta às classes populares “a astúcia, ‘dar golpes’, encontrar no oceano eletrotécnicizado e informatizado a ‘arte’ dos caçadores ou rurícolas antigos”⁸.

Entendo que as intenções por trás das relações de poder, as ideologias, tanto de esquerda quanto de direita, também estão a todo instante presentes nos projetos de inclusão digital, construindo e desconstruindo discursos. Nesse aspecto, procuro interpretar a maneira pela qual os agentes/órgãos governamentais e a população pobre do bairro Morumbi trazem a tona, durante o desenvolvimento do projeto Casa Brasil, seus objetivos, expectativas e frustrações em relação à sociedade informatizada.

Uma emissora de televisão nordestina, ao relatar – divulgar – uma ação do Casa Brasil, em uma das cidades do nordeste brasileiro, revela uma das contradições existentes na realização do mesmo. A repórter, ao narrar a produção de bonecos, com sucatas de computadores e outras máquinas velhas, pontua que “(...) a iniciativa surgiu como uma maneira de levantar recursos para instituição que está começando a realizar projetos sociais na cidade e precisa manter o funcionamento da casa”⁹. Se por um lado essa fala mostra a inventividade dos organizadores locais e dos usuários para superar as dificuldades enfrentadas pelo projeto, por outro ela também traz a tona as

⁸ CERTEAU, 2011, p. 51.

⁹ Reportagem Jornal JV s/d. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=0--EDW6llhOU>. Acesso em: 15 set. 2011.

contradições existentes no discurso do projeto apresentado pelos pesquisadores/coordenadores do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em que estes apresentam que o

combate à exclusão social e a promoção da cidadania ativa deve ser uma política pública transversal, que perpassa diversas áreas do saber e de atuação do Governo Federal. *O estímulo à ampliação da interface entre órgãos governamentais e empresas estatais é uma boa prática de gestão pública*, e contribui para a eficácia do papel do Estado enquanto agente de promoção de igualdade social.¹⁰

Quando o Governo Federal e os órgãos responsáveis pelo projeto estão distantes das dificuldades e peculiaridades relativas às cidades que são contempladas pelo Casa Brasil, cumprindo o papel de meros supervisores – falhando em alguns momentos como visto na fala da repórter – e contribuintes financeiros, as ações e as propostas que surgem no decorrer do projeto ficam a deriva, fragilizando, em alguns momentos, o alcance e os objetivos de inclusão social e digital.

O que me interessa nessas situações de dificuldade são as emoções que dali emergem; agonias, frustrações, alegrias, vontades de desistir e continuar, enfim, sentimentos que serão levados em consideração durante minha investigação. Parto da compreensão de que as falas e impressões deixadas durante o percurso me possibilitarão entender como esses sujeitos se relacionam e se “conectam” com o Casa Brasil e com a Cultura Digital. Ou seja, em busca de respostas para as inquietações aqui externadas, procurarei analisar os discursos e as ações ocorridos antes, durante e depois da realização do projeto desenvolvido naquela comunidade, a fim de apreender o impacto causado – com a inserção dessas pessoas à Cultura Digital – naquele lugar,

¹⁰ BRASIL, op cit., p.2. (grifo meu)

procurando entender como os sujeitos que participaram desse processo receberam, assimilaram e (re)significaram as “informações ali processadas”.

Vale frisar que o projeto Casa Brasil aqui analisado foi realizado na região leste da cidade de Uberlândia, a fim de atender os moradores dos bairros populares e das áreas de ocupação, por isso me limitarei a trabalhar com esta realidade, sem perder de vista as transversalidades históricas e sociais da região com a cidade, estado e país em que esta situada a zona leste. Do mesmo modo, meu recorte temporal diz respeito ao tempo em que o projeto estava em atividade, quer dizer entre os anos de 2007 e 2010, considerando sempre que o emaranhado tempo não se restringe a datas fixas, mas transita por diferentes tempos e espaços.

Do mesmo modo, no decorrer de minhas abordagens, pretendo fugir da imagem consagrada da sociedade contemporânea enquanto uma “aldeia global” que se exprime e se justifica a partir do universo tecnológico e das relações transversais entre tempo e espaço. Pelo contrário, comungo com a reflexão de Ortiz (1994), de que dificilmente poderíamos pensar a nossa sociedade como uma aldeia global homogênea, mesmo sabendo do novo contexto proporcionado pelos usos intensivos das tecnologias digitais, pois, como ele pontua, as técnicas estão inseridas em condições históricas objetivas. Prefiro pensar, deste modo, em uma sociedade e uma “cultura mundializada”¹¹ correspondente a mudanças de ordem estrutural. Essas transformações, que consideraremos mais adiante, constituem a base material sobre a qual se sustenta sua contemporaneidade”¹².

¹¹ A preferência pelo termo mundialização se dá pelo erro cometido entre diferentes pesquisadores sobre cultura e sociedade ao tentar construir uma reflexão que despreza a complexidade das relações sociais. Pois, como demonstra Ortiz(1994) a categoria mundo esta imbricado em duas dimensões, tanto no plano econômico e tecnológico, como na “visão de mundo” ou melhor no “universo simbólico específico à civilização atual”, noções não problematizadas pelos defensores do termo globalização.

¹² ORTIZ, R. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994, p. 15

Diante disso, problematizo as tecnologias digitais como possíveis potencializadores do processo e da totalidade da mundialização, contudo devo atentar que

O processo de mundialização é um fenômeno social total que permeia o conjunto das manifestações culturais. Para existir, ele deve se localizar, enraizar-se nas práticas cotidianas dos homens, sem o que seria uma expressão abstrata das relações sociais. Com a emergência de uma sociedade globalizada, a totalidade cultural em termos sistêmicos, a “situação” na qual se encontravam as múltiplas particularidades.¹³

Para tanto, me valerei das críticas de Raymond Williams e E. P. Thompson à História Social a fim de escapar dos velhos erros, de cunho teórico e metodológico, cometidos por determinadas leituras historiográficas, as quais nos levaram a uma compreensão amórfica dos processos históricos. Ambos contribuíram para a historiografia, e principalmente para a historiografia marxista, problematizando a maneira pela qual os historiadores pensavam a sociedade e a Cultura. Esses autores, distanciando-se de universalismos abstratos e lineares, compreenderam a Cultura imbricada à sociedade, considerando-a como um processo social constitutivo que propicia “estilos de vida” específicos e diferentes a partir de um processo social, material, espacial e temporalmente localizado. Williams parte de uma leitura bastante diferente daquela que, “definindo a “vida intelectual” e as “artes”, foi comprometida pela evidente redução a uma condição de “superestrutura”, cabendo o seu desenvolvimento àqueles que, no processos de sua idealização, romperam as ligações necessárias com a sociedade e a história.”¹⁴.

¹³ Ibid. p. 15.

¹⁴ WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 25.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Thompson (1998) esclarece que as Culturas, como os costumes populares, devem ser interpretadas a partir de uma perspectiva que a compreenda como matéria de fluxo (fluxo contínuo), pois, como ele pontua, esta é uma “arena de elementos conflitivos”. Assim, para pensá-la deve-se considerar o contexto social, verificando o “equilíbrio particular de relações sociais”, situando-a no lugar material que lhe corresponde. Por fim, para descortinar o emaranhado que representa a Cultura, o autor chama a atenção para a necessidade de “desfazer os feixes e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume pelas gerações” como também “o seu desenvolvimento sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho”¹⁵.

A partir dessas leituras, percebo que, mais do que considerar as tecnologias digitais como aparatos técnicos que influenciam e determinam as transformações nos diferentes níveis da sociedade – economia, política e cultura –, é necessário compreender primeiramente que tais produtos são ressignificados a partir de um contexto social – por isso a importância da delimitação espacial e temporal. Por conseguinte, se faz necessário também uma abordagem que valorize as relações sociais e o peso das tecnologias na atual rearticulação social, dentro de condições históricas objetivas para a partir daí “decodificar” as expressões simbólicas e revelar regras invisíveis, camufladas entre e nas relações sociais, já que “são sempre a prática e o uso contemporâneos que fazem desses elementos e especializações uma *cultura*”¹⁶.

Seguindo essa reflexão sobre Cultura, insiro-me no debate sobre a Cultura Digital na contemporaneidade, defendendo, já de início, que ela tem muito a

¹⁵ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998, p. 22.

¹⁶ WILLIAMS, R. *Política do modernismo: Contra os novos conformistas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011, p. 142.

contribuir para as relações humanas, pois as mídias digitais são meios de “profusão de materiais simbólicos que podem fornecer aos indivíduos os meios de explorar formas alternativas de vida de um modo imaginário e simbólico; e conseqüentemente permitir-lhes uma reflexão crítica sobre si mesmos e sobre as reais circunstâncias de suas vidas”¹⁷. Nesse sentido, J. B. Thompson (2011), ao discutir o novo tipo de interação intermediada, que participa da construção do self¹⁸, mostra de que forma a modernidade e a Cultura Digital vêm contribuindo para esta disseminação de recursos simbólicos que dão novas direções e experiências para a construção do self, pois antes do desenvolvimento da mídia, os materiais simbólicos dispostos para sua formação eram adquiridos em contextos de relação face a face. Em suas palavras:

Hoje vivemos num mundo no qual a capacidade de experimentar se desligou da atividade de encontrar. O sequestro das experiências de locais espaço-temporais da vida cotidiana vai de mãos dadas com a profusão de experiências mediadas e com a rotineira mistura de experiências que muitos indivíduos dificilmente encontrariam face a face.¹⁹

Portanto, ao aprofundar a reflexão sobre essas manifestações sociais e culturais que permeiam a contemporaneidade, configuradas sobre a forma de Cultura Digital, é preciso estar atento às forças de dominação que estão no centro dos poderes instituídos com pretensões de ter o monopólio dos discursos qualificados. Dessa forma, a tese do Multiculturalismo Crítico, pensada pelo filósofo Douglas Kellner, é de grande valia

¹⁷ THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia*. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. Tradução de: Wagner de Oliveira Brandão ; revisão: Leonardo Avritzer, p. 185.

¹⁸ Segundo o autor self “É um projeto simbólico que o indivíduo constrói ativamente. É um projeto que o indivíduo constrói com os materiais simbólicos que lhe são disponíveis, materiais com que ele vai tecendo uma narrativa coerente da própria identidade. Esta é uma narrativa que vai se modificando com o tempo, à medida que novos materiais, novas experiências vão entrando em cena e gradualmente redefinindo a sua identidade no curso da trajetória de sua vida”. THOMPSON, J.B. 2011, p. 183.

¹⁹ THOMPSON, J. B. 2011, p. 182.

para compreendermos as relações sociais contemporâneas e suas representações nas mídias. Nas palavras do autor, essa abordagem

implica a análise das relações de dominação e opressão, do modo de funcionamento dos estereótipos, da resistência por parte de grupos estigmatizados a representações dominantes e da luta desses grupos pela sua própria representação contra representações dominantes e distorcidas, no sentido de produzir representações mais positivas²⁰.

Ao trazer estas reflexões para o meu texto, pretendo escapar de análises deterministas, as quais veem as tecnologias como produto da pesquisa técnica e do experimento, e que tais desenvolvimentos científicos-tecnológicos são neutros e imparciais politicamente, cumprido o papel de modificar, ou melhor, modernizar a sociedade, cabendo a nós adaptar-nos a esse desenvolvimento para participar de sua modernização.

Essa perspectiva determinista entende que o avanço tecnológico por si só transformará a sociedade. Contudo, alerta Willians (2011)

praticamente toda pesquisa técnica e todo experimento são realizados dentre de relações sociais e formas culturais já existentes, tipicamente para objetivos que já são, em geral, previstos [...] Esses processos de seleção, investimento e desenvolvimento são, obviamente, de um tipo social e econômico geral, dentro de relações sociais e econômicas existentes e, em uma ordem social específica, são concebidos para usos e vantagens particulares.²¹

Nesse sentido, a tecnologia ou o seu desenvolvimento, por si só, não determinam as mudanças institucionais, sociais e culturais. Pelo contrário, são as

²⁰ KELLNER, D. *A cultura da mídia - estudos culturais. Identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: EDUSC, 2001. Tradução de: Ivone Castilho Benedetti, p. 126.

²¹ WILLIAMS, R. 2011, p. 129.

relações sociais estabelecidas que indicarão as maneiras pelas quais a sociedade se apropriará (ou não) das tecnologias. Tal reflexão também foi bem desenvolvida no trabalho de Manuel Castells, “A era da informação: Economia, sociedade e cultura”, no qual ele demonstra de que maneira os reajustes políticos, econômicos, sociais e culturais, vivenciados na segunda metade do século XX, foram, isto sim, determinantes para o desenvolvimento das tecnologias digitais, forjando o que ele chama de “Sociedade em Rede”. Esse tipo de sociedade

originou-se e difundiu-se, não por acaso, em um período histórico da reestruturação global do capitalismo, para o qual foi uma ferramenta básica. Portanto, a nova sociedade emergente desse processo de transformação é capitalista e também informacional, embora apresente variação histórica considerável nos diferentes países, conforme sua história, cultura, instituições e relação específica com o capitalismo global e a tecnologia informacional²².

Por isso, ao voltar-me a Cultura Digital, penso que o que ocorre de ‘novo’ a ser (re)pensado – e apropriado para as lutas sociais – na “dimensão cultural [social, política e econômica] é um despertar coletivo para a possibilidade de se usar a dinâmica das interações entre os domínios da vida, que estiveram ideologicamente separados [...] gerando modalidades de empoderamento social”²³. Ou seja, a Cultura Digital se formula a partir do uso; produção; conflito; compartilhamento; interação e resignificação de criações humanas no âmbito virtual e real, seja para a emancipação ou malogros sociais.

Por fim, é necessário compreender que as tecnologias, antes do seu aspecto técnico, são construções sociais que são forjadas a partir de relações tensas, ambíguas

²² CASTELLS, Manuel. *A sociedade em Rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura*. V.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.50.

²³ PAIVA, C.C. 2010, p. 20

ou até mesmo contraditórias. Deduz-se, com isso, que as tecnologias são apropriadas e usadas no cotidiano das pessoas a partir de tencionamentos de grupos sociais, na medida em que se interessam ou não pelo seu uso, ou, são impelidas a fazê-lo, mesmo que a contragosto.

O projeto de Inclusão Digital aqui analisado está inserido em um contexto de informatização de todos os setores sociais, fruto de uma demanda social/ideológica que pretende uma mão de obra minimamente qualificada para operar suas máquinas. Porém, é necessário atentar para o fato de que “a ênfase da transição [para uma sociedade ultrainformatizada] recai sobre toda a cultura: a resistência à mudança e sua aceitação nascem de toda a cultura. Essa cultura expressa os sistemas de poder, as relações de propriedade, as instituições etc.”²⁴, motivo pelo qual esse espaço simbólico se torna imprescindível para uma análise do objeto aqui focado.

Ao tentar aqui compreender e apreender as vidas e memórias dos sujeitos sociais que transitaram pelo Casa Brasil em Uberlândia, sempre carregadas de significados em permanente (r)evolução, me vali das fontes orais, entendendo que estas são capazes “de apreender e aprofundar aspectos sobre determinada realidade, como os padrões culturais, as estruturas sociais, os processos históricos ou os laços do cotidiano”²⁵. Levando em consideração, também, as escritas e impressões deixadas durante o percurso busquei as especificidades destes sujeitos que participaram do projeto, e como estes se relacionaram e se “conectaram” à Cultura Digital, “já que algo na narração escapa à ordem daquilo que é suficiente ou necessário saber e, por seus traços, está subordinado ao *estilo* das táticas”²⁶.

²⁴ THOMPSON, E. P. 1998, p. 288.

²⁵ CASSAB, L. A; RUSCHEINSKY, A. Individuo e ambiente: A metodologia de pesquisa da História Oral. *Biblos*, Rio Grande, v. 16, p. 7-24, 2004, p. 8.

²⁶ CERTEAU, M. de. 2011, p. 142.

Durante a pesquisa, também procurei submergir no oceano das convergências, ou melhor, nos *ciberespaços*, pois as marcas dos navegantes que constroem este espaço interativo, e deram (dão) a ele sentidos, tecerá minhas narrativas sobre o mundo digital. Tendo em vista que “a caminhada afirma, lança suspeita, arrisca, transgride, respeita etc. as trajetórias que “fala”²⁷, não posso deixar fora de meu texto os sentidos que foram dados à viagem, como também as “demarcações” deixadas no trajeto pelo ciberespaço e pelo Casa Brasil. Após evidenciar as tramas que constituíram o projeto, proponho recolher os vestígios deixados no ciberespaço, pois entendo que “para os historiadores que buscam compreender o presente, negligenciar as fontes digitais e a Internet significa fechar os olhos para todo um novo conjunto de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que vêm se desenvolvendo juntamente com o crescimento e popularização da rede mundial de computadores”²⁸. Sem perder de vista que as fontes digitais

gera novos problemas, devido à evolução de uma tecnologia que é rápida e constantemente oferece diferentes desafios, mas também oferece outras oportunidades e a possibilidade de aplicações de experiências eficazes (...) envolvendo cada vez mais a responsabilidade dos historiadores, como pesquisadores e educadores, mas é necessário, pelo mesmo motivo, manter-se com a atenção e consciência crítica.²⁹

²⁷ Ibid, p. 166.

²⁸ ALMEIDA, F. C. de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos*, Porto Alegre, n.8, vol. 3, p. 9-30, Jan./ Jun. 2011.

²⁹ MINUTI, R. Leshistoriens et le Web à l'âge du Web 2.0: une nouvelle mutation? *Schedae*, 2011, France, prépublication n° 2 (fascicule n° 1, p. 1-10).

“engendre de nouveaux problèmes, du fait de l'évolution d'une technologie qui est rapide et qui propose constamment des enjeux différents ; mais cela offre aussi d'autres opportunités et la possibilité d'expériences et d'applications efficaces [...] en engageant toujours davantage la responsabilité des historiens, comme chercheurs et comme éducateurs, mais qu'il faut, pour cette même raison, maintenir avec le maximum d'attention et de conscience critique”.

Considerando o que foi dito, trouxe para meu arcabouço documental, além das “fontes oficiais” impressas pelos agentes governamentais e disponibilizadas na internet, blogs, vídeos, fotografias, gravações de áudios, redes sociais dentre outras fontes digitais disponíveis no ciberespaço. Pois, como foi frisado, os historiadores que se propõem problematizar a contemporaneidade precisam considerar os vestígios que atualmente são deixados nas redes de computadores. Nesse aspecto, está claro que os métodos utilizados para as antigas fontes deverão ser reformulados ou, então, lançaremos mão de novos métodos de pesquisa apropriados para as mídias digitais.

Deve estar claro que os meios de comunicação, como jornais, revistas, reportagens de televisão etc., também contribuíram para a compreensão dos significados dados aos programas de governo e ao mundo informatizado. Dessa forma, o Arquivo Público de Uberlândia, os ambientes virtuais e a própria ONG onde se realizou o projeto foram ambientes rotineiros durante a pesquisa. É certo, também, que, concomitante as visitas aos centros de documentação, as leituras de referenciais bibliográficos foram parte desse cotidiano de pesquisa.

Arriscando-me a narrar estas aventuras e trazendo algumas reflexões *a posteriori*, pretendo, como mostra Certeau (2011), ir “às redes dessas escrituras avançando e entrecruzando compor uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada por fragmentos de trajetórias e alterações de espaços”³⁰. Diluindo alguns pensamentos entre minhas falas, busco atribuir sentidos à Cultura Digital e a vida contemporânea; apresentar, também, para o leitor, minhas inquietações sobre a sociedade e nosso *estar e ser* na modernidade.

O percurso transcorrido durante a pesquisa, para compreender os debates acima apresentados, estará expresso na formatação deste trabalho, pois organizei meu

³⁰ CERTEAU, M. de. 2011, p. 68.

texto de modo que o leitor pudesse acompanhar minha linha de raciocínio e ter durante nossa caminhada a capacidade de tecer críticas e aprofundar com o autor nas fontes documentais e nas descobertas feitas a partir de seu dessecamento. Organizei meu texto em três partes, os quais analisei pormenorizadamente cada parte do **(des)encontro da periferia com a cultura digital**. A primeira submersão feita diz respeito à(s) realidade(s) da inclusão perversa, quer dizer, a maneira pela qual os jovens e a periferia, neste caso a Zona Leste de Uberlândia, se conectam ao mundo digital, quais são os sentidos da cultura digital em suas vidas e, para além disso, como estes sentimentos estão ligados a plataformas políticas e aos discursos hegemônicos da sociedade em rede. Na segunda parte, continuando com as análises do campo político, aprofundo as reflexões sobre os discursos e ações assumidas por órgãos supranacionais e as reverberações nas políticas do governo petista, como também demonstro como foi se articulando o projeto Casa Brasil no interior do governo Lula; pontuo os avanços e dificuldades de implementação e gestão do Projeto durante os anos de seu funcionamento. E, por fim, no último capítulo, volto minhas análises para os sujeitos que participaram do Casa Brasil na ONG Ação Moradia, no cotidiano, nas histórias, nos sentimentos e nas experiências vivenciadas pelas pessoas que transitaram por aquele espaço. Pretendo com esse movimento dialético (re)pensar o *sujeito*, nesse caso o jovem da periferia, entrelaçado com a *sociedade* contemporânea e com as políticas nacionais e supranacionais para voltar outra vez ao *sujeito* que sofre o processo de inclusão perversa, mas que dá sentido à sua vida, representa, sonha, sofre e dialeticamente/cotidianamente dinamiza seu mundo.

**JUVENTUDE, PERIFERIA E CULTURA DIGITAL:
REALIDADES DE UMA INCLUSÃO PERVERSA**

Página não encontrada no original.

Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie.

Walter Benjamin

Em agosto de 2012, o Jornal Correio de Uberlândia estampava em suas páginas:

[...] dois menores, um de 16 e outro de 17 anos, foram abordados no bairro Dom Almir. Com eles, a polícia encontrou uma barra grande de maconha. A polícia também realizou buscas na casa dos menores onde foram localizados 55 gramas de maconha, duas balanças de precisão e dinheiro. Diante dos fatos, foi dada voz de apreensão aos menores. Um deles tem passagem por tráfico¹.

Dáí vem à pergunta: marginais ou vagabundos? Moleques apenas? Excluídos socialmente? “Pretos, pobres e favelados”? Ou será tudo isso? Eu, como parte disso tudo, me questiono. Os moradores daquela região, por outro lado, não só se questionam como também vivem e sentem esta realidade cotidianamente. A Zona Leste periférica de Uberlândia/MG ou “A Grande Morumbi”, como preferirem, está marcada – como os demais bairros periféricos das grandes cidades – por sangue, miséria e desigualdade. Consequências estas do descaso público para com as famílias pobres daquela região. Mas não quero fazer de minha monografia mais uma fonte ou espaço que reforça a imagem cristalizada que temos da periferia de nossa cidade. Pelo contrário, proponho, já de início, demonstrar que não são só desgraças que os moradores(as) daquela região compartilham. Além das dificuldades enfrentadas no cotidiano, devido, com já ressaltai, à indiferença do poder público pela região, as pessoas resistem e (sobre)vivem à desigualdade. inventam e criam maneiras de ser e estar na sociedade. Experiências e costumes de (ou filhos de) migrantes, trabalhadores e pobres, pululam nas falas das pessoas da Grande Morumbi. Experiências que também são expressas nos nomes dados as áreas ocupadas – as quais ganham, junto aos bairros Dom Almir, Zaire Resende e Alvorada, o “carinhoso” apelido da mídia local

¹ DOIS Menores são apreendidos com drogas no São Jorge e Dom Almir. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 14 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

de Grande Morumbi – ressaltando as dificuldades, os símbolos de luta e resistência para se alcançar um sonho. Por isso: Celebridade, Prosperidade, Joana D’Arc, São Francisco.

Os bairros Morumbi, Alvorada e Dom Almir têm um histórico peculiar por terem surgido em função de financiamentos do poder público para construção de conjuntos habitacionais destinados às famílias de baixa renda, em um contexto de forte especulação imobiliária na cidade. Localizados na Zona Leste de Uberlândia, concentram, desde sua criação, uma população de perfil socioeconômico desfavorável, “predominando no local os grupos de baixa renda, um comércio insipiente e uma carência de equipamentos públicos”². Segundo Rodrigues (2008), a construção desses conjuntos fazia parte de um projeto político-econômico que visava o crescimento da cidade para áreas estratégicas, permitindo a especulação imobiliária e a organização urbana da mesma. Contudo, essa região representa atualmente o descaso público, um lugar com poucas áreas de lazer e com altos índices de violência, agravados com a presença de dois centros de detenção em suas proximidades e outros bairros irregulares (áreas de ocupação).

² SANTOS, M. A. F.; RAMIERES, J. C. de L. Percepção espacial da violência e do medo pelos moradores dos bairro Morumbi e Luizote de Freitas em Uberlândia/MG. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 21 (1), p. 131-145, Abr. 2009.

FOTO: Zona Leste de Uberlândia



Região da Zona Leste de Uberlândia (Acervo próprio).

Nesse sentido, percebo que os ideais que balizaram a construção dos conjuntos habitacionais, em meados da década de 90, para as classes populares na periferia da cidade estavam em consonância com os princípios propostos pela mentalidade progressista que cultivava os gestores da cidade e de certo modo sua população. A construção dos bairros populares, assim, era a maneira pela qual tentavam viabilizar às famílias de baixa renda, em sua grande maioria migrante, uma inserção na cidade do progresso que se instaurava no Triângulo Mineiro. Na visão dos setores conservadores, essa foi a maneira encontrada para que esses habitantes pudessem participar do sonho uberlandense, entendida como uma “cidade fértil”,

extraordinariamente dinâmica e ordeira, [...] uma cidade cosmopolita que recebe de braços abertos todos aqueles que para aqui se dirigem a procura de trabalho ou sadios e promissores investimentos que sejam no comércio, na indústria, agroindústria, prestação de serviços

ou mesmo na produção rural; enfim, em todos estes setores as oportunidades são múltiplas, sólidas douradoras e estimulantes³

Contudo, essa cidade imaginada, externada acima na fala de Virgílio Galassi (Ex-prefeito do município), sempre esteve distante da realidade vivenciada pelos moradores do bairro Morumbi e adjacentes, tornando essa região um espaço de latência das desigualdades sociais e do descaso público. Assim, as tensões vivenciadas no bairro, nos assentamentos próximos e nas áreas de ocupações são parte das experiências daqueles moradores que se confrontam com a imagem difundida pelo antigo prefeito. Tais experiências quando relatadas dão outra dimensão à região, desconstrói a ideia da cidade próspera e ordeira, como também traz à tona resistências e aflições cotidianas, resultado da sociedade desigual.

Durante uma atividade desenvolvida com jovens que vivem na região⁴ – quatro jovens do sexo masculino e cinco do sexo feminino – quando discutimos aspectos concernentes à região, a vida cotidiana deles, a sociedade contemporânea e a Cultura Digital, uma jovem externou da seguinte maneira os seus sentimentos sobre as experiências vividas com sua família e sobre a história do lugar onde ela mora.

Quando minha mãe mudou pra cá era tudo barraquinha aqui (ali na área do São Francisco), depois que eles vieram e invadiram a parte do Joanna D’Arc. Ai, a parte do Celebridade e Zaire Resende era tudo mato, não tinha nada, era só um trevinho. Minha mãe até conta que

³ GALASSI apud RODRIGUES, H. Lutas e experiências dos moradores do bairro Morumbi. Um lugar para morar e a luta que se inicia. *Em Extensão*, Uberlândia, v.7, n.2, p. 41-51, 2008.

⁴ Trata-se de uma roda de conversa que foi proporcionada a partir de um convite informal realizado aos jovens que participavam do projeto de extensão que coordeno na região. Foram escolhidos 9 (nove) adolescentes de 14 (quatorze) à 16 (dezesseis) anos devido sua inserção em projetos sociais no bairro e o favorável desempenho deles no projeto que participávamos. As perguntas foram pensadas previamente, tendo como base as histórias que eles haviam me contado em outros momentos. Tendo em vista que estes jovens já haviam participado de dinâmicas de roda de conversa, preferi manter essa metodologia para que, por meio das gravações que ocorreram durante essa atividade, eu pudesse utilizar os depoimentos ali expressos em futuras análises.

passava por lá. Ai, teve uma invasão onde não poderia ficar. Eles pegaram todas as famílias e colocaram tudo aqui no Zaire Resende e Celebridade. Agora o resto eu não sei a história, eu era muito pequena. Lembro apenas dos movimentos, o pessoal, o povo falando, os barracos, aquelas coisas lá! Dos movimentos sem terra mesmo.⁵

Apesar das mudanças que foram se dando devido às reivindicações da população, a situação ainda é precária. Os aparelhos públicos que foram realocados para região – escolas, unidades de saúde, órgãos da secretária de desenvolvimento social, postos policiais etc. – não suportam a demanda da região ou, na maioria das vezes, são precários. Desse modo, as lacunas deixadas pelo Estado, quando não são preenchidas por projetos sociais desenvolvidos por ONG's ou instituições religiosas que procuram minimizar a situação, ficam abertas as possibilidades dos jovens entrarem para a criminalidade e entenderem que a única oportunidade que lhes resta e que lhes aceita ou inclui é o mundo do tráfico de drogas – tão emergente nas regiões de extrema pobreza.

Eu vim de Sampa. Ah... Minha mãe foi morar com o meu padrasto na Bahia por um tempo, ai depois eles não quiseram ficar juntos. Daí ela ia voltar para São Paulo, ai minha avó disse para ela vir pra cá ficar com ela, porque minha avó morava aqui sozinha, ai nois veio.⁶

Após relatar esta experiência pergunto-lhe sobre a importância de terem se mudado para Uberlândia e se ele avaliava como positivo ou negativo a decisão dos

⁵ Fala de Anna Paula de Kassia Silva de Medeiros, 15 anos, 21 de Novembro de 2012. Acervo próprio. Vale destacar que o foi no ano de 2001 que ocorreram estas agitações na Região durante o governo do prefeito Zaire Resende. Este, enquanto gestor, procurou solucionar os problemas das ocupações durante seu mandato, contudo foi indeferido pela justiça, retardando o processo de regulamentação da área por 11 anos.

⁶ Fala de Renan Willian de Santana, 16 anos, 21 de Novembro de 2012. (Acervo próprio) Renan Willian, participou do projeto Casa Brasil e foi sujeito de uma entrevista individual em outros momentos da pesquisa.

familiares de vir para a cidade, ele revela o quanto a criminalidade é uma constância na vida dos jovens que vivem em bairros populares.

Eu acho que eu não sei, pode ser que eu tenha entrado para o crime lá em São Paulo, e pode ser que eu tenha uma boa vida. Porque minha família morou em São Paulo bastante tempo e nenhum envolveu com crime, assim. Mas, por influência dos meus amigos lá, eu poderia ter entrado no crime em São Paulo. Eu não sei!⁷

O modo como as pessoas chegaram à cidade e as experiências de falta de acesso já vivenciadas nas regiões de origem, muitas vezes, não são consideradas pela mídia local e tampouco pelos agentes políticos, os quais, em sua grande maioria, discriminam e ignoram a região. Dos jovens que participavam da roda de conversa, todos eram oriundos de famílias de migrantes. Ao questioná-los sobre a mudança da família, foi unânime a explicação de que eles vieram à procura de uma vida melhor, com melhores condições de moradia, emprego, saúde e educação. A experiência, no que diz respeito ao processo de vinda dos familiares para Uberlândia, e a maneira de contá-la também os aproximam: “Primeiro veio minha mãe, depois meus avôs resolveram vir. Primeiro por causa de segurança, lá estava muito perigoso e também para mais oportunidade”⁸. É preciso observar que, novamente, a questão do crime vem à tona. Na visão de uma jovem do grupo de entrevistados, a escolha da família foi acertada, pois em Uberlândia “[...] foi melhor, porque aqui, como lá é cidade pequena não tem tanta oportunidade de estudo, como a faculdade. Eu acho que aqui é melhor!”⁹. Outra menina conta da trágica experiência de ter o pai envolvido com

⁷ Fala de Renan Willian durante a roda de conversa com os demais jovens.

⁸ Fala de Jhonatan Emanuel Ferreira Azevedo, 16 anos, 21 de Novembro de 2012. (Acervo próprio). Este jovem é oriundo da cidade de Pirapora/MG.

⁹ Fala de Ana Luiza Gualberto da Silva, 16 anos, 21 de Novembro de 2012. (Acervo próprio)

tráfico de drogas e de a família ter que sair da cidade onde morava para fugir da criminalidade.

Morava, eu, meu pai, minha mãe e meus irmãos em Goiânia. Ai, nós teve alguns problemas. É que meu pai foi preso. Ai como era perigoso continuar lá, minha avô mandou agente vir para Uberlândia. Mas, depois de algum tempo transferiram meu pai para a cadeia daqui. [...] Mas, assim! Eu acho que foi melhor agente ter vindo pra cá, porque agora eu vou na escola e quero entrar na faculdade. Venho nos projetos da Ação Moradia e tudo.¹⁰

A vinda da família e o acesso oportunizado pela cidade de médio porte econômico trouxeram, segundo os relatos desses jovens, alguns benefícios, permitindo-lhes galgar novas perspectivas e realizações comparando-as com as dos pais. Contudo, ainda são limitadas as possibilidades para que eles possam atingir uma situação de conforto que lhes permitam usufruir de todos os bens materiais da sociedade. Eles ainda encaram cotidianamente uma dura realidade e muitos acabam escolhendo o caminho da marginalidade, como vimos na reportagem que abriu este capítulo. Dentre os jovens que entrevistei, a maioria relata que seu dia a dia está preenchido por obrigações domésticas, atividades escolares, atividades na igreja e o trabalho fora de casa. Eles enxergam que é de extrema importância a sua inserção no mundo do trabalho por intermédio de cursos profissionalizantes. Dentre eles, quatro já trabalham como menores aprendizes em empresas da cidade e os demais fazem cursos profissionalizante em períodos extras da escola. A formação profissional, nesse sentido, torna-se o caminho e a maneira de alcançar melhores condições e conseguir um emprego melhor que o dos pais.

¹⁰ Fala de Rhyllare Lucilla Alves Moreira, 15 anos, 21 de Novembro de 2012. (Acervo próprio)

Essas expectativas e essa necessidade que se preserva e também se transforma nos costumes e no entendimento de mundo daqueles jovens têm um impacto determinante na maneira como eles se relacionam com esses projetos de formação profissional e com os projetos de inclusão digital que pretendo analisar. Pois, ao externar tais expectativas, as classes populares se colocam na sociedade como aqueles que sofreram (sofrem) com um processo de exclusão e se apresentam para a luta diária, já que tanto “é necessário sobreviver” e galgar novos lugares na sociedade em rede, como também experimentar seus desenvolvimentos tecnológicos. Um dos jovens participantes do projeto Casa Brasil revela em sua fala a atual realidade do jovem no mercado de trabalho e a necessidade de incluir-se no mesmo: “Se agente não sabe usar [computador] agente está ferrado. Porque aí, as mulheres da Callink¹¹ vão lá na escola e manda agente fazer o curso deles para aprender a mexer em computador, se não agente não pode trabalhar lá.”¹²

Essas ‘necessidades’ e ‘expectativas’ de estarem conectados à sociedade, que são elementos constitutivos do cotidiano das classes populares, no ponto de vista de Thompson (1998), demonstra o movimento de transformação e reordenação da sociedade, pois tais mudanças provocam alterações nas (rel)ações sociais, tendo em vista que – como o relógio durante a revolução industrial – o uso das tecnologias digitais por todos os estratos da sociedade é necessário para que o capitalismo, hoje globalizado (interconectado), avance. Claro que vivemos outra dinâmica do sistema capitalista, diferente daquela experimentada nos séculos XVIII e XIX, contudo, as comparações são válidas quando buscamos compreender as mudanças efetuadas pelo Capital e tomar daí algumas questões pontuais de seu desenvolvimento. Thompson (1998), em seu texto “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”, mostra

¹¹ Empresa de telemarketing instalada na cidade de Uberlândia.

¹² Fala de Renan Willian de Santana. (Acervo próprio)

como foi importante a imposição da cultura do relógio para as classes trabalhadoras, para a regularização do tempo, primeiro no cotidiano daquelas pessoas e depois nas relações de produção, para que se transformassem os costumes não apenas das classes trabalhadoras, mas também de toda a sociedade; o autor revela que “na sociedade capitalista madura, todo o tempo deve ser consumido, negociado, *utilizado*, é uma ofensa que a força de trabalho meramente ‘passe o tempo’”¹³.

Do mesmo modo, as tecnologias digitais, atualmente, são preponderantes na vida das pessoas, devido à reordenação dos modos e relações de produção da sociedade. Um jovem percebe sua relevância expondo a atual necessidade do domínio das tecnologias digitais e, mais que isso, do certificado que comprove sua “qualificação” em escolas ou cursos reconhecidos ao procurar emprego: “Eu chegar lá [na entrevista de emprego] e por no meu currículo que eu tenho noções básicas de informática é uma coisa. Agora eu falar curso de informática, de duração de não sei quanto tempo e ter certificado, é uma coisa completamente diferente. É um ponto a mais”¹⁴.

A angústia desse jovem pelo risco de estar fora ou dentro do mercado de trabalho, dependendo de sua formação técnica, remete-me a discussões que vêm sendo feitas por pensadores no que concerne ao mundo do trabalho e suas atuais exigências técnicas. É sabido que o processo de mecanização ou informatização dos meios produtivos não é algo novo, e que, a cada mudança em sua estrutura, há movimentos contrários ou favoráveis à lógica que compõe tal desenvolvimento. Durante a revolução industrial, por exemplo, a relação entre as máquinas e os trabalhadores foi entendida em um primeiro momento como uma simples

¹³ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998, p. 298. (grifo do autor)

¹⁴ Fala de Jhonatan Emanuel. (Acervo próprio)

justaposição, às vezes harmônica, às vezes conflitivas (nesse caso pela reação das classes populares). Na perspectiva de Thompson (1987), tal relação, seja na fábrica ou no cotidiano dos trabalhadores, permitiu, na verdade, um acúmulo de experiências capazes de forjar ações sociais relevantes.

Esse é o sentido da referência que constou no início deste trabalho sobre a relação entre os contextos históricos e o desenvolvimento tecnológico e sua apropriação no cotidiano das pessoas. Esses aspectos pressupõem uma análise de toda a dimensão social, pois, como vimos no relato do jovem entrevistado, a lógica do mercado de trabalho e da qualificação exigida por ele são partes de “processos de seleção, investimento e desenvolvimento [tecnológicos] [...] dentro de relações sociais e econômicas existentes e, em uma ordem social específica, [que] são concebidos para usos e vantagens particulares”¹⁵. Uma leitura pessimista (ou será realista?) de tal processo crê que tais investimentos prezam pela mecanização e automatização das funções humanas no processo de produção, a fim de diminuir o tempo de produção e aumentar o lucro, tendo em vista que com esse desenvolvimento tecnológico o trabalhador é desqualificado, tornando-se um “mero apertador de botões”. Sobre isso, Enguita (1991) afirma que

a mecanização e a automatização representam um caminho paralelo que conduz ao mesmo lugar. Em suas primeiras formas, puramente instrumentais, a máquina exige uma maior qualificação do trabalhador. Porém, à medida em que passamos da simples mecanização à automatização, quer dizer, à medida em que a máquina não somente executa as ordens do operário, mas em que

¹⁵ WILLIAMS, R. *Política do modernismo. Contra os novos conformistas*. São Paulo, Ed. Unesp, 2011, p. 129.

contém e incorpora em si mesma a informação, o trabalho desqualifica-se.¹⁶

Tal perspectiva, quando desenvolvida no contexto da Cultura Digital, leva-nos a compreender uma profusão de trabalhadores que partilham a experiência da “infoproletarização”, tal como definida por Antunes (2009). São esses trabalhadores, que se encontram em um drástico contexto, que, ao contrário do que sustenta as teses da “sociedade pós-industrial” e, arrisco-me a dizer, “pós-moderna”, estão sujeitos a uma contraditória, porém bastante viva e enraizada, condição de trabalho que “articula tecnologias do século XXI com condições de trabalho do século XIX, mescla estratégias de intensa e brutal emulação do teleoperador [...] ampliando as formas mais complexificadas de estranhamento e alienação contemporânea do trabalho”¹⁷. As investigações feitas por pesquisadores na área da sociologia, apresentados na referência desta pesquisa, se concentraram em *Call Centers* e outras empresas em que as tecnologias digitais estão presentes em todas as atividades da empresa como, por exemplo, as indústrias de tecnologia da informação (TI). Vale destacar que as *Call Centers* na cidade de Uberlândia tornaram-se, no fim da década de 90, uma possibilidade para as classes populares de inserção no mercado de trabalho, tendo em vista que houve grandes investimentos na área, consolidando na região um dos maiores grupos de *Call Center* da América Latina¹⁸ e que, como foi pontuado acima, tais empregos não exigem alto grau de escolaridade/qualificação.

¹⁶ ENGUITA, M. F. Tecnologia e sociedade: A ideologia da racionalidade técnica, a organização do trabalho e a educação. In: SILVA, T. T. da. (Org.) *Trabalho, Educação e Prática Social: por uma teoria da formação humana*. Porto Alegre: Artes Médias, 1991, p. 234.

¹⁷ ANTUNES, R.; BRAGA, R. Apresentação. In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Org.) *Infoproletários, degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 10.

¹⁸ Uma delas já citada durante a roda de conversa por Jhonatan Emanuel, a Callink emprega por volta de 3000 funcionários na área de telemarketing, em sua maioria são jovens de 16 à 25 anos, com baixa remuneração e condições de trabalho. Também o grupo Algar Telecom possui uma estrutura de Call Center que emprega mais de 5000 funcionários nas mesmas condições de sua concorrente.

Estas, como outras atividades de baixa remuneração e com péssimas condições de trabalho, tornam-se de imediato os postos ocupados pelas classes populares quando nos remetemos ao mercado de trabalho globalizado. Nestas condições o jovem morador da periferia, se vê duplamente excluído, primeiro por não ter oportunidade de qualificar-se, ou melhor, obter uma boa formação que lhe permita galgar outras perspectivas, e segundo porque, ao procurar emprego, devido muitas vezes as dificuldades financeiras da família, se vê obrigado a aceitar trabalhos desumanos, que não lhe projeta outra perspectiva de vida diferente daquela em que se encontra. Conforme confessa um dos jovens entrevistados, parte do seu dia é reservada para estar “se qualificando” e tentando “vencer na vida”, pois, segundo sua fala, “não tem outra maneira”.

Trabalho de menor aprendiz, na parte da tarde, trabalho no estoque. [...] Na sexta-feira só que eu não trabalho, mas eu faço curso que é 4 horas, é lá na CDL [Câmara dos Dirigentes Lojistas]. Sábado também eu faço informática [...]. Daqui uns dias quem não tiver informática básica vai ser um analfabeto.¹⁹

O jovem latino-americano que vive na periferia, segundo CANCLINI (2009), está diante de uma realidade bastante catastrófica, pois ao se deparar com esta necessidade de se globalizar lhes são dadas duas “vias de acesso” ou “conexão”: a do trabalho e a do consumo. Como trabalhadores, o exemplo dos jovens entrevistados ilustra um mercado liberal exigente de qualificação técnica, porém flexível e que se torna instável a partir das exigências do mercado, além de encontrar seus direitos trabalhistas cada vez menos respeitados. Criam-se subcategorias como: menor aprendiz, jovem talento, monitor, estagiário, trainig e outros; fugindo, entre as brechas do código do trabalhador, do comprimento das leis trabalhistas. Do outro lado, o

¹⁹ Fala de Jhonatan Emanuel. (Acervo próprio)

consumo serve-os para, através das mercadorias vendidas, sentir, momentaneamente, o gosto de participar da sociedade que lhe exclui.

Ao sabor desta frágil situação trabalhista, uma parte dos jovens poderá ter acesso à capacitação informática, aos saberes e entretenimentos avançados que circulam na internet, enquanto a maioria se limitará à televisão gratuita, aos discos e vídeos piratas. [...] São evidentes as conseqüências desta desigualdade na formação de diferenças culturais e na participação em rede comunicacionais com níveis distintos de diversidade e interculturalidade, em várias línguas e em circuitos de muitos países. A enorme maioria dos jovens, como o resto da população, ficam limitados à televisão gratuita nacional e a redes informais de bens e serviços.²⁰

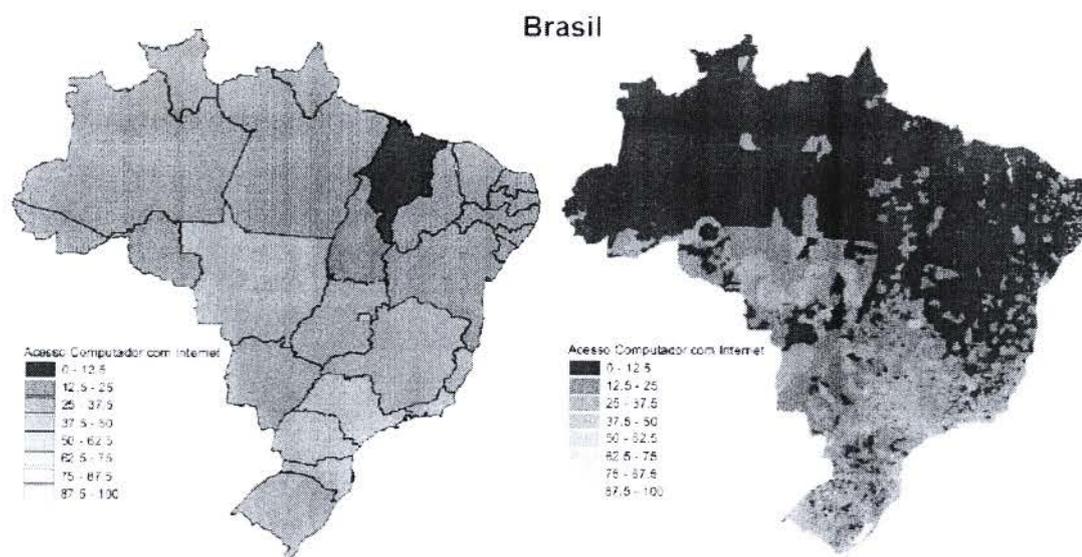
A reestruturação do sistema capitalista em que se encontra esse jovem diz respeito, como já foi dito, a um processo histórico, entremeado por desenvolvimentos tecnológicos, novas relações políticas, econômico-industriais e uma ação social conflituosa. E que por detrás desta avalanche de megabits consuma-se um discurso ideológico que prima pela centralização dos espaços de produção e difusão de saberes dentro da sociedade globalizada, inserindo nesta lógica um “modelo de humanidade homogeneizada conscientemente servida por dois ou três centros: as corporações monopolizadoras e a elite de intelectuais metropolitanas”²¹. Forças estas ligadas, obviamente, a uma ordem capitalista dominante na sociedade em rede. Tais questões se apresentam tanto no âmbito transnacional quanto local, nas relações, no caso do Brasil, entre a região norte e região sul; e nas grandes cidades entre centro e periferia.

²⁰ CANCLINI, N. *Diferentes, desiguais e desconectados*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 212.

²¹ WILLIAMS, R. *Política do modernismo. Contra os novos conformistas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011, p. 145.

MAPA DO ACESSO DOMICILIAR À INTERNET - 2010

Pessoas com 15 ou mais anos de idade



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Censo 2010/BGE

Ao procuramos pesquisas que ilustram a pobreza no Brasil encontraremos algo bastante similar ao mapa acima, e se formos mais adiante e buscarmos a concentração de centros de pesquisas em Tecnologias da informação e/ou o número de Instituições de Ensino Superior que desenvolvem pesquisa na área, não será surpreendente a aproximação dos dados apresentados no mapa de acesso a internet. Há dentro do território brasileiro o centro produtor, catalisador e difusor da informação, sendo ele o responsável por conectar o país ao mundo globalizado, restringindo os investimentos, públicos e privados, a esta região. No âmbito global ou na sociedade em rede, Willians (2011) destaca que:

Há uma intenção clara, nos centros mais poderosos, de usar essa tecnologia para ultrapassar os limites nacionais [e regionais] culturais e comerciais existentes. O satélite é visto como a forma moderna perfeita para penetrar áreas comerciais e culturais até então controladas ou reguladas por autoridades nacionais "locais". ou

seja, sociedades com organização e governos próprios. Nos planos de distribuição das corporações que produzem filme, televisão e esporte, e nas estratégias de mercado e de publicidade das companhias multinacionais, os satélites e estes usados conjuntamente com cabos são novos modelos decisivos de acesso.²²

À margem destes centros as políticas de inclusão digital buscam suprir as lacunas deste processo de exclusão, direcionando verbas – muitas das vezes minguadas – a projetos que visem a formação tecnológica da região afetada/excluída a fim de “desenvolvê-la” a ponto de permitir sua *participação* no mercado global. No entanto, é necessário refletir sobre essa *participação* na sociedade globalizada, e de que modo a inclusão destas pessoas está sendo orquestrada no sistema capitalista, já que, como afirma Negri e Hardt (2005):

No império global hoje [...] a apartheid é um sistema produtivo de *inclusão hierárquica* que perpetua a riqueza de poucos graças ao trabalho e à pobreza de muitos. Desse modo, o corpo político global também é um corpo econômico definido pelas divisões globais de trabalho e poder.²³

Nesse sentido, há uma inclusão, mesmo sendo ela hierárquica, às pessoas pobres da periferia de alguma maneira participam e experimentam a sociedade em rede, isso ficou claro em algumas narrativas dos jovens com quem dialoguei. Por outro lado Pierre Lévy (1999) diz que existe um efeito de iniquidade e exclusão na contemporaneidade, mas que isso é algo inerente a todas as sociedades, é, portanto, um efeito que vivenciamos em toda nossa história e que atualmente a vivenciaremos com o avanço das tecnologias digitais, pois, nas palavras do autor “cada novo sistema de

²² WILLIAMS, R. 2011, p. 132.

²³ NEGRI; HARDT apud SILVEIRA, Sergio A. A Noção de Exclusão digital diante das exigências de uma cibercidadania. IN: HETKOWSKI, Tânia M. Políticas Públicas & Inclusão Digital. Salvador: EDUFBA, 2008, p.51. (grifo meu)

comunicação fábrica seus excluídos. Não havia iletrados antes da invenção da escrita. A impressão e a televisão introduziram a divisão entre aqueles que publicam ou estão na mídia e os outros.”²⁴ Ao analisar a obra de Lévy (1999), Silveira (2008) constata a ambiguidade do autor em, ao mesmo tempo, demonstrar e naturalizar os processos de exclusão digital. E pontua: “Lévy não deixa claro que existem variados graus de exclusão, ou ainda, não se preocupou em demonstrar que existem vários tipos qualitativamente distintos de exclusão. Algumas não são superáveis sem a reorganização social”²⁵. Seguindo o caminho inverso de Lévy (1999), Manuel Castells (1999) ao fundamentar os conceitos da sociedade em rede, demonstra os processos de exclusão/inclusão social postos na contemporaneidade. Ele enxerga a exclusão digital como agravante, ou melhor, uma continuação de maneira mais perversa da exclusão social gerada pelo sistema capitalista. Warschauer (2006), por outro lado, têm dificuldades em usar o termo exclusão digital, segundo o autor os significados impressos neste conceito desconsideram questões relativas ao entrelaçamento complexo das tecnologias digitais nos sistemas e nos processos sociais, como também cria uma cisão bipolar, onde você está ou não na sociedade da informação, não permitindo, desta forma, explorar a complexidade do processo.

Em pesquisa realizada nos EUA, Castells (1999) investe na argumentação das causas do aumento da desigualdade, polarização, pobreza e miséria no capitalismo informacional, o autor constata que durante o avanço da sociedade em rede houve quatro processos inter-relacionados que acrescidos com fatores sociopolíticos que, “ao

²⁴ LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed.34, 1999, p. 237.

²⁵ SILVEIRA, Sérgio A. A Noção de Exclusão digital diante das exigências de uma cibercidadania. IN: HETKOWSKI, Tânia M. *Políticas Públicas & Inclusão Digital*. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 47

assegurar a dominação de forças de mercado irrestritas, acentuam a lógica da desigualdade”²⁶. Assim,

a desindustrialização, em conseqüência da globalização da produção industrial, da mão-de-obra e dos mercados; a individualização e integração em rede do processo de trabalho, suscitados pela informacionalização; a incorporação da mulher ao trabalho remunerado na economia informacional, sob condições de discriminação patriarcal; e a crise da família patriarcal.²⁷

São sob o ponto de vista do autor, os principais fatores que determinaram o crescimento da desigualdade e da pobreza durante o processo de informatização da sociedade. Por isso que ao tentar compreender os meandros desta sociedade devem-se considerar as diferentes complexidades que envolvem tal processo, pois ao pensar a exclusão na era da informática estamos tratando do “aumento das desigualdades já existentes, da ampliação de distâncias sociais, a partir do uso das TIC’s”²⁸. Apesar do termo exclusão digital, no ponto de vista de Warschauer (2006), tender ao esvaziamento do debate sobre as questões sociais postas na contemporaneidade, o conceito favorece, a meu ver, a luta pelo direito do cidadão ao acesso básico as estruturas de comunicação em redes informacionais, como também dá conta da realidade e as conformações do sistema capitalista na atualidade. Contudo, vale destacar, e é o que irei problematizar mais a frente, que não basta simplesmente facilitar o acesso a uma infraestrutura em rede, já que os usos das tecnologias digitais

²⁶ CASTELLS, Manuel. *A era da informação. Economia, sociedade e cultura – O fim do milênio*. V.3. São Paulo: Paz e terra, 1999.p. 161.

²⁷ *Ibid*, p. 187.

²⁸ SILVEIRA, Sérgio A. A Noção de Exclusão digital diante das exigências de uma cibercidadania. In: HETKOWSKI, Tânia M. *Políticas Públicas & Inclusão Digital*. Salvador: EDUFBA, 2008, p.54.

pressupõem o mínimo de saberes²⁹ para que haja uma interação com as mídias digitais, de outra forma estes sujeitos continuariam excluídos digital e socialmente. Desta forma ao utilizar o conceito “exclusão/inclusão digital” leia-se toda a conformação social do sistema capitalista que destaquei nas páginas anteriores, onde jovens da periferia das grandes cidades – como os meninos (as) de Uberlândia demonstraram a partir de suas experiências – são excluídos do acesso à educação, saúde, moradia, lazer e agora às tecnologias digitais de qualidade, mas que de uma maneira **perversa** eles são incluídos na sociedade da informação.

Castells (1999), contribui com suas análises afirmando que:

O informacionalismo dá origem a uma profunda divisão entre pessoas e locais considerados valiosos e não-valiosos. *A globalização atua de forma seletiva, incluindo e excluindo segmentos de economias e sociedades das redes de informação, riqueza e poder que caracterizam o novo sistema dominante.* A individualização do trabalho deixa os trabalhadores à mercê da própria sorte, tendo de negociar seu destino em vista de forças de mercado em mudança constante. A crise do Estado-Nação, bem como das instituições da sociedade civil que se ergueram ao seu redor durante a era industrial, compromete a capacidade institucional de ajustar os desequilíbrios sociais derivados de uma lógica de mercado irrestrita. Em casos extremos, como ocorre em alguns Estados africanos e latino-americanos, o Estado, esvaziando de representatividade, transforma-se em predador de seu próprio povo. *As novas tecnologias da informação são o instrumento desse redemoinho global de acúmulo de riqueza e difusão de pobreza.*³⁰

²⁹ É consenso entre os teóricos que pensam a inclusão digital que as dimensões culturais e educacionais devam estar atrelados ao acesso à infraestrutura e aos recursos das tecnologias da informação e comunicação. Silveira (2008), desenvolve estas e outras questões no texto “SILVEIRA, Sérgio A. A Noção de Exclusão digital diante das exigências de uma cibercidadania. In: HETKOWSKI, Tânia M. Políticas Públicas & Inclusão Digital. Salvador: EDUFBA, 2008, p.54., vale também consultar as discussões apresentadas por WARSCHAUER, Mark. Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

³⁰ CASTELLS, Manuel. 1999, p. 191-192. (grifo meu)

A partir dessas análises foi possível melhor compreender o que as fontes documentais e os depoentes (jovens da grande Morumbi) informam sobre a *inclusão perversa* registrada pelos programas governamentais ou promovidos por empresas privadas de inclusão digital. Nela, o jovem pobre, morador da periferia, participa da sociedade em rede de acordo com interesses do mercado, da lógica da produção – servindo de mão-de-obra superexplorada – e do consumo.

No parágrafo seguinte o autor coloca que: “Contudo, há mais nesse processo de reestruturação social do que simplesmente desigualdade e pobreza. Existe também a exclusão de pessoas e territórios que, do ponto de vista dos interesses dominantes no capitalismo global e informacional, são relegados a uma posição de irrelevância estrutural. Esse processo generalizado e multiforme de exclusão social leva à formação do que chamo, tomando a liberdade de uma metáfora cósmica, de buracos negros do capitalismo informacional. Referem-se a áreas da sociedade nas quais, do ponto de vista estatístico, não há escapatória da dor e da destruição infligida no elemento humano para aqueles que, de uma forma ou de outra, adentram esses cenários sociais. Esse é o atual estado de coisas, a menos que ocorram uma mudança nas leis que regem o universo informacional do capitalismo, pois, ao contrário das forças cósmicas, a ação deliberada do homem pode efetivamente mudar as regras da estrutura social, inclusive as que levam à exclusão social.”

OS DISCURSOS E AS PRÁTICAS DA INCLUSÃO DIGITAL

As novas tecnologias da informação são instrumento desse redemoinho global de acúmulo de riqueza e difusão de pobreza.

Manuel Castells

O governo petista do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), protagonizou uma série de ações que, segundo a fala oficial, pretenderam a redistribuição dos espaços de acesso e uso da internet no país. Durante seu governo diferentes programas e projetos foram desenvolvidos, em parceria com instituições públicas e privadas, no sentido de amenizar a situação da exclusão digital que afligia o Brasil. No entanto, as posturas assumidas pelo governo do PT (Partido dos trabalhadores), no que concerne à inclusão digital, estavam alicerçadas nas propostas que identificam suas políticas, as quais têm como principal característica a negociação com setores hegemônicos da sociedade de maneira que se articule ações que não manifeste prejuízos aos grupos historicamente dominantes – neste caso as empresas ligadas aos ramos da comunicação e informação. Venício A. de Lima (2010), em artigo publicado no Observatório da Imprensa, destaca que “a maioria das propostas de políticas públicas que a sociedade civil organizada considera avanços no processo de democratização das comunicações não foi implementada no período 2003-2010”¹, pois segundo análise do autor “em diferentes ocasiões, ficaram evidentes as contradições e conflitos de orientação política entre setores internos ao próprio governo, em especial o Ministério das Comunicações, o Ministério da Cultura.”² O autor pondera, no entanto, que houve avanço no acesso à internet no país, mas que as ações do Estado foram muito tímidas para romper com as hegemonias historicamente consolidadas no país, de modo que possibilitasse um uso democrático e emancipador dos veículos de comunicação e informação, em suas palavras.

¹ LIMA, V. A. de. O balanço dos governos Lula Observatório da Imprensa, 11 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-balanco-dos-governos-lula>>. Acesso em: 16 Abril 2013.

² Ibid.

Da mesma forma, ficou mais de uma vez evidente a impotência do Estado diante dos grandes grupos de mídia, assim como ficou claro o enorme poder histórico desses grupos, ainda capazes de interferência direta na própria governabilidade do país. [...] O período 2003-2010 foi também marcado (1) pelo formidável avanço da internet e (2) pelo recrudescimento da posição radical dos grupos privados de mídia em relação a qualquer proposta de regulação das comunicações, oriunda ou não do governo.³

Claro que as ações e projetos políticos assumidos pelo governo Lula não foram privilégios unicamente de sua gestão, estavam, na maioria das vezes, em consonância com projetos internacionais de maior envergadura. Basta analisar os documentos firmados na Cúpula Mundial das Nações Unidas sobre a Sociedade da Informação (CMSI) que ocorreu nos anos de 2003 e 2005, e da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Cruzando as informações ali contidas com as propostas de inclusão digital implementadas durante governo Lula, é possível notar como o governo do PT assimilou e contribuiu para que as propostas de ambas as instituições internacionais fossem consolidadas no país.

Uma questão que se destacou nas discussões da primeira CMSI no ano de 2003 (Genebra) diz respeito às medidas tributárias que impediam ou dificultavam a venda e compra das tecnologias digitais, como também a falta de informação sobre as “brechas digitais” (exclusão digital), ou seja, problemas fundamentais que precisavam ser rapidamente solucionados para dar início a uma política de inclusão digital. Ambos os pontos foram se resolvendo por ações do Programa Brasileiro de Inclusão Digital criado um ano após a referida Cúpula.

Dentre as primeiras atitudes assumidas pelo governo brasileiro para os programas de inclusão digital, podemos destacar: 1º) O estabelecimento de parceria entre os diferentes órgãos do Governo Federal no início 2003 que deu início ao

³ Ibid.

Governo Eletrônico-Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC), o qual criava pontos de acessos a internet em diferentes municípios e comunidades de baixa renda; 2º) a criação do Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID)⁴ em 2005; 3º) o envio para congresso federal e sua aprovação, conforme projeto de lei nº 11.196, de novembro de 2005, que além de criar um regime especial de tributação para os programas de inclusão digital, protagonizou um dos principais programas do governo Lula em sua primeira gestão – o “Computador para todos” – que oferece computadores, com configuração estipulada pelo governo, com baixo custo. Esta reorganização e estruturação do Estado brasileiro permitiu que nos anos seguintes e no segundo mandato de Lula o governo estivesse em melhores condições para implementar projetos mais promissores, como é o caso do Casa Brasil. Contudo, as estratégias assumidas pelo governo estavam distante de objetivos educacionais e culturais, sociais e políticos, acompanhando, na maioria das vezes, os interesses apregoados pelas organismos multilaterais e supranacionais, que primam, antes de tudo, pelo aumento da capacidade produtiva e de consumo. Diante desta situação Lacerda (2009) analisa que:

O papel mais ou menos ativo dos governos pode se converter em promessas ou posturas demagógicas. E o entusiasmo em torno das virtudes promissoras da tecnologia pode se traduzir como resolução – mas, somente no nível do discurso – das carências em termos de educação, saúde e informação como possibilidades mínimas de exercício de governo. Esse entusiasmo com a tecnologia que não traz

⁴ É uma iniciativa do Governo Federal em conjunto com a sociedade civil organizada que atua na coleta, sistematização e disponibilização de informações para o acompanhamento e avaliação das ações de inclusão digital no Brasil.

resoluções concretas ou mascara os demais tipos de carência é definido por Scott Robinson como demagogia digital.⁵

A partir dessas iniciativas o governo brasileiro torna-se destaque internacional nas políticas de inclusão digital, pois ele conseguiu desenvolver ações de maneira que elas fossem ramificadas nos diferentes ministérios que compõe o governo e também formulou parcerias com instituições privadas interessadas nas políticas de inclusão digital. Enquanto o Estado brasileiro financiava os programas e criava leis anti-tributárias, as grandes, médias e micro empresas lucravam com a prestação de serviço e a oferta de infraestrutura necessária para a realização dos mesmos. Deste modo, o Brasil consegue cumprir alguns – se não a maioria – dos requisitos para “construir a sociedade da informação”, pretendidos na declaração de princípios formulados na Cúpula Mundial das Nações Unidas sobre a Sociedade da Informação (CMSI), a qual prezava um Estado comprometido com a criação de estratégias que fortaleçam as tecnologias digitais enquanto:

*um instrumento e não como um fim em si mesmas. [Pois] Em condições favoráveis, estas tecnologias podem ser um instrumento muito eficaz para aumentar a produtividade, gerar crescimento econômico, criar empregos e possibilidades de contratação, assim como para melhorar a qualidade de vida de todos. Além disso, podem promover o diálogo entre as pessoas, as nações e as civilizações.*⁶

Apreende-se deste parágrafo a intenção principal das políticas internacionais e seu rebatimento nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Mais do que

⁵ LACERDA, J. de S. Políticas de telecentros de acesso público gratuito e sociedade da informação: modelos em conflito. In: FRAGOSO, S.; MALDONADO, A. E. *A internet na América Latina*. São Leopoldo: Ed. Unisino; Porto Alegre: Sulina, 2009. p.169-190.

⁶ CÚPULA MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. *Declaração de princípios para construir a sociedade da informação. Um desafio mundial para o novo milênio*. Génova, Itália, 12 dez. 2003. (grifo meu)

a emancipação ou transformação social e das condições de vida das pessoas socialmente excluídas, as propostas estão voltadas para o fortalecimento do sistema capitalista, prezando, é claro, pelo aumento da produtividade, consumo e lucratividade. As políticas externadas pela declaração buscam além de tudo “(...) materializar uma visão comum da sociedade da informação para nós mesmos e para as gerações futuras.”⁷ Visão pautada no mercado e na lógica do consumo que quando transpostas para a realidade latino-americana elas contribuem para o aumento da miserabilidade e, por fim, das desigualdades sociais.

Na tabela 1, apresentada abaixo, verificamos os projetos e programas instituídos durante os anos de 2003 e 2010 pelo governo petista e de que maneira tais projetos se articulavam entre a Casa civil, Presidência da República, ministérios e secretarias de governo capitaneando recursos e poder simbólico⁸ para suas agendas políticas.

Tabela 1

Projetos e Programas que compõem as políticas de inclusão digital durante o governo Lula de (2003 – 2010).

Projeto	Órgão responsável
Centro de Inclusão digital	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
Computador para todos	Presidência da República, Ministério do Desenvolvimento, Ministério de Ciência e Tecnologia e Serpro
Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT)	Ministério da Ciência e Tecnologia
Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC)	Ministério das Comunicações
Kits Telecentros	Ministério das Comunicações
Maré – Telecentros de Pesca	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca/ Presidência da República
Observatório Nacional de Inclusão	Ministério do Planejamento, Orçamento e

⁷ Ibid

⁸ BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 15ª Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011, p. 187-188.

Digital	Gestão e parceiros
Pontos de Cultura – Cultura digital	Ministério da Cultura
Programa Banda Larga nas Escolas	Presidência da república, Casa Civil, Secretária de Comunicação, Agência nacional de telecomunicações, Ministérios da Educação, Comunicação, Planejamento e Ciências e Tecnologias
Programa computador portátil para professores	Presidência da república, Ministérios da Educação e Ciências e Tecnologias, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
Programa estação digital	Fundação Banco do Brasil
Programa SERPRO de Inclusão Digital	Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)
Programa nacional de informática na educação – ProInfo	Ministério da Educação
Projeto computadores para inclusão	Ministérios do Planejamento, Educação e Trabalho e Emprego
Quiosque do Cidadão	Ministério da Integração Nacional
Telecentros Banco do Brasil	Banco do Brasil
Território digitais	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Telecentros de informação e negócios – TIN	Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Projeto um computador por aluno – UCA	Ministério da Educação e Casa Civil
Casa Brasil	Ministérios da Ciência e Tecnologia, Planejamento, Comunicações, Cultura, Educação, Instituto nacional de Tecnologia e Informação, Secretária de comunicação, Petrobras, Eletrobrás/Eletronorte, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.
TOTAL: 20 Projetos e Programas	

FONTE: Elaborada pelo autor⁹

⁹ A construção da tabela se deu conforme as informações encontradas no site do governo federal www.inclusaodigital.gov.br e nas discussões enfrentadas pelas dissertações e teses pesquisadas durante

O debate sobre capital simbólico discutido por Bordieu (2011), contribuiu para as análises propostas neste capítulo, contudo não é intenção deste trabalho aprofundar nestas questões. Vale ressaltar, no entanto, que

o capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os propósitos poderes que eles lhe reconhecem.

Entendo, desta forma, que as investidas feitas pelo governo petistas sobre as políticas de inclusão digital permitiram que o partido ganhasse forças políticas que lhe possibilitasse sustentar a hegemonia do PT e do governo. Foram estes os primeiros passos dados para concretização de políticas públicas, voltadas para inclusão digital, sólidas em todas as esferas do governo. Veremos que esta ação contribuiu em um primeiro momento para investidas mais ousadas, como por exemplo, a criação do Projeto Casa Brasil e em um segundo plano fez sentir, de algum modo, o impacto das tecnologias digitais na vida das pessoas excluídas digitalmente.

a escrita deste texto. Ver : SARTÓRIO, Kelly Cristiane. **Exclusão social e tecnologia: Os desafios da política de inclusão digital no Brasil**. 2008. 127 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.; CARVALHO, Ângela Maria Grossi de. **Apropriação da informação: Um olhar sobre as políticas públicas sociais de inclusão digital**. 2010. 169 f. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.; MEDEIROS, Marcelo. **As políticas de inclusão digital no governo Lula (2003 – 2009): Uma análise de programas e leis**. 2010. 176 f. Dissertação (Mestrado Políticas públicas, estratégias e desenvolvimento) – Programa de Pós-graduação em Políticas públicas, estratégias e desenvolvimento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010

Inclusão Digital: “A palavra mais sexy do governo”.

Durante o ano de 2009, Lula, juntamente com a cúpula do PT, se preparava para o ano seguinte, onde impossibilitado de disputar a reeleição o partido precisaria se reorganizar em torno de uma candidatura e de um discurso que pudesse convencer a população brasileira que compensaria a continuidade do governo petista. O presidente durante suas falas em aparições públicas reforçava, utilizando das oportunidades do contexto, as contribuições de seu governo para determinada área – que normalmente era referente ao público ouvinte. Assim, Lula esclarecia as propostas políticas que sustentaram seu governo e apontava para o plano de continuidade caso seu sucessor pertencesse ao mesmo partido.

Nós tivemos o primeiro desafio: fazer com que o computador chegasse às mãos das pessoas mais pobres. Quem é do governo sabe quanto tempo nós passamos discutindo o Computador para Todos. [...]

Então, o software livre é uma possibilidade de essa meninada reinventar coisas que precisam ser reinventadas.

Para mim, hoje foi um dia glorioso, glorioso, porque eu tenho uma assessoria especial, que cuida da questão digital, amigo do Marcelo, tenho [...]. O governo tem dez ministros que falam em inclusão digital. Inclusão digital é a palavra mais “sexy” do governo, sabe? É a palavra mais “sexy” – todo mundo fala.¹⁰

No discurso transcrito para abertura deste capítulo, em especial, o presidente pretende demonstrar como ele e sua equipe estavam bem assessorados para enfrentar a discussão da cultura digital e das políticas de inclusão digital que foram

¹⁰ Discurso de Lula no FISL (Fórum Internacional de Software Livre) realizado em Porto Alegre/RS no dia 26 de Junho de 2009.

implementadas durante seu governo. E de que modo o pensamento destes assessores ressoava entre seus ministérios, já que inclusão digital (ou será digitalismo?) tornou-se a palavra mais “sexy” de sua gestão.

Para Bourdieu (2011) na política, “dizer é fazer, quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz e, em particular, dar a conhecer e fazer reconhecer os princípios da di-visão do mundo social.”¹¹. Além da reformulação dos aspectos legais que permitisse a conformação no campo jurídico de um aparato legal que possibilitasse a consolidação e continuidade dos programas e projetos de inclusão digital, era (é) necessário um discurso que desse credibilidade tanto para a sociedade civil quanto para os poderes públicos e iniciativas privadas sobre as possibilidades de tais ações. Desta forma deveria entrar na pauta principal do governo a Inclusão Digital.

Ao analisar as falas dos agentes políticos do período aqui estudado, é possível verificar diferentes propostas e trajetórias políticas, assumidas durante o governo Lula, que ganharam sentido e significância na ordem social. Vários intelectuais, empresários, professores universitários, produtores culturais, agentes de ONG’s e outros, que participam direta ou indiretamente do debate sobre a cultura digital foram incorporados em ministérios, secretarias e diretorias do governo, criando, desta forma, uma “identidade” para as propostas ligadas as tecnologias digitais. No acalorado debate sobre as propostas para esse campo de ação, houve certa organicidade de pensamento nos e entre os ministérios e os demais sujeitos envolvidos na formulação e execução dos projetos e programas de inclusão digital. José Murilo de Carvalho Junior, por exemplo, gerente de cultura digital da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura (MInC), em texto publicado no livro *Cultura Digital.br*, destaca a ideia

¹¹ BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 185

central que baliza algumas ações conjuntas nas políticas de cultura digital e pontua as articulações necessárias para a realização das políticas pretendidas:

Interessa ao Ministério da Cultura convocar uma *reflexão coletiva* ampla sobre estas perspectivas, fomentando a participação de todos os interessados em um processo inovador de construção colaborativa das políticas públicas para o digital.

O barateamento do computador pessoal e do telefone celular, aliado à rápida evolução das aplicações em software livre e dos serviços gratuitos na rede, promoveu uma radical democratização no acesso a novos meios de produção e de acesso ao conhecimento.¹²

Parte das ações ilustradas pelo autor foram executadas pelo governo federal, como também foram formuladas propostas conjuntas com as demais esferas do poder público (Estados e municípios), sociedade civil e iniciativas privadas para que pudesse chegar ao resultado pretendido. Algumas destas iniciativas estão registradas nas portarias interministeriais, decretos e leis que foram (re)formulados e serviram como instrumentos legais de encaminhamento de projetos e programas de inclusão digital. O projeto de lei nº 11.196, discutido no capítulo anterior, que pretendia organizar e regulamentar a compra e venda de produtos tecnológicos para projetos de inclusão digital e o decreto nº 6.991, de 27 de outubro de 2009, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades (Telecentros.BR), são exemplos das articulações políticas e jurídicas que foram enfrentadas pelo governo federal.

A construção de propostas e ações conjuntas para as políticas públicas de inclusão digital se fizeram presentes nos discursos dos agentes governamentais, destacando diferentes aspectos que envolvem a questão. Como assinalou o Ex-Ministro Fernando Haddad “com a internet o parafuso deu uma volta a mais. Não só se tem um

¹² JUNIOR, J. M. C. Por uma cultura digital participativa. In: SAVAZONI, Rodrigo; COHN, Sergio (Org.) *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009. p.9 (grifo meu).

caminho de ida que não é tão retilíneo como se imaginava, mas agora se tem também o caminho de volta por meio da interação digital, e isso evidentemente muda o conceito de esfera pública”¹³. Seguindo essa mesma linha de destacar a complexidade da temática, Cláudio Prado, na época Coordenador do Laboratório Brasileiro de Cultura Digital, argumenta:

Eu diria a você que existem duas vertentes da cultura digital: uma prática real, do software livre, de novas percepções de como fazer as coisas, novas possibilidades de acesso, de troca, de viabilização da diversidade, que era impedida porque não podia ser distribuída no século XX, todas essas novas possibilidades extraordinárias. Por outro lado, há uma coisa conceitual muito profunda, do papel do ser humano sobre a terra, que se desencadeia numa compreensão mais séria de inúmeras questões, entre elas a questão ecológica.¹⁴

Quer dizer, os agentes políticos compreendem que havia (há) uma nova configuração social e cultural que afeta todas as esferas da sociedade, as quais devem ser compreendidas pelo Estado e devem estar em consonância com as políticas de governo. Já que, como destacou Lula em sua fala no FISL (Fórum Internacional de Software Livre)¹⁵ as intenções eram “colocar este país dentro da inclusão digital, de fazer com que as crianças da periferia tenham os mesmos direitos que as crianças do rico, de ter acesso à internet, de poder se formar, de poder transitar livremente por esse mundo, que é a internet”.

¹³ HADDAD, Fernando. Entrevista. In: SAVAZONI, Rodrigo; COHN, Sergio (Org.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

¹⁴ PRADO, Cláudio. Entrevista. In: SAVAZONI, Rodrigo; COHN, Sergio (Org.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

¹⁵ O Fórum Internacional de Software Livre (FISL) foi realizado em Porto Alegre/RS no dia 26 de Junho de 2009, tinha como intuito problematizar o uso de Software Livre como ferramenta digital para o governo brasileiro.

Deste modo o balanço de governo¹⁶ (2003 – 2010) publicado na internet pelo Ministério do Planejamento, ao destacar o que foi feito durante este período em termos de inclusão digital, além de fornecer pistas sobre o discurso balizador das políticas implementadas nestes anos, possibilita, também, estabelecer uma comparação entre as propostas oficiais e o contexto mais amplo que cerca essa questão. Segundo o relatório:

por meio de diversos ministérios e entidades vinculadas tem desenvolvido várias ações para criar oportunidades, acelerar o desenvolvimento econômico e social, promover a inclusão digital, reduzir desigualdades sociais e regionais, promover a geração de emprego e renda, ampliar os serviços de governo eletrônico e facilitar aos cidadãos o uso dos serviços do Estado, promovendo a capacitação da população para o uso das tecnologias de informação e de comunicação e para aumentar a autonomia tecnológica e a competitividade brasileira e do bloco Mercosul.¹⁷

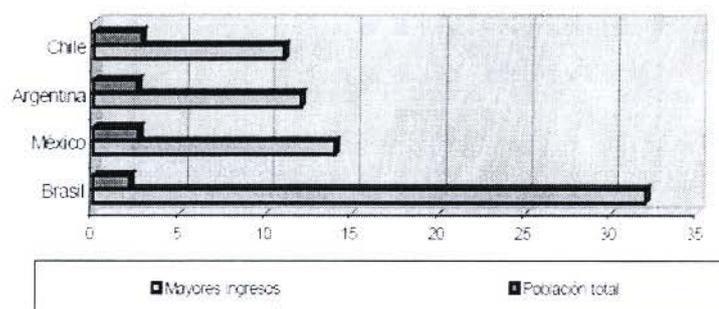
A partir deste texto depreende-se que a tônica que prevalecia nos discursos e nas ações das políticas petistas estavam em consonância com as propostas e diretrizes firmadas nos encontros realizados por órgãos supranacionais, onde se configurava os novos interesses do capitalismo. Apesar de não haver citações nos documentos oficiais ou nas falas dos representantes do governo que se refiram as formulações e debates feitos por organismos supranacionais como CEPAL ou UNESCO, é possível identificar pontos de convergência que caracterizam um entendimento comum sobre a sociedade atual e as dificuldades a serem enfrentadas pelos países subdesenvolvidos para participarem e/ou se incluírem no mundo das tecnologias digitais. Lula, ao dizer que se esforça para “colocar este país dentro da inclusão digital”, refere-se às constatações feitas pelos pesquisadores da CEPAL de que a parcela mais rica da população (12,3 %)

¹⁶ O balanço do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2009) se encontra no site: <https://13.gov.planejamento.gov.br/?p=balanco>, e sobre o tema de inclusão digital consultei o livro 4 (quatro) parte 2 (dois) item 9 (nove)

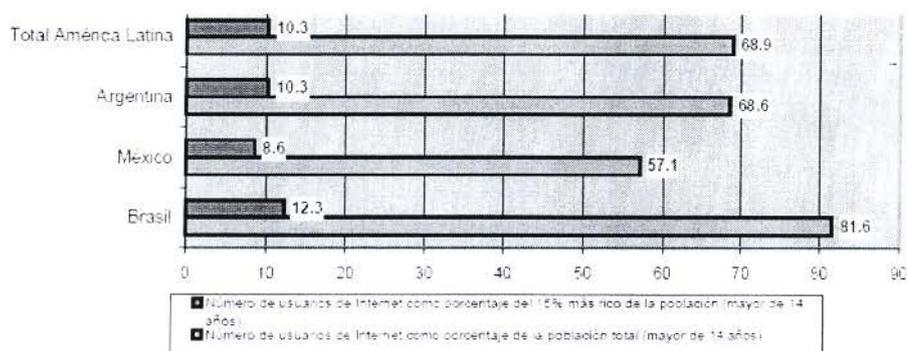
¹⁷ BRASIL. Balanço de Governo (2003-2010). Cidadania e Inclusão social. Livro 2, Vol. 2, p. 428.

que possui acesso a rede de computadores representa os 82% da taxa de conectividade do ano de 2004 no Brasil, enquanto o restante da população seria responsável pelo outros 18%. Em outras palavras, aqueles que se já possuem conexão à internet conseguiriam acompanhar a evolução tecnológica e nos anos seguintes estariam usufruindo deste desenvolvimento, enquanto parte considerável da população sequer conhecia um computador. Vê-se esta discussão melhor fundamentada na tabela abaixo encontrada na documentação fornecida pela CEPAL.

Tasa de penetración de Internet en la población de mayores ingresos y en la población total (1998/1999)



Ampliación acelerada de la brecha: estimaciones para el año 2004



FONTE: CEPAL, 2003

Para reverter esta situação busca-se um referencial teórico e prático que coloque o Brasil em um patamar favorável de acesso e competitividade na sociedade em rede. Tendo em vista, que se entendia a necessidade de “reduzir desigualdades

sociais e acelerar o desenvolvimento e a difusão das TIC como elemento central para o progresso econômico e social brasileiro”¹⁸, será.

El desarrollo económico [...] uno de los principios rectores de la sociedad de la información. Por una parte, los estratos de infraestructura y servicios genéricos están compuestos por industrias dinámicas y de crecimiento rápido. [...] Por lo tanto, el principal centro de interés no es tanto la producción de estos equipos sino su uso. *Numerosos estudios provenientes de Norte-América, Europa y Japón indican que, al combinarse una serie de factores* (tales como los bajos costos de transacción de las asimetrías de la información, el acceso a mercados nuevos y a cadenas de suministros, entre otros), *la digitalización de los flujos de información y los mecanismos de comunicación en la economía pueden tener un fuerte impacto positivo en la productividad.*¹⁹

O documento acima citado foi produzido durante a Conferência Ministerial Regional Preparatória da América Latina e Caribe para a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação. As afirmações ali contidas revelam o reconhecimento dos países da referida região sobre a sociedade da informação, como também suas implicações sociais, culturais, políticas e econômicas a partir do ponto de vista da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). A primeira observação a ser feita sobre o documento diz respeito à referência feita aos países dominantes, com realidades completamente diferentes, mas que primam pela adoção de suas políticas em países da América Latina de modo que estes possam manter sua hegemonia política e econômica na região. Mesmo que a CEPAL problematize tal questão no decorrer do texto, descortinando a especificidade de cada país ou região, suas propostas estão voltadas para o desenvolvimento das estruturas econômicas dos países Latinos

¹⁸ BRASIL. Balanço de Governo (2003-2010); Cidadania e Inclusão social. Livro 2, Vol. 2, p. 426.

¹⁹ CEPAL. Los caminos hacia una sociedad de la información en América Latina y el Caribe. Santiago de Chile: CEPAL, 2003. p. 17-18. (grifo meu)

Americanos de modo que estes possam participar e contribuir de forma competitiva no novo cenário político-econômico da sociedade da informação. Muitas das medidas pontuadas/sugeridas no texto redigido pela Comissão foram tomadas como referência a situação da “brecha digital” existente nos países da América Latina e Caribe. É marcante nas proposições a primazia à lógica do mercado global, de maneira que o desenvolvimento técnico – científico e da informação são os elementos chave a serem superados para o “progresso”. Como afirma Lacerda (2009), na maioria das vezes observa-se “um contínuo aumento da participação privada em iniciativas públicas e o aumento da capacidade produtiva e de consumo, o barateamento de custos de produção aparecem antes mesmo de objetivos educacionais e culturais, sociais e políticos”²⁰. As medidas para a elevação do nível de produção e consumo são, na maioria das vezes, prioritários nas políticas de Estado. Sérgio Machado Resende, ministro de Ciências e Tecnologia do segundo mandato de Lula, sintetiza em sua fala de que maneira estes aspectos foram privilegiados nas ações implementadas em seu ministério:

o Brasil conseguiria reverter os índices de analfabetismo e de mortalidade infantil, possibilitando redefinir a inserção do povo brasileiro na divisão internacional do trabalho e *priorizar a substituição de tecnologia importada e a realização, no maior grau possível, do esforço de pesquisa e desenvolvimento no interior da nossa sociedade.*²¹

²⁰ LACERDA, J. de S. Políticas de telecentros de acesso público gratuito e sociedade da informação, modelos em conflito. In: FRAGOSO, S.; MALDONADO, A. E. *A internet na América Latina*. São Leopoldo. Ed. Unisino; Porto Alegre. Sulina, 2009, p.169-190.

²¹ REZENDE, Sérgio Machado. Uma década de avanço em ciência, tecnologia, e inovação no Brasil. In: SADER, Emir. (Org.) *Lula e Dilma. 10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013, p. 226. (grifo meu)

Quer dizer, os problemas historicamente enfrentados em nosso país poderiam ser resolvidos na medida em que o Brasil começasse a assumir e renovar as forças produtivas que se instauraram na contemporaneidade. Retomando tais discursos percebemos que a fala do presidente Lula sobre as políticas de inclusão digital estava respaldada em formulações que ressoavam nas demais áreas de seu governo e, como vimos em alguns trechos dos documentos da CEPAL e CMSI, também em encontros de órgãos supranacionais. Estas concepções são parte das apropriações e usos feitos pelos agentes políticos que compuseram aquele governo petista.

A partir do momento em que as tecnologias digitais começaram a participar de forma ativa no cotidiano das sociedades contemporâneas, cada sujeito apropria-se da mesma conforme seus valores, experiências, sentimentos, necessidades e expectativas e, sobretudo, condições, conferindo-lhe um sentido próprio. Entretanto, como afirmou Bourdieu (2011), é no campo da política e “na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos”, que são gerados “produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos”²². Analisando as falas destes agentes políticos conseguimos identificar uma estrutura de pensamento, no que concerne à cultura digital, que é, ou se faz, hegemônica em nossa sociedade. A Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), por exemplo, foi uma das primeiras manifestações dos órgãos supranacionais que pretendia pensar os novos desafios da sociedade em rede, para a partir deste encontro, “forjar um entendimento comum, assumir compromissos políticos e definir ações e mecanismos concretos sobre o tema”²³. Nos dois encontros que ocorreram em Genebra (2003) e Túnis (2005) se fizeram presentes os governos, o setor privado, a sociedade civil, membros das Nações

²² BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 164.

²³ LIMA, Paulo Henrique; SELAIMEN, Graciela. *Cúpula Mundial sobre a sociedade da informação: Um tema de tod@s*. Rio de Janeiro: RITS, 2004, p. 29.

Unidas (ONU), dos organismos internacionais e dos meios de comunicação, os quais pensaram políticas para a sociedade atual. Apesar de não conseguirem concretizar todas as propostas levantadas durante a cúpula, os participantes conseguiram pautar indicativos e medidas para a sociedade da informação, como também conceituar, dentro dos moldes capitalistas, as mudanças sofridas na contemporaneidade. A CMSI fez ressoar, entre as esferas de influência dos participantes da cúpula, perspectivas ligadas aos temas centrais debatidos e defendidos durante o encontro. Subentende-se com os documentos produzidos durante o encontro – como, por exemplo, a Declaração de princípios – que as tecnologias digitais são artefatos capazes de solucionar os problemas históricos do sistema capitalista. A adoção de tais aparatos em todas as esferas da sociedade – social, cultural, político e econômico – viabilizariam, deste ponto de vista, a ordenação de ideias e políticas comuns para a superação das mazelas sociais. Nesse sentido, compreendem que

o rápido progresso destas tecnologias oferece oportunidades sem precedentes para se alcançar níveis mais elevados de desenvolvimento. *Graças à capacidade das TIC's de reduzir as consequências de muitos obstáculos tradicionais*, especialmente o tempo e a distância, pela primeira vez na história se pode utilizar o vasto potencial destas tecnologias em benefício de milhões de pessoas em todo mundo.²⁴

Em diferentes passagens da Declaração reafirma-se a intenção de criar uma visão comum a fim de consolidar políticas comuns para a sociedade. Dá ênfase ao sentido revolucionário das TIC's e da necessidade que esta revolução atinja todos os rincões da sociedade fazendo com que todos consigam usufruir das benesses do

²⁴ CÚPULA MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. *Declaração de princípios para construir a sociedade da informação. Um desafio mundial para o novo milênio*. Gênova, Itália, 12 dez. 2003, p. 44.

desenvolvimento capitalista, pois há a “convicção de que estamos entrando coletivamente em uma nova era, que oferece imensas possibilidades”²⁵. Assim, por um lado a Declaração reafirma pontos preponderantes para um uso quantitativo e qualitativo das tecnologias digitais nos marcos do atual contexto, como infraestrutura, políticas de inclusão digital, indissociabilidade de conhecimento e informação, e por fim, segurança e confiança no uso das TIC’s. Por outro lado, apresentam-se várias questões antes deixadas de lado na discussão da cultura digital como, por exemplo, debates vinculados a gênero, raça, etnias, meio ambiente, juventudes, diversidade e identidade cultural, diversidade lingüística e conteúdo local. Contudo, suas proposições, como já foi dito, estão voltadas para a reafirmação do sistema capitalista globalizado, delineando as diferentes maneiras – que ao final deverão atingir o mesmo objetivo –, para os países não desenvolvidos superarem problemas estruturais, sociais e culturais na “sociedade da informação”. O documento da CMIS afirma, ainda, que

o alcance de nossas aspirações compartilhadas, em particular para que os países em desenvolvimento e países com economias em transição se convertam em membros efetivos da sociedade da informação e possam se integrar positivamente na economia do conhecimento depende em grande parte do aumento do desenvolvimento de capacidades nas esferas da educação, know-how tecnológico e acesso à informação, que são fatores indispensáveis no estabelecimento de condições de desenvolvimento e competitividade.²⁶

Para melhor compreender os objetivos comuns, as vontades coletivas e as aspirações compartilhadas, enfim, todas essas intenções ditas e não ditas sobre o sistema político presente na “era do globalismo”, torna-se necessária uma análise que reflita sobre o contexto mais amplo que envolve a questão. Nesse sentido, Manuel

²⁵ Ibid, p. 59.

²⁶ Ibid, p. 50.

Castells (1999), afirma que a capacidade instrumental do Estado-Nação, enquanto instituição forjada na modernidade, está comprometida devido as transformações sofridas com o processo de globalização das atividades econômicas, midiáticas, de comunicação e também da rede de criminalidade. Isso quer dizer, por um lado, que o Estado vem perdendo seu campo de influência na vida de seus cidadãos, mas, por outro lado, não podemos afirmar, segundo o autor, que o Estado tenha perdido seu poder, enquanto instituição reguladora, podendo usar da violência, para manter a ordem e a difusão de ideologias. Da mesma forma, Octavio Ianni (2011), identifica uma reconfiguração da política internacional onde, segundo suas investigações, há três esferas de poder político que se interligam e que são interdependentes: o globalismo, o regionalismo e o nacionalismo. Todas representam totalidades que, reciprocamente submissas, agem de forma que estas novas realidades permitam a “reestruturação dos subsistemas econômicos nacionais, em conformidade com as capacidades destes, com as possibilidades da regionalização e com a potencialidade da globalização”²⁷. Há um entendimento comum, entre esses autores, de que a globalização – ou globalismo – abala a economia e a sociedade, assim como a política e a cultura na contemporaneidade, “tanto provocando distorções como abrindo horizontes”²⁸.

A partir dessas análises e das leituras feitas nos documentos consultados durante a pesquisa entendo que as políticas nacionais e internacionais atualmente estão entrelaçadas a fim de contribuir para o desenvolvimento/aperfeiçoamento do sistema capitalista, agora globalizado. No entanto, as políticas locais e globais para terem significância social e seja aceita pelas pessoas precisam estar conectadas com suas experiências, as necessidades e expectativas do cotidiano.

²⁷ IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 102.

²⁸ *Ibid.*, p. 150.

No capítulo anterior debatemos aspectos do cotidiano dos moradores da Zona Leste da cidade de Uberlândia/MG, e percebemos de que maneira as tecnologias digitais estão inseridas no dia a dia daquelas pessoas, bem como o sentido que é dado a estes artefatos. Além de serem produtos de consumo e lazer, as tecnologias, na maioria das vezes, como vimos em diversas falas, são usadas pela primeira vez e apropriadas em suas rotinas devido as necessidades do mercado de trabalho. Por isso, a preocupação neste capítulo em verificar as intenções e os discursos assumidos pelas políticas de inclusão digital, para, mais adiante, buscarmos compreender as práticas e os impactos destas políticas nas periferias do município de Uberlândia.

Segundo Bourdieu (2011), “O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma fides, uma auctoritas, que ele lhe confia pondo nele confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe.”²⁹ Neste sentido, compreendo que ao fazer ressoar, pelos diferentes estratos de seu governo e da sociedade, o discurso da inclusão social e desenvolvimento econômico via políticas de inclusão digital, o PT adquire poder simbólico de atuação. Os programas e projetos de inclusão digital, conforme as análises feitas, estavam articulados com as formulações teóricas e práticas de órgãos supranacionais, empresas multi e transnacionais e, finalmente, com as expectativas e necessidades da população brasileira. Tais ações, de alguma forma acabaram sendo instrumentos de ação no campo simbólico pelo governo petista. Em outras palavras, as investidas no campo das tecnologias digitais feitas na “era Lula” deu a ele e seu governo credibilidade e valor de reconhecimento no campo político, facilitando o terreno para investidas mais ousadas.

²⁹ BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 187-188.

Casa Brasil.

Uma investida ousada

O projeto Casa Brasil, desenvolvido durante o governo Lula, pode ser considerado uma proposta de ação bastante ousada. Formulado no ano de 2005, com início de suas atividades no ano de 2006, o projeto propunha “o combate à exclusão social e a promoção da cidadania ativa”³⁰ a partir de uma “política pública transversal” que visava “à convergência das ações do governo federal nas áreas de inclusão digital, social e cultural, geração de trabalho e renda, ampliação da cidadania, popularização da ciência e arte.”³¹ Foram previstas 90 (noventa) unidades Casa Brasil em diferentes regiões do país de modo que pudesse atingir tanto as capitais e demais cidades com grande densidade populacional privilegiando todas as regiões do país. Dessas 90 (noventa) unidades que se pretendia implantar nos espaços de “notória pobreza”³², no ano de 2006 e 2007, 87 (oitenta e sete) foram concretizadas, sendo que as demais enfrentaram dificuldades técnicas e/ou a não aprovação do projeto. O processo de instalação do Casa Brasil nas cidades pré-selecionadas (Quadro 1 e 2), se deu por meio de seleção pública de projetos de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação – edital formulado pelo Ministério de Ciências e Tecnologias (MCT) e Secretária de Inclusão Social (SECIS). Poderia participar do processo de seleção para o desenvolvimento do projeto: Associações, Fundações, Organizações Não-Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesses públicos (OSCIPs), Universidades, Institutos, Centros Tecnológicos, Centros e Museus de

³⁰ BRASIL, Ministério de Ciências e Tecnologias; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Projeto Casa Brasil, 2005, p. 2.

³¹ *Ibid.* p. 2

³² Termo utilizado no Edital Edital MCT-SECIS/CNPq/Casa Civil – ITI/CGPCB nº 041/2005. P 1.

Ciências, Centros e Fundações de Pesquisa e Desenvolvimento (Públicas ou Privadas, sem fins lucrativos), Prefeituras Municipais, Governos Estaduais, Empresas Públicas de Informática.

QUADRO I
PROJETO CASA BRASIL IMPLANTADAS EM CAPITAIS BRASILEIRAS

Capitais	Quantidade
Aracaju	1
Belém	3
Belo Horizonte	3
Boa Vista	1
Brasília	3
Campo Grande	2
Cuiabá	1
Curitiba	3
Florianópolis	1
Fortaleza	3
Goiânia	2
João Pessoa	1
Macapá	1
Maceió	2
Manaus	3
Natal	2
Palmas	1
Porto Alegre	3
Porto Velho	1
Recife	3
Rio Branco	1
Rio de Janeiro	3
Salvador	3
São Luis	2
São Paulo	3
Teresina	2
Vitória	1
TOTAL	55

FONTE: Projeto Casa Brasil

QUADRO 2

PROJETO CASA BRASIL IMPLANTADAS EM DEMAIS CIDADES

REGIÃO NORTE		Quantidade
PA	Ananindeua	1
TO	Araguaína	1
RO	Ji-Paraná	1
AM	Parintins	1
AP	Santana	1
AC	Cruzeiro do Sul	1
PA	Santarém	1

REGIÃO NORDESTE		Quantidade
PE	Jaboatão dos Guararapes	1
BA	Valente (projeto piloto)	1
PB	Campina Grande	1
CE	Caucaia	1
MA	Imperatriz	1
RN	Mossoró	1
AL	Arapiraca	1
PI	Parnaíba	1

REGIÃO CENTRO-OESTE		Quantidade
GO	Aparecida de Goiânia	1
MT	Várzea Grande	1
MS	Dourados	1
GO	Anápolis	1
MT	Rondonópolis	1
MS	Corumbá	1

REGIÃO SUL		Quantidade
PR	Londrina	1
SC	Joinville	1
RS	Caxias do Sul	1
RS	Pelotas	1
PR	Maringá	1
SC	Blumenau	1
RS	Canoas	1

REGIÃO SUDESTE		Quantidade
SP	Guarulhos	1
RJ	São Gonçalo	1
MG	Contagem	1
ES	Vila Velha	1
SP	Campinas	1
RJ	Duque de Caxias	1
MG	Uberlândia	1

FONTE: Projeto Casa Brasil

Neste sentido, foram envolvidos na formulação e desenvolvimento do projeto diferentes órgãos e entidades do Governo Federal, os quais se dividiram em uma Coordenação Nacional que possuía dois Comitês, gestor e executivo, e outras sub-coordenações regionais e locais. A Coordenação nacional e os Comitês que a compunham formulavam e davam orientações gerais, técnicas e políticas, as unidades do Casa Brasil, de modo que pudesse facilitar o funcionamento de todo conjunto, gerando e gerindo todas as atividades e acompanhando a sua operacionalização. O Comitê Gestor do Projeto Casa Brasil (CGPCB), era composto por representantes dos seguintes órgãos: Casa Civil da Presidência da República; Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República; Ministério da Educação; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério das Comunicações; Ministério da Cultura; Ministério do Planejamento. Competia a este comitê: 1) Estabelecer diretrizes gerais de gestão e aplicação dos recursos destinados ao Projeto; 2) Estabelecer critério para a escolha das entidades e localidades que abrigarão e administrarão as unidades locais; 3) Aprovar o plano anual de trabalho do projeto e avaliar periodicamente seus resultados; 4) Acompanhar e monitorar a implementação e o desempenho das unidades do projeto. Ao Comitê Executivo do projeto, de outra forma, coube “a coordenação das ações de ministérios, secretarias, autarquias, empresas estatais, e demais órgãos do Governo Federal para a consecução dos objetivos do projeto, propiciando maior eficácia e visibilidade aos programas de inclusão social do Governo Federal.”³³ Quer dizer, competia a este órgão implementar e acompanhar, além de gerir e operacionalizar as ações do Casa Brasil em âmbito nacional. Em sua composição constavam: Ministério de Ciências e Tecnologia – que coordenava e era responsável pelo repasse, via CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

³³ Ibid, p. 14

Tecnológico), dos recursos; Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), responsável pela secretária-executiva; Casa Civil da Presidência da República; Ministério das Comunicações; Ministério da Cultura; Ministério do Planejamento, Orçamento e gestão; Serviço Federal de Processamento de Dados; Caixa Econômica Federal; Banco do Brasil S.A; Centrais Elétricas S.A; Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Petróleo Brasileiro S.A. Os conselhos de ambos os comitês eram convocados pela secretária executiva do Casa Brasil e objetivavam “manter coerência com os objetivos governamentais na área de inclusão digital e fomentar a cooperação de todos os atores governamentais afeitos ou experientes no tema, visando formar uma iniciativa sólida e coesa da inclusão digital no governo.”³⁴

Além dos conselhos formados para coordenar e gerenciar o projeto em âmbito nacional, foram contratados, via edital público, 54 (cinquenta e quatro) técnicos, destes 27 (vinte e sete) eram Técnicos de Instrução Continuada e 27 (vinte e sete) Técnicos de Informática para acompanharem em cada região os projetos. Da mesma forma compunha a equipe técnica da coordenação nacional do projeto 2 (dois) Coordenadores de Capacitação, 3 (três) Técnicos de Capacitação e 2 (dois) Técnicos Especialista em Software livre. Somam-se a este corpo humano os bolsistas e coordenadores do projeto ligados diretamente à unidade. Em síntese, o Casa Brasil dispunha de uma rede de pessoas que passava por várias autarquias e hierarquias que as vezes facilitava, outras dificultava, o encaminhamento do projeto. Apesar da grande estrutura gerencial dessa empreitada devido à sua dimensão nacional, no Relatório Parcial de Avaliação do Projeto Casa Brasil – Versão de 21/12/2009, Marco Aurélio de Carvalho, então coordenador geral do mesmo, explicita:

³⁴ BRASIL. Relatório Parcial de Avaliação do Projeto Casa Brasil. Versão 21/12/2009. F.296.

fica claro que esse experimento, com 90 unidades distribuídas por todo o Brasil foi super-dimensionado, e que sua administração, por si, já justificaria uma grande estrutura administrativa, sólida e com profissionais afeitos à administração pública. Administrar todo esse contingente humano e um patrimônio tecnológico complexo, contando apenas com bolsistas sem experiência em administração pública não foi uma tarefa simples. [...] Em muitos momentos era óbvia a falta de clareza sobre os objetivos do projeto.³⁵

Estas e outras dificuldades foram pontuadas e discutidas no decorrer do relatório, evidenciando as falhas que inviabilizavam algumas ações pretendidas pelo projeto. Essas mesmas dificuldades também foram experimentadas pelos membros da coordenação do projeto em Uberlândia/MG, Elianne Carrijo Setti, proponente do mesmo. Segundo ela,

tive muita dificuldade em me relacionar no começo com os coordenadores e responsáveis pelo Casa Brasil no CNPq. Só resolvi a situação quando decidi ir até Brasília. Peguei minha passagem e pedi para conversar com o coordenador geral, pois ligava, mandava e-mail e não conseguia falar com ninguém nem resolver nada. A relação era a seguinte: eles determinavam ações e não nos viam enquanto parceiros. Conversei com o coordenador, mostrando a ele que se assim continuasse nos estaríamos fora. Tinham que respeitar a Ação Moradia e suas ações.³⁶

A entrevistada relata a relação que se estabeleceu entre a coordenação nacional do projeto e as coordenações das unidades, evidenciando também as dificuldades de se estabelecer um diálogo contínuo que visasse a resolução coletiva dos problemas no desenvolvimento das atividades propostas. Em Uberlândia o processo de implantação do projeto se concretizou por meio da ONG (Organização Não Governamental) Ação

³⁵ Ibid, f. 297.

³⁶ Entrevista com Elianne Carrijo Setti, coordenadora do projeto na cidade de Uberlândia, 10 de Dezembro de 2012 (Acervo próprio).

Moradia. A partir de parcerias com a Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROEX), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), para a realização de outros projetos, tomou-se conhecimento do Casa Brasil e coletivamente consolidaram a proposta para ser submetida ao MCT³⁷. Cabe ressaltar que a ONG Ação Moradia há muito se consolidara na Zona Leste da cidade de Uberlândia, desenvolvendo projetos sociais na região desde o ano de 1998, dentre os quais, cursos de capacitação profissional e unidades produtivas (fabrica de tijolos ecológicos e artesanato) orientados pelos princípios da economia solidária. Segundo documentos da própria ONG, essas ações visaram o

desenvolvimento de comunidades, propiciando as pessoas uma forma de sair da precária situação de miséria financeira, moral e profissional em que vivem, iniciando-se pela transformação das relações inter-familiares e expandindo-se através da comunidade, fazendo exemplo de cidadania e dignidade.³⁸

O Casa Brasil, nesse sentido, viria para somar às ações já realizadas pela ONG na região.

Como já foi ressaltado, o referido projeto pretendia instalar uma estrutura física e tecnológica, em áreas de alto índice de pobreza, capaz de desenvolver ações de inclusão social a partir da apropriação de tecnologias da informação e comunicação e da criação de espaços de divulgação e produção das artes e ciências. Dentre as possibilidades de atuação dentro do Casa Brasil, acatando as determinações do edital, a proposta do projeto deveria indicar qual seria o enfoque do mesmo, pois “a definição do material a ser doado está condicionada à proposta apresentada pelo Parceiro

³⁷ BRASIL, Ministério de Ciências e Tecnologias. Edital MCT-SECIS/CNPq/Casa Civil – ITI/CGPCB n° 041/2005.

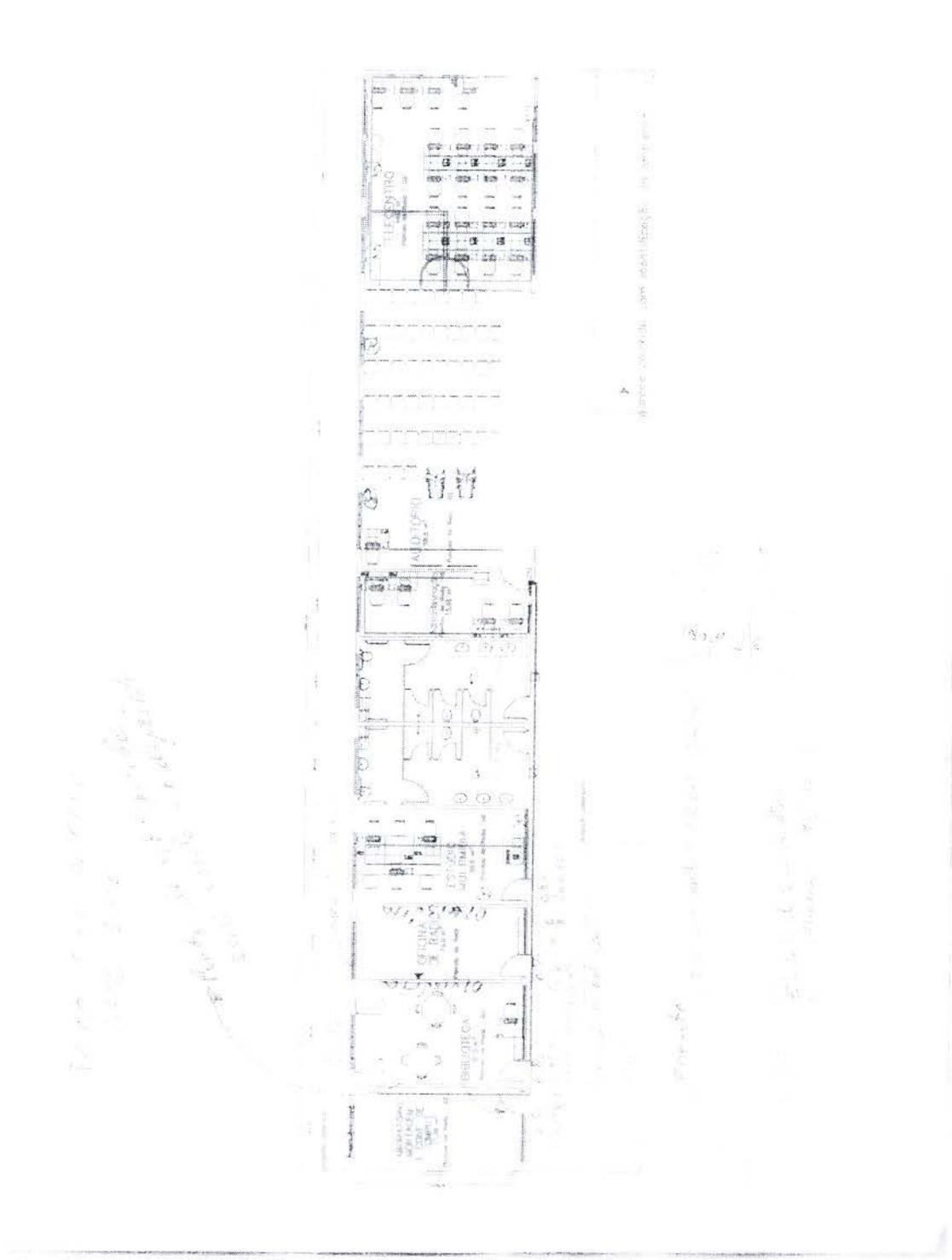
³⁸ Proposta submetida ao Edital MCT-SECIS/CNPq/Casa Civil – ITI/CGPCB n° 041/2005. P.1.

Estratégico”³⁹. Assim, poder-se-ia escolher entre Laboratório de Informática, Montagem e Manutenção de Microcomputadores e/ou Laboratório de Ciências ou Oficinas de Ciências. No caso da ONG Ação Moradia, objeto deste estudo, a opção foi pelo módulo de Laboratório de Informática, Montagem e Manutenção de Microcomputadores. Conforme a proposta submetida ao edital público, a proponente justifica sua escolha afirmando que “esta oficina trará maiores e mais rápidos benefícios ao público alvo, que são jovens e adolescentes entre 16 a 20 anos, desempregados, vivendo em uma região de alto risco social, convivendo com o tráfico de drogas e ainda sem uma profissão definida.”⁴⁰ Desta forma, foi planejado na proposta submetida a implantação na ONG de 1 Telecentro com 20 computadores; 1 Biblioteca Popular; 1 Auditório; 1 Estúdio Multimídia; Laboratório de Informática, Montagem e Manutenção de Microcomputadores; 1 Espaço para Oficina de Rádio. Apesar desta proposta bastante abrangente, no “Relatório quantitativo e qualitativo das ações e atividades da Unidade de Uberlândia-MG”, consta que apenas o telecentro, a biblioteca popular e o laboratório de montagem e manutenção de computadores tiveram funcionamento, com presença ativa de pessoas da comunidade na participação de oficinas, projetos e outras atividades relacionadas com o espaço. Em esboço (IMAGEM 1) feito pelos coordenadores e proponentes da Unidade Uberlândia do Casa Brasil conseguimos visualizar a infraestrutura da unidade e pensar a organização do mesmo.

³⁹ BRASIL, Ministério de Ciências e Tecnologias. Edital MCT-SECIS/CNPq/Casa Civil – ITI/CGPCB nº 041/2005.

⁴⁰ Proposta submetida ao Edital MCT-SECIS/CNPq/Casa Civil – ITI/CGPCB nº 041/2005 P 16.

IMAGEM 1:
INFRAESTRUTURA CASA BRASIL/UBERLÂNDIA



FONTE: Documentação cedida pela ONG Ação Moradia

Em relatórios produzidos pela coordenação do projeto de Uberlândia e submetidos à coordenação nacional não há nenhum indicio de que a estrutura física – laboratórios, bibliotecas e auditório – do Casa Brasil na ONG Ação Moradia tenha sido algum paliativo para realização de atividades propostas, apesar do Relatório Parcial de Avaliação de 2009 revelar que havia “baixa qualidade de alguns dos equipamentos licitados”⁴¹. De outra forma, questões concernentes a matérias de consumo e materiais permanentes adquiridos e custeados pelo ITI/MCT sofreram danos no decorrer do projeto causando algumas dificuldades para ONG.

A entidade pediu uma fiscalização presencial do ITI para verificar a situação de uma impressora laser e tomar as devidas providências, já que há 6 meses ela foi queimada pelo TEC Christian Tosta e que não apresentou solução para o problema. A impressora era patrimônio do ITI e estava sob a responsabilidade da proponente.⁴²

Da mesma forma, no que diz respeito ao financiamento do projeto houve algumas dificuldades com o repasse da verba para a instalação da infraestrutura do Casa Brasil e depois com os pagamentos de bolsistas. A coordenação expressa no relatório final enviado ao Comitê Gestor que:

A lentidão da implantação do projeto CASA BRASIL trouxe transtornos para a instituição, pois no Planejamento Institucional de 2006 a Ação Moradia contemplou o projeto Casa Brasil e contratou um arquiteto para efetuar as reformas em sua sede. O Governo demorou muito para liberar os recursos financeiros e a instituição precisou efetuar o pagamento do arquiteto, pois tinha que definir os espaços para dar continuidade em seus cursos de qualificação

⁴¹ Relatório Parcial de Avaliação do Projeto Casa Brasil – 2009, f. 303.

⁴² Relatório Final submetido ao CNPq e Comitê Gestor do Casa Brasil. 2012, p. 7.

profissional voltados a mulher, que estavam paralisados devido as reformas para implantação do projeto Casa Brasil.

[Também o] atraso no pagamento das bolsas dos bolsistas trouxe diversas complicações para a Ação Moradia, pois os bolsistas pediam para a instituição pagar em dia as atividades realizadas no projeto. Houve atraso de até 3 meses no repasse das bolsas.⁴³

Ao analisar o Relatório Parcial de Avaliação do Projeto Casa Brasil, desenvolvido pela Coordenação Geral do projeto, no caso Dr. Marco Aurélio de Carvalho, é possível perceber que as dificuldades com o repasse de recurso para a instalação da infraestrutura física e tecnológica não se restringiu a Casa Brasil de Uberlândia. Segundo o relatório, houve diferentes situações que comprometia a maneira como o recurso seria repassado, como também a burocracia para a licitação e compra dos equipamentos a serem usados nas unidades dificultaram a utilização do recurso financeiro destinado para tais fins. Deduz-se, com isso, que a gestão nacional do projeto não respeitou as cláusulas no que diz respeito ao repasse e gestão de recursos. Subentende-se, pelas informações constantes do relatório, que muitas vezes ocorreu adiantamento ou atraso no repasse das verba ou se utilizou de outros fundos, não previstos no plano inicial, para solucionar os problemas emergenciais.

[...] nem todos equipamentos e mobiliários prometidos foram entregues na primeira remessa, sendo alguns deles fornecidos bem mais tarde [...]. Houve dificuldades no repasse dos recursos de capital, e a licitação dos equipamentos, realizada pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), somente ocorreu no dia 30 de dezembro de 2005, cobrindo parte dos itens propostos. Entretanto, o repasse do MCT ao ITI não ocorreu naquele exercício, uma vez que não haviam mais recursos disponíveis no momento da execução da licitação.

⁴³Ibid, p. 7 e 8.

A aquisição dos bens para as unidades só foi viabilizada bem mais tarde, em agosto de 2006, utilizando-se recursos destinados a Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT's). Nessa ocasião, por decisão do MCT e do Comitê Gestor do Projeto Casa Brasil, as unidades Casa Brasil foram declaradas CVT's, podendo dessa forma, receber repasses de recursos destinados a essa modalidade de ação.

As primeiras unidades Casa Brasil foram inauguradas em dezembro de 2006, portanto com mais de um ano de funcionamento do projeto.⁴⁴

As unidades eram financiadas por um processo institucional do CNPq (Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), os quais o recurso somava um total de R\$ 58.000,00 repassados para as unidades, sendo R\$ 20.000,00 para adequação do espaço físico, R\$ 24.000,00 para custeio de despesas e R\$ 14.000,00 para aquisição de equipamentos. Na proposta inicial do projeto Casa Brasil, pretendia-se que as instituições parceiras após 2 (dois) ou 3 (três) anos de utilização de recursos públicos pudessem desenvolver projetos internos capazes de se auto-sustentarem, dando continuidade às ações do Casa Brasil. Contudo, no relatório parcial de 2009 verifica-se que, em levantamento realizado nesse mesmo ano, 17 (dezesete) unidades encontravam-se fechadas e outras 5 (cinco) se quer conseguiram iniciar suas atividades. Do total de 90 (noventa) unidades propostas no início do projeto, apenas 44 (quarenta e quatro) tiveram recomendação para a continuidade de suas atividades e outras 17 (dezesete) solicitaram um aprofundamento de análise para verificar a disponibilidade para a continuidade das ações. Quer dizer, a intenção de gerar, a partir do Casa Brasil, “espaços comunitários de acesso universal, livre e gratuito, constituído por uma estrutura modular, isto é, um local para uso comunitário planejado para reunir diversos módulos”⁴⁵, ficou restrita à capacidade de recursos

⁴⁴ Relatório Parcial de Avaliação do Projeto Casa Brasil – 2009, f. 289.

⁴⁵ BRASIL, Ministério de Ciências e Tecnologias; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Projeto Casa Brasil. 2005, p. 4.

humanos e financeiros que os próprios parceiros dispunham ou conseguiam através de outras parcerias, públicas ou privadas. Como foi exposto, poucas instituições conseguiram dar continuidade de suas ações. No caso da Ação Moradia, a ONG tentou, na medida do possível, captar recursos com outras entidades e somou ao seu plano de gestão anual o Casa Brasil, contudo, o projeto foi finalizado no ano de 2010, restando apenas as pinturas nas paredes feitas para identificar a unidade, os computadores no Telecentro, o acervo de livros adquiridos no projeto, o espaço de montagem e manutenção de computadores e, é claro, a memória de uma experiência vivida. No entanto, apesar de algumas ações pontuais que remetem ao projeto Casa Brasil, a ONG não conseguiu dar continuidade às propostas vinculadas ao projeto, da mesma forma como foram desfeitos os vínculos estabelecidos com o MCT/CNPq durante a realização do mesmo.

CASA BRASIL, SONHOS QUE SONHARAM POR NÓS?

Um bom computador e um carro veloz
pra me manter distante de mim. No
amplo progresso entre zero e um
esconder em você meus erros.

Zero e um – Dead Fish

O Casa Brasil foi o primeiro projeto conduzido no Brasil pelo governo federal dentro dos marcos da inclusão digital, cuja proposta se estendeu para além da pura e simples oferta de equipamentos de informática e conexão à internet. São vários os exemplos que demonstram os novos campos desbravados pelo projeto durante o desenvolvimento de suas atividades em diferentes cidades. Trata-se de uma política governamental que possibilitou que todas as regiões do país estivessem conectadas em um projeto comum, criando, compartilhando e aprendendo junto sobre inclusão digital. Conjugando as políticas de inclusão digital, divulgação da ciência e a valorização das culturas, o Casa Brasil conseguiu concretizar ações que valorizassem e dessem novos rumos para as políticas de inclusão digital. Por que, então, qualificá-lo como uma proposta *de inclusão perversa*? Não seria mais lógico identificá-lo como uma proposta de emancipação que visa acabar com as condições de miserabilidade, especialmente nas regiões mais atrasadas do país?

Ao colocar o Casa Brasil no rol de outras políticas de inclusão digital responsáveis por promover uma inclusão perversa, estamos nos referindo à maneira pela qual essas políticas, sejam elas internacionais ou nacionais, são reflexos de uma lógica mercantil a qual, como vimos nos capítulos anteriores, incluem ou excluem as pessoas conforme os interesses do Capital. O Casa Brasil em vários momentos, desde sua elaboração até a execução nas unidades das atividades planejadas, sofreu influências dessa lógica. Vale ponderar, entretanto, que, por tratar-se de um projeto político, tanto o seu planejamento quanto sua execução foram permeados por disputas ideológicas e lencionamentos dentro do próprio governo federal e dos órgãos gestores do projeto, cujas propostas, prioridades na aplicação dos recursos e execução das atividades foram palco de embates que nem sempre se definiram pela via do entendimento harmonioso. Nesse embate, alguns defenderam a proposta de conduzir o

Casa Brasil de forma mais coerente com as metas estabelecidas no planejamento inicial – que em vários aspectos representava um projeto com avanços na área social; outros, procuraram mudar os rumos do projeto se distanciando daquilo que foi previsto inicialmente. Segundo Oswaldo Setti, diretor da ONG Ação Moradia, responsável pela implementação do projeto na cidade de Uberlândia, essas disputas ocorreram tanto no plano macro, quanto no micro, ou seja, tanto no âmbito dos ministérios, quanto nas unidades do Casa Brasil onde as atividades foram executadas. Nas palavras do próprio Oswaldo, “os conflitos de interesse no governo e nos ministérios refletiam no desenvolvimento do projeto nas comunidades e nas parcerias estabelecidas”¹. As preocupações principais do governo federal – leia-se Comitê Gestor e Executivo do Casa Brasil – como se vê nos relatórios de avaliação, eram a eficácia do projeto e sua capacidade de execução. Nos documentos oficiais consultados, produzidos pela ONG Ação Moradia e pela Coordenação geral, pouco se lê sobre o cotidiano das unidades, as conquistas individuais e coletivas geradas a partir do Casa Brasil. O que se encontra nessas fontes são análises quantitativas, metas alcançadas ou não, dificuldades e avanços nas etapas do projeto e apontamentos para o melhoramento do processo. Quer dizer, por mais que as propostas do Casa Brasil tenham sido anunciadas como humanas e emancipadoras, estas dimensões desapareceram em função da cultura capitalista e da máquina burocrática que o administrava.

No Relatório Parcial de Avaliação do Projeto Casa Brasil, Marco Aurélio, coordenador geral do projeto, pontua que:

Com a experiência obtida durante todo o processo, consideramos recomendável que continue a existir uma central de gestão nacional.

¹Entrevista com Oswaldo Setti, diretor da ONG Ação Moradia. Participou e acompanhou as atividades do Projeto Casa Brasil durante todo o período que esteve em funcionamento na ONG. Entrevista concedida no dia 14 de fevereiro de 2012. (Acervo Próprio.)

de onde saíam as orientações gerais técnicas e políticas do Casa Brasil. Porém, nas unidades parece-nos ser mais adequada uma certa autonomia administrativa, assumida pelo parceiro institucional, que poderá inclusive receber recursos financeiros para implementar as orientações emanadas da administração central.²

Contudo, como foi frisado no segundo capítulo, o diretor da ONG Oswaldo Setti e Eliane Carrijo, proponentes do projeto em Uberlândia/MG, destacam que essa relação centro e periferia, ou melhor, órgãos federais e ONGs, não foi satisfatória para o encaminhamento do projeto e que pouco se respeitou a autonomia das entidades parceiras. Segundo um dos representantes da ONG,

Havia muitos conflitos internos da Casa Brasil na Ação Moradia, pois quando assinamos o projeto junto ao CNPQ ficou acordado que nós seríamos os responsáveis pela gestão e execução do Casa Brasil. Mas, os técnicos do Casa Brasil assumiam ações individuais sem prestar contas com a ONG. Quer dizer, eles não nos viam como parceiros, mas como se tivéssemos cedendo o espaço da Ação Moradia para eles realizarem seus projetos.³

Nesse mesma linha, Elianne enfatiza que,

era um projeto belíssimo, mas a maneira pela qual se dava a relação entre as entidades parceiras e o CNPQ causava problemas. Tinha decisões que se davam fora do espaço do Casa Brasil Uberlândia e que queriam que fosse realizadas.⁴

Estabelecendo um paralelo com as análises protagonizadas por Sennett (2006), em “A cultura do Novo capitalismo”, depreende-se que o Projeto Casa Brasil muito se assemelha às antigas metodologias assumidas pelos organismos de Estado. Tais metodologias causaram, como veremos, um anacronismo em sua efetivação devido a

²BRASIL. Relatório Final de Avaliação do Projeto Casa Brasil. Versão 21/12/2009. F.296.

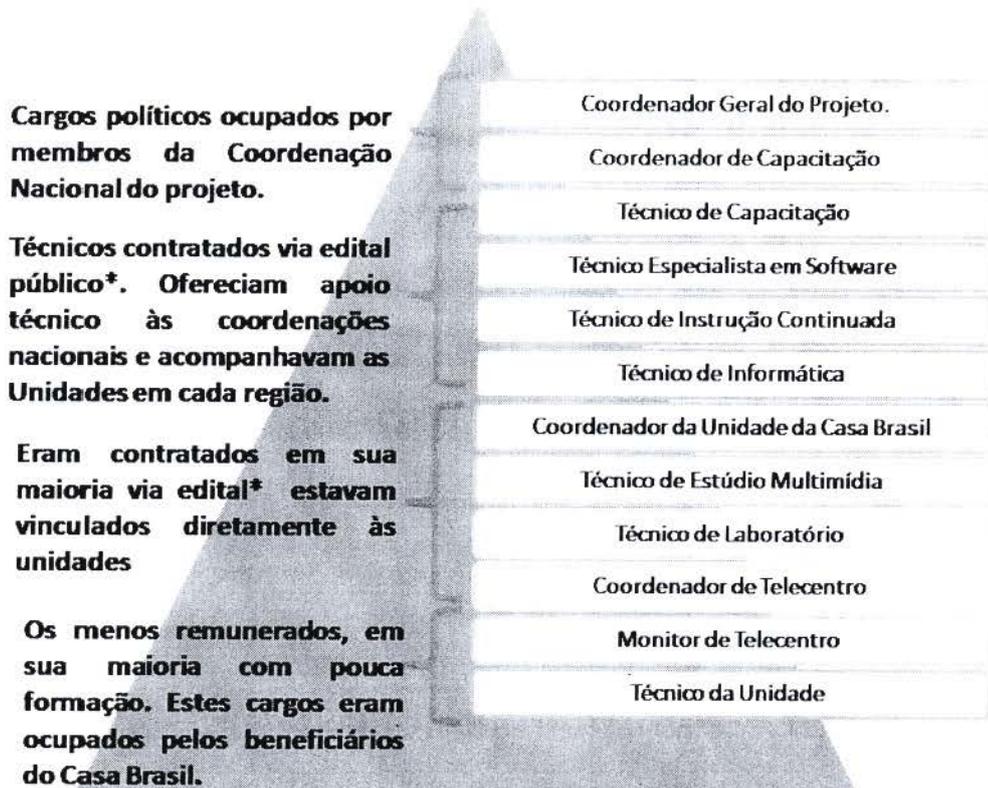
³Entrevista com Oswaldo Setti, diretor da ONG Ação Moradia.

⁴Entrevista com Elianne Carrijo Setti, coordenadora do projeto na cidade de Uberlândia, 10 de Dezembro de 2012. (Acervo próprio).

nova cultura emergente no contexto do capitalismo globalizado e hiperconectado. Por um lado, as instituições públicas e privadas, a fim de avançar junto à nova ordenação social, assumem novos mecanismos de gestão, financiamento e poder de maneira que possam se reordenar para que a flexibilidade e o dinamismo do capital globalizado sejam apropriados, primeiros por sua estrutura e depois por seus agentes. Por outro lado, o Casa Brasil foi um projeto organizado por autarquias e estruturas rígidas, tal como discutido no segundo capítulo, que se limitaram a executar funções pré-estabelecidas. Partindo das contribuições de Sennett (2006), é possível afirmar que tal estrutura (ver imagem 2) muito se assemelha com o modelo militar, analisado por Weber, nas empresas e Estados modernos do final do século XIX e início do XX⁵.

⁵ As discussões sobre as novas estruturas organizacionais das instituições no novo cenário mundial estão presentes no livro: SENNET, Richard. *A cultura do Novo Capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006. Os debates ali travados por Sennett contribuem para o entendimento das metodologias administrativas assumidas pelo projeto Casa Brasil e os impactos destas escolhas.

IMAGEM 2: ESTRUTURA PROJETO CASA BRASIL



* Não tinham vínculo permanente com o projeto poderiam ser remanejados e/ou desligados do projeto a qual quer momento.

Fonte: Produzida pelo próprio autor a partir das fontes consultadas

Com a escolha de uma estrutura rígida e um modelo piramidal que primava pela fixação, dentro de organismos e funções preestabelecidas, pressupunha-se a capacidade de organização e gestão do Projeto de modo que os objetivos e metas fossem alcançados. Contudo, conforme destaca Sennett (2006),

Considerando-se suas origens militares, a imagem da jaula de ferro dá idéia de uma burocracia montada para sobreviver a sublevações. Costumamos associar burocracia a estabilidade e solidez. Mas se trata na realidade de uma ilusão. (...) Em nossa geração, sua estrutura burocrática tem sido desafiada de maneira que nem Bismarck nem Weber poderiam ter previsto.⁶

⁶ SENNET, Richard. A cultura do Novo Capitalismo. Rio de Janeiro. Record. 2006, p. 40.

Não obstante o Casa Brasil ter assumido essa arquitetura organizativa, o projeto sofreu fortes fraturas durante seu desenvolvimento devido às influências da “cultura do novo capitalismo”. Tanto os técnicos que intermediavam a relação entre a coordenação geral e as Unidades, quanto os coordenadores e técnicos da própria unidade não tinham vínculo permanente com o projeto, portanto seus vínculos estavam restritos às “Bolsas oferecidas pelo CNPq e terão [tiveram] que trabalhar 8 horas diárias. Por se tratar de bolsa, inexistente o vínculo empregatício, como os demais direitos trabalhistas”⁷. Imperou no Projeto Casa Brasil a “casualização” do trabalho, de modo que, parafraseando Sennett (2006), no decorrer dos anos, enquanto o Casa Brasil se inchava e se contraía, empregados foram atraídos ou descartados à medida que a “empresa” transitava de uma tarefa a outra. Isto ocorria por que o Projeto, ao integrar uma lógica perversa hegemônica na sociedade em rede, assemelhava-se, conforme caricatura criado por Sennett (2006), à lógica MP3. Para esse autor,

A máquina de MP3 pode ser programada para tocar apenas algumas faixas de seu repertório; da mesma forma, a organização flexível pode selecionar e desempenhar a qualquer momento apenas algumas de suas muitas possíveis funções. Na comparação ao velho estilo, em contrapartida, a produção ocorre através de um conjunto preestabelecido de atos; os elos da cadeia são fixos. Num tocador de MP3, o que ouvimos pode ser programado em qualquer sequência. Numa organização flexível, a sequência de produção também pode ser alterada à vontade.⁸

Portanto, as (relações criadas durante a realização do Projeto sofreram fortes influências da fugacidade, da efemeridade, do desengajamento e do individualismo tão

⁷ CASA BRASIL/UNIDADE JUAZEIRO DO NORTE. Edital público para a seleção de equipe técnica para o projeto Casa Brasil. 2008.

⁸ SENNET, Richard. *A cultura do Novo Capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 49.

marcantes na sociedade líquida, e criticados por Bauman (2003) e Haroche (2008). Nas colocações de Haroche (2008):

Sob o impacto da globalização, as sociedades contemporâneas tendem a se tornar sociedades que se transformam de maneira contínua: sociedades flexíveis, sem fronteiras e sem limites; sociedades fluidas, líquidas. Tais condições têm conseqüências sobre os traços de personalidade, dos mais contingentes e superficiais aos mais profundos, sobre os tipos de personalidade que tendem a desenvolver, e mesmo encorajar, e também sobre a natureza das relações entre o indivíduo.⁹

A autora ao discutir as interpretações que privilegiam a personalidade e os sentimentos existentes em meio às “formas extremas do individualismo contemporâneo”,¹⁰ destaca a necessidade de compreender a atual relação com o tempo e duas dimensões presentes na ritualização dos sentimentos: a ausência de duração e a ausência de sentido. Pois são essas problemáticas, na perspectiva da autora, centrais do indivíduo hipermoderno. Portanto, quando me volto aos agentes de Estado e demais bolsistas que estiveram no Casa Brasil, noto o quanto eles participaram da reconfiguração cultural e social, econômica e política da sociedade contemporânea que individualiza e corrói as coletividades e, por que não, o caráter, como pensaria Sennett (2007).

O Casa Brasil, apesar de ser um projeto que prescreve¹¹ a convergência de propostas emancipatórias e capazes de contribuir para uma inclusão digital que prime pelo sujeito e pelo social, tem como forte característica a perversidade, que surge não nos idealizadores do projeto ou nas linhas que foram escritas sobre o mesmo, mas na

⁹ HAROCHE, Claudine. *A condição sensível: Formas e maneiras de sentir no Ocidente*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008, p. 123. Trad. SEIXAS, Jacy Alves de; RIBEIRO, Vera Avellar.

¹⁰ HAROCHE, C. 2008, p. 127.

¹¹Ver Anexo 1 – Projeto Casa Brasil.

operacionalidade que se deu intra, entre e no âmbito de um sistema voraz que se entranha e se articula conforme seus interesses. A participação popular da comunidade da Zona Leste de Uberlândia, por exemplo, na consolidação e gestão do projeto nas unidades ficou muito aquém do desejado, pelo menos na unidade em foco. Luciana Pereira, que participou da implantação do Casa Brasil no ano de 2007 em Uberlândia, e foi uma das primeiras instrutoras do projeto integrante da própria comunidade, quando questionada sobre a gestão dos conselhos e da parte administrativa do projeto revela que

quem mexia mais com isso ficava na parte do Fred. Não é? O Fred que era praticamente o coordenador do Casa Brasil, era ele que ficava a frente e ficava por conta disso. Então assim, como eu ficava como instrutora era muito difícil agente pegar essa parte.

No conselho de gestores com o pessoal que vinha de BH [Belo Horizonte] a gente participava por ser instrutora, mas aí eles passavam para nós o que era gasto de manutenção o que precisaria e outra parte eles verificavam como estava feito a parte das aulas básicas de informática. Mas quanto ao dinheiro, essas coisas, era só com eles separado mesmo.¹²

Luciana conta, ainda, que sua relação com a Equipe Técnica que vinha de Belo Horizonte para dar orientações a Unidade Casa Brasil, restringia-se à aquisição de novos materiais e o fornecimento de informações:

Tinha o Cristiano que vinha de BH pra cá e dava umas instruções para nós. Quando eu precisava o Cristiano me mandava as coisas

¹²Entrevista com Luciana Pereira, ex-moradora do bairro Morumbi e monitora do telecentro, durante o ano de 2007, do Projeto Casa Brasil. Entrevista concedida no dia 2 de Setembro de 2013. (Acervo Próprio) A indicação para fazer a entrevista com Luciana, foi dada por um dos coordenadores do Projeto. Segundo ele, Luciana era uma mulher que vivia no Morumbi e começou a trabalhar no Casa Brasil e em pouco tempo – cerca de um ano – conseguiu um emprego melhor e hoje tem uma renda e estrutura melhor.

pela internet, mas quando eles estavam aqui eles traziam algum material e eu passava para os meninos.¹³

Ao avaliar estas e outras questões do projeto durante sua implantação, Luciana pontua a desarticulação entre os coordenadores da Unidade, os bolsistas (do telecentro, montagem e manutenção e biblioteca) e os monitores, bem como com o restante da ONG. Relata que cada um desenvolvia suas atividades conforme lhes eram atribuídas, mas, não havia reuniões para a proposição e/ou avaliação das ações do Casa Brasil. Em suas palavras:

Olha, no Casa Brasil, como a gente trabalhava com uma equipe era muito difícil trabalhar de equipe. Não, ali era cada um pra si. Fala equipe, mas era cada um para si. As vezes um tinha que procurar uma coisa, as vezes outro tinha que procurar outra coisa. Você não podia ajudar. Esse foi um aspecto negativo de não ter a equipe conjugada entre si.¹⁴

A entrevistada também atribui o fim do Projeto a não consistência de um trabalho em equipe:

Bom eu não sei, não sei se foi porque eles terminaram. Se não teve um bom desenvolvimento, sabe? Não teve aquela iniciativa de continuar. E tudo mais. Mais é porque assim, igual eu te falei, equipe. Não teve aquela grande equipe. Se tivesse uma grande equipe eu tenho certeza que tinha continuado, tinha ido para frente. [...] Nem sei o que virou, nem sei o que virou isso daqui.¹⁵

¹³ Entrevista com Luciana Pereira, ex-moradora do bairro Morumbi e monitora do telecentro.(Acervo Próprio.)

¹⁴ Entrevista com Luciana Pereira, ex-moradora do bairro Morumbi e monitora do telecentro.(Acervo Próprio.)

¹⁵ Entrevista com Luciana Pereira.

Os principais objetivos do projeto, “redes de mobilização e articulação social; para a autonomia individual e coletiva fomentada pelas estratégias de capacitação, gestão comunitária [...] e para ações autogestionárias”¹⁶, defendidos por Maria de Fátima Ramos Brandão¹⁷, não foram alcançados, pelo menos na Unidade em foco. A criação do Conselho Gestor da Unidade, no qual previa em seu estatuto a composição de “2/3 (dois terços) de representantes dos usuários da unidade”, sendo que os demais representantes seriam “indicados pelo Parceiro Estratégico, pela coordenação Nacional, e pelos funcionários da Unidade Casa Brasil, em igual proporção”¹⁸, restringiu-se, conforme a Ata de eleição e posse do 2º Conselho Gestor 2009, realizada no dia 27 de Março desse mesmo ano, aos próprios funcionários da ONG – grande parte não morador da comunidade – e bolsistas do projeto Casa Brasil. Conforme a referida Ata.

A eleição ocorreu de forma democrática através de votos e foram eleitos e empossados sete Conselheiros Titulares: **Elga Valeria Diniz Carrijo**, representante da Proponente, **Ana Claudia David Barbosa** representante dos bolsistas da Casa Brasil, **Ana Paula Lima de Sousa** representante dos Funcionários, **Oscar Pereira de Albuquerque** representante do CDI – Conselho de Desenvolvimento Interno da Ação Moradia, **Elaine Barbosa Ribeiro** representante da Comunidadebairro Morumbi Coordenadora da ONG “Terra Fértil”, **Edson Divino Nogueira** representante do Bairro Alvorada e Presidente do bairro Alvorada e **Alexander Marcos Barcelos** representante dos Usuários/beneficiários da Casa Brasil. Foram eleitos e empossados cinco Conselheiros Suplentes: **Tássio Pereira Lopes** (bolsista da Casa Brasil); **Luciene Aparecida Rezende Pereira** (funcionária da Ação Moradia), **Simone Souza Borges Teixeira**

¹⁶ BRANDÃO, Maria de Fátima Ramos. O Projeto Casa Brasil para a inclusão digital, social e cultura. P. 1 e 2.

¹⁷ Maria de Fátima Ramos Brandão, é professora da Universidade de Brasília no Departamento de Ciências da Computação e atuou como coordenadora de Avaliação do Projeto Casa Brasil, bem como escreveu artigos sobre este projeto federal e esteve presente em várias conferências e atividades desenvolvidas pelo MCT/SECIS para o Casa Brasil.

¹⁸ CASA BRASIL. Estatuto do Conselho Gestor da Unidade Casa Brasil – Uberlândia. 4 f.

(Assistente social), Maria de Fátima Lima dos Santos (Comunidade) e Geraldo Alves de Moura (Comunidade). Eu, Elga Valéria Diniz Carrijo, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes.¹⁹

Dos sete conselheiros titulares, apenas Alexander Marcos tinha vínculo com o Projeto e era morador da comunidade. Elga Valeria, Oscar Pereira e Ana Paula Lima são funcionários da ONG Ação Moradia e cumprem funções relacionadas à instituição. Elaine Barbosa e Edson Divino fazem parte de organizações e movimentos sociais da região, no entanto nas cinco reuniões realizados durante o ano de 2009, ambos não estiveram presentes. Ana Claudia David, como representante bolsista, tinha vínculo direto com o Projeto e esteve presente em decisões e nas demais reuniões do conselho. Dos membros suplentes, apenas alguns bolsistas participaram de reuniões extraordinárias, sendo que os demais sequer são citados nas atas. Percebe-se que houve uma má compreensão ou uma dificuldade de implantação da proposta inicial do Casa Brasil no que tange à gestão comunitária, pois, como percebemos, as decisões dos rumos do projeto ficavam a cargo da própria administração da ONG e contava com a contribuição de alguns bolsistas. Entretanto os demais conselheiros, que possivelmente poderiam responder pela comunidade, não estiveram presentes no decorrer do projeto e menos ainda nas reuniões do conselho gestor. Nessas reuniões, que ocorriam no fim do expediente da ONG, entre 16h e 18h, as pautas, em sua maioria, eram curtas, não havendo muito debates sobre o projeto. Tanto nas Atas de 2007 quanto nas de 2009 analisadas ao longo deste trabalho, questões concernentes à administração do Casa Brasil e a projetos da Ação Moradia eram os principais tópicos de reunião, excluindo qualquer tipo de avaliação ou discussão das ações elaboradas em cada área do projeto.

¹⁹ CASA BRASIL. Ata 2º Reunião do Conselho Gestor do Casa Brasil – Uberlândia. 2009.

Elga Valéria, conselheira e coordenadora pedagógica da ONG Ação Moradia, ao ser questionada sobre o funcionamento e o papel do Conselho Gestor durante a execução do Casa Brasil, após titubear e buscar na memória algumas lembranças, respondeu:

Ai! Eu sei que esse conselho Gestor envolvia a comunidade. Tinha os profissionais aqui, mais envolvia a comunidade também. Eu sei que periodicamente vinham as pessoas para estar participando das reuniões lá, fazer as auditorias, dar os treinamentos. Vinha do Governo essa pessoa para dar esse treinamento, esse acompanhamento e tudo.

Eu não lembro, mas acho que eu participei. Em algum momento eu participei, mas você vê que a Ação Moradia inova. Ela tem muita coisa, sabe? Ai, tem coisa que vai se perdendo. Fica algumas coisas maiores ficam, até que eu consegui lembrar muitas aqui, mas essas menores assim a gente não lembra.²⁰

Já havia constatado, durante minha pesquisa, em outros documentos, que não existia uma periodicidade ou qualquer data estabelecida para as reuniões do conselho. A fala da entrevistada só veio a confirmar a maneira pela qual era organizado tal conselho. Este se encontrava apenas quando havia questões emergenciais que exigiam o referendo do conselho, como, por exemplo, o desligamento de membros bolsistas do projeto²¹ ou o repasse de informações necessárias para a organização de atividades maiores como foi o caso da Festa Junina organizada pela Ação Moradia. A vaga

²⁰Entrevista com Elga Valéria Diniz Carrijo, atual coordenadora pedagógica da ONG Ação Moradia e ex-membro do conselho gestor do Projeto Casa Brasil. Entrevista concedida no dia 5 de Setembro de 2013. (Acervo Próprio.)

A entrevistada trabalha na ONG desde de 2001, participou e ainda participa de vários projetos encabeçados pela instituição.

²¹ Consta em Ata, a quarta do conselho gestor, a discussão do desligamento do Coordenador do Laboratório de Montagem e Manutenção de Computadores por inadimplência. Na quinta reunião, feita via internet com Elianne Carrijo (proponente do projeto), foi apresentado o nome de possível Coordenador do Telecentro, o qual foi negado pela proponente, decisão essa referendada pelos demais conselheiros, com a justificativa apresentada por Elianne da falta de experiências profissionais para sua contratação.

lembança e a menor importância dada pela entrevistada ao conselho demonstram como este foi construído apenas para atender questões burocrático-administrativas. Seu impacto se restringia aos encargos de gestão do próprio projeto e, como foi verificado nas Atas do ano de 2009, as decisões eram tomadas conforme os interesses, primeiro, da proponente do projeto, e segundo da administração da ONG.

Como é possível deduzir, apesar da importância desse projeto para os moradores daquela região de Uberlândia, os mesmos não participaram da sua gestão, e foram poucos os que se tornaram membros da equipe que ali desenvolveu as atividades. A rigor, nem os moradores, tampouco a ONG, conseguiram abraçar o projeto e dar continuidade a suas propostas, ou seja, apesar de ser um projeto no qual muitos acreditaram, poucos ficaram e muitos passaram. Tanto as parcerias estabelecidas para sua execução, quanto as pessoas da comunidade que participaram das ações do Casa Brasil viveram e sentiram as dificuldades que prevaleceram durante os quatro anos de sua execução.

FOTO 2: INAUGURAÇÃO CASA BRASIL



FONTE: Acervo cedido por Frederico Sanchez, primeiro coordenador do Projeto Casa Brasil.

Essa constatação contrasta com a expectativa inicial, cuja inauguração oficial contou com a presença de autoridades do município e da Universidade Federal de Uberlândia, com pessoas da comunidade e membros da equipe do Casa Brasil, como visto na fotografia acima. Ao relatar sobre o começo do projeto, Luciana conta que:

Foi uma novidade. O Casa Brasil entrou aqui foi uma novidade para o bairro, porque não tinha. Quando eu conheci a Ação Moradia, praticamente foi novidade para todo mundo. Porque o único lugar que eu sabia que tinha era o Lar do João Bittar²², lá no Morumbi. Então aqui foi aquela explosão, a Casa Brasil veio pra cá, a informática veio pra cá, então veio todo mundo pra cá. E assim as inscrições aqui arrebentaram. Às vezes não tinha suporte. Tinha gente demais e não tinha como. E assim foi muito bom.²³

²² Lar de Amparo era uma ONG localizada na Zona Leste de Uberlândia, mantida pelo Dep. Federal João Bittar, a qual também concorreu ao Projeto Casa Brasil, no entanto, por falta da documentação exigida não pode completar todo o processo de avaliação.

²³ Entrevista com Luciana Pereira. (Acervo Próprio.)

Pensando a realidade e as necessidades da região, a entrevistada coloca que:

Porque o bairro no começo era tudo terra. Aqui no Joana D'arc era tudo terra, totalmente. Então eles queriam aprender, porque já estava praticamente subindo parede, as casa, sabe? Tava no comecinho praticamente. Aquelas casinhas da prefeitura também perto do presídio estava saindo ainda para o pessoal, então foi novidade.²⁴

Tudo parecia confluir para um resultado positivo. Por um lado, o projeto chamou a atenção dos moradores do bairro por ser um estímulo ao acesso a informação, capacitação para o mercado de trabalho, contato com as novas tecnologias digitais e o sabor do novo que chegava aos esquecidos pelo poder público. Por outro lado, para a ONG Ação Moradia como o Casa Brasil, era a primeira parceria consolidada pela entidade do Governo Federal para realização de projetos, isso significou o aumento da oferta de atividades e espaços de formação para a Zona Leste de Uberlândia. Mais que isso, o projeto se apresentava como uma possibilidade concreta para aquela ONG estreitar seus laços com a comunidade local.

O impacto maior foi é que inovou, né? Veio para contribuir para agregar mais opções de atividades com qualidade para a comunidade e assim veio para estar inovando mesmo, como o uso do telecentro. Porque antes vinha só com aquele intuito do curso, ai depois não já tinha o horário para pesquisar. Porque toda pessoa tinha uma obrigação, tinha toda aquela apostila para ser cumprida e ai vinha no outro momento para estar participando da pesquisa a vontade, onde assim despertou, eu acredito, na comunidade mais interesse para pesquisa, para curso. Teve também não só isso, o uso da biblioteca, na época foi muito bom, os adolescentes, os jovens vinham pegar livros emprestado levava para casa. E assim, se tivesse continuado naquela proporção que iniciou seria um ganho muito grande, né? [...] Hoje acontece de uma forma mais tímida, mais restrita ao público interno mesmo. Antes não, qualquer pessoa da comunidade podia vir aqui pegar e levar para a casa e ler.²⁵

²⁴ Ibid.

²⁵ Entrevista com Elga Valéria Diniz Carrijo. (Acervo próprio)

Para compreender melhor tal situação vale retomar as formulações feitas por Gohn (2000) sobre os processos de ONGuização a partir da década de 90. Em retrospectiva analítica e conceitual sobre os movimentos sociais, para a autora, a constituição das ONG's deu à cultura política brasileira outras características na sua estruturação e em sua metodologia de ação. Para isso, ela retomou alguns movimentos históricos que influenciaram as lutas sociais e os rumos políticos do Brasil nas décadas de 70 e 80, debatendo algumas análises feitas sobre esse período e sobre os movimentos que estavam em cena. A partir dessa digressão, Gohn (2000) pontuou o novo contexto político e social colocado na década de 90 que foi, em seu ponto de vista, determinante para as mudanças nas lutas sociais e nas concepções teóricas que eram formuladas nas análises dos movimentos. Das abordagens feitas pela autora, interessa mais diretamente para este trabalho o debate sobre as ONG's e a nova articulação entre movimentos e o Estado no contexto atual. Com a crise dos movimentos sociais de orientação clássica (leninista, trotskista e stalinista), os quais viam o Estado como um inimigo a ser combatido, emerge no novo contexto de luta novos espaços para o tensionamento e criação de demandas sociais, permitindo que os olhares para a articulação conjunta com os aparelhos estatais fossem vistos como uma possibilidade de conquista dos direitos reivindicados. Nesse sentido, pontua Gohn (2000):

Como os conflitos sociais, via de regra, não são mais resolvidos pelo uso da força, mas nas mesas das negociações, pautados por mecanismos jurisdicionais de controle, as elites políticas estimularam o surgimento de movimentos sociais a seu favor, não voltados contra

o Estado mas expressão de seus interesses e das política que buscam implementar.²⁶

As reconfigurações das políticas internacionais e dos Estados nacionais forçaram, até certo ponto, o surgimento de uma nova ação coletiva dos sujeitos que reivindicam políticas inclusivas e que valorizem o direito à cidadania, que são, para Gohn (2000), o mote principal no novo cenário de lutas. As estruturas envelhecidas dos movimentos populares das décadas de 70 e 80 não conseguiram, em sua maioria, assumir novas bandeiras de luta que apareciam nos campos de disputa, além de se corroerem por uma crise de identidade e disputas internas. Nesse sentido, permaneceram aqueles movimentos que nos fins dos anos 80 e início da década de 90 aceitaram sua nova posição de interlocutores das demandas sociais e participes das políticas públicas, como propositores, fiscalizadores e até gestores destas políticas. Esse cenário favorece o surgimento das ONG's e dá outros ares aos movimentos sociais; movimentos estes que, agora, em grande parcela, concentravam-se mais nas questões éticas ou de valorização da vida humana, "tornando mais difuso os termos de classes sociais, interesses locais e nacionais, espaços públicos e privados" (GOHN, 2000).

O Casa Brasil de alguma maneira é reflexo dessa reconfiguração da relação entre movimentos populares, ONG's e Estado. Esse projeto, que foi uma política de governo que prezava pela resolução de problemas de exclusão digital e social – demandas que dialogam tanto com as necessidades e expectativas cotidianas das pessoas pobres da periferia, quanto com o sistema capitalista globalizado – teve seu eixo de ação concentrado no pilar do direito à cidadania, que atualmente diz respeito à participação das pessoas como produtoras e consumidoras do mundo interconectado. No entanto, como mostra Gohn (2000)

²⁶GOHN, 2000, p. 31)

Os demandatários serão também os executores da implantação e da gestão do serviço reivindicado. Este fato muda radicalmente o paradigma da ação social coletiva. [...] Estes devem ter como referência projetos, propostas de soluções, sugestões, planos e estratégias de execução das ações demandadas. O poder público se transforma em agente repassador de recurso. A operação é intermediada pelas ONG's.²⁷

Os moradores da Zona Leste da cidade de Uberlândia, que participaram, durante os anos 90 e início dos anos 2000, de um processo de luta pela moradia e por melhores condições de vida, depararam-se com essa nova realidade, na qual a articulação desse jogo político se dava nas associações, organizações não-governamentais, agentes políticos, partidos e outras entidades da sociedade civil organizada. Da mesma forma, as políticas de inclusão chegavam ao bairro por meio destes “mediadores” que agiam/agem entre as capilaridades do Estado e contribuía/m/contribuem para a perspectiva da sociedade globalizada e para o desenvolvimento da região. Assim,

trata-se das novas orientações voltadas para a desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade como um todo, transferindo responsabilidades do Estado para as “comunidades” organizadas, com a intermediação das ONG's, em trabalhos de parceria entre o público estatal e o público não-estatal e, às vezes, com a iniciativa privada também.²⁸

Como é possível identificar nos documentos oficiais do Comitê Executivo do Casa Brasil, as Unidades vinculadas ao projeto estavam, em sua maioria, sob a Coordenação de Prefeituras ou de ONG's com projetos consolidados em comunidades

²⁷ Ibid, p. 36

²⁸ Ibid, p. 34

carentes. Por isso, a fala de Elga é reveladora para se compreender como o sentido de novidade para a instituição Ação Moradia era diferente daquele vislumbrado pelos moradores da Zona Leste.

Então assim, foi um projeto que era muito rico para a comunidade desde de que a gente tinha todos os profissionais. Porque tinha profissional específico para cada área, para cada setor. Foi uma época que a gente teve um grande avanço em nossa biblioteca, em nossa sala de leitura. Porque tinha gente preparada e tinha pessoas capacitadas para oferecer pros bolsistas, né? Então, assim o bolsista vinha e tinha o desenvolvimento dele como profissional.²⁹

Mesmo que sejam ressaltados os benefícios para a comunidade, será a ONG que absorverá, mesmo cumprindo um papel social importante, os maiores ganhos no projeto. Pois, como evidencia Elga Valéria, durante sua entrevista, os recursos humanos e os materiais fornecidos pelo Casa Brasil foram de grande importância para a Ação Moradia, “foi muita das vezes o ponta pé inicial para várias atividades da ONG e o fortalecimento de outras já realizadas pela instituição”. No que diz respeito às tecnologias, ela completa afirmando que

Na época teve também, que foi muito bom também, data show, veio recurso didático, veio câmera fotográfica. Então assim, sabe aquele boom para a tecnologia? **Para todo mundo ver que ali o negócio estava começando, para todo mundo ver que o futuro seria mais tecnológico.**³⁰

Visto e sentido, conforme relata Renan Willian³¹, jovem que participou do Casa Brasil quando tinha 13 anos, foi por meio do projeto que ele pôde entrar na internet,

²⁹ Entrevista com Elga Valéria Diniz Carrijo. (Acervo próprio.)

³⁰ Entrevista com Elga Valéria Diniz Carrijo. (Acervo próprio.)

³¹ Entrevista com Renan Willian de Santana, 17 anos, participou do Casa Brasil como aluno do Telecentro quando tinha 13 anos. Entrevista concedida no dia 6 de Setembro de 2013 (Acervo Próprio.)

criar contas de e-mail e Orkut na época, fazer cursos de digitação, Paint, Word e Excel. Para Luciana Pereira e Renan Willian, ao contrário da ONG, a novidade estava mais ligada à esperança, à oportunidade, às vontades individuais e coletivas. Retomando a discussão do primeiro capítulo, no qual foi problematizada a realidade da Zona Leste de Uberlândia e as necessidades e expectativas dos jovens moradores da periferia, é salutar compreender que, em uma sociedade hiperconectada, o novo está intrinsecamente ligado à oportunidade de acesso, de participar, seja como produtor ou consumidor do mundo globalizado. Quer dizer, aqueles jovens que têm uma história de vida marcada pelo descaso das instituições públicas se veem, agora, diante do novo que lhes pode levar a novas perspectivas, mesmo que seja ela a mais cruel possível.

Apesar dos sentimentos relatados pelos integrantes do projeto serem latentes, eles se apresentavam, também, como efêmeros. A lógica da fugacidade obliterava qualquer relação sólida ou duradora. Como levantado no início deste capítulo, via-se no Casa Brasil uma circulação intensa de pessoas, das quais poucas ficavam, fincavam raízes ou criavam laços. Eram todos passageiros. Desde os membros da Coordenação Nacional, gestora e executiva, até os bolsistas contratados pelas unidades. A circulação e a não fixação de pessoas no projeto foi muito constante. Muitos iam, poucos ficavam. As próprias relações institucionais se esvaíram no decorrer do projeto, como evidenciam os conflitos entre CNPq e Ação Moradia, bem como a relação que (pouco) existiu entre a Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Uberlândia (UFU/PROEX) e o Casa Brasil/Uberlândia.

Sua relação com o projeto começou de forma espontânea devido a pouca idade, no entanto sua fala não deixa de revelar o marco que representou em sua vida a participação do Casa Brasil.

“Eu lembro. A eu lembro que a Ação Moradia dava um monte de curso. Curso de tudo quanto era coisa. Ai minha avó fez a inscrição dela e quando faz a inscrição dela ela coloca toda a família, ne? Ai começou a ter estes cursos ai, só que eu não lembro como eu fui chamado. Acho que meu irmão fazia antes de mim, só podia entrar aos 12. Ai depois eu entrei na segunda chamada, uma coisa assim.”

FOTO 3. MESA SOLENE – INAUGURAÇÃO CASA BRASIL³²



FONTE: Acervo cedido por Frederico Sanchez, primeiro coordenador do Projeto Casa Brasil.

Segundo Elga Valéria,

Tudo no começo era junto! Acho que tinha, acho que o projeto foi feito. Porque tinha a contrapartida da Ação Moradia, tinha contrapartida da Universidade, tinha vários parceiros para que o projeto fosse efetivado dentro da instituição.³³

Analisando o projeto submetido ao CNPq, percebi as diferentes parcerias que foram articuladas para a proposição do mesmo. Estavam presentes na mesa solene de inauguração do Casa Brasil (FOTO 3) todos os representantes das instituições parceiras, nesse caso, o Município e a Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Porém, no decorrer do projeto a disposição da proponente de “viabilizar a continuidade do projeto, em pelo menos 02 anos, após o término de aporte de recursos

³² Da esquerda para direita sentados Ex-vereador Aniceto; Diretora de Extensão (PREOX/UFU) Prof. Dr. Gercina Santa Novais; Coordenador do Casa Brasil Frederico Sanchez; Proponente do Projeto na ONG Elianne Carrijo Setfi; Representante Projeto do Casa Brasil; e Ex-Secretária de Ação Social de Uberlândia, Iracema. De todos os presentes apenas Frederico Sanchez – este por apenas 1 ano – e Elianne Carrijo viveram cotidianamente os conflitos e partilharam as agonias da construção do Casa Brasil.

³³ Entrevista com Elga Valéria Diniz Carrijo. (Acervo Próprio)

do governo federal”³⁴, por via de “várias parcerias com os diferentes setores da sociedade”³⁵ não foi atendida. As indicações feitas no documento firmado pela Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da UFU apontavam que essa instituição disponibilizaria seus espaços formativos para o desenvolvimento das atividades do Casa Brasil.

Assim, os museus de Biodiversidade do Cerrado, de Minerais e Rochas, do Índio, Universitário de Artes e o Centro de Documentação e Pesquisa em História, como espaços que contemplam ações extensionistas de caráter educacional e cultural, poderão contribuir com a formação da equipe e da comunidade participante do Casa Brasil por meio de palestras, cursos, exposições, conferências, encontros culturais e de visitas monitoradas às coleções em exposição.³⁶

Entretanto, essas medidas não foram concretizadas. Ambas as entrevistadas, Luciana Pereira e Elga Valéria, e a própria proponente do projeto, Elianne Carrijo, revelaram que não houve, no decorrer das atividades do Casa Brasil, quaisquer tipos de vínculo com a Universidade que favorecesse a realização de ações conjuntas. Compreende-se que os vínculos estabelecidos no início da proposta serviram para dar consistência e segurança para a submissão do projeto e para o começo das ações, porém, na prática pouco (ou nada) foi feito.

Para além da frouxidão das relações institucionais que inviabilizaram a continuação do Casa Brasil, nos âmbitos nacional e local, o que mais salta aos olhos são as frágeis relações que existiam no cotidiano das salas de Telecentro. Renan Willian, ao lembrar de sua relação com o Casa Brasil e com o espaço do Telecentro,

³⁴Proposta submetida ao Edital MCT-SECIS/CNPq/Casa Civil – ITI/CGPCB nº 041/2005. P 4.

³⁵Ibid.

³⁶PROEX/UFU. Termo de parceria entre Casa Brasil e Universidade Federal de Uberlândia. 2005.

onde fez o curso de informática básica, conta que o projeto representou um ponto de referência para sua formação profissional. Em suas palavras:

Eu gosto de usar o Casa Brasil como um ponto para dizer que eu fiz um curso de informática. Embora eu não lembre de muitas coisas eu posso dizer que eu fiz um curso de informática e sei mexer no computador. Eu posso chegar em uma empresa e dizer que sei mexer em computador e tenho curso de informática. Ai eu uso o Casa Brasil como um ponto de referência.³⁷

Ou seja, ao ser lembrado como um ponto de referência para a formação profissional, como espaço de aprender “a mexer no computador”, o entrevistado revela um pouco do cotidiano daquele espaço, bem como nos leva a entender a lógica efêmera e mercadológica que perpassava os cursos de informática no Casa Brasil. Os relatórios de atividades e os cronogramas de ações dos laboratórios de informática e de montagem e manutenção de computadores possibilitaram verificar a ênfase dada pelo projeto na preparação de mão de obra para o mercado de trabalho. No caso do Telecentro ou do laboratório de informática (que trabalhava com montagem e manutenção de PC's), privilegiava-se o ensino de softwares para produção e edição de texto, construção de planilhas, acesso à internet e pesquisa. Mesmo que o debate do uso de software livre perpassasse o Casa Brasil, com os coordenadores nacionais e regionais orientando sobre o seu uso e ofertando aos instrutores/bolsistas formação em espaço virtual para o ensino destas ferramentas livres, houve durante todo o projeto uma mistura no uso dos softwares pagos e livres, incluindo entre os primeiros alguns produzidos por grandes empresas internacionais, como a Microsoft Office e o

³⁷Entrevista com Renan Willian de Santana, 17 anos, participou do Casa Brasil como aluno do Telecentro quando tinha 13 anos. Entrevista concedida no dia 6 de Setembro de 2013 (Acervo Próprio.)

software livre Br. Office. Luciana Pereira, conta que em parte dos computadores tinha sido instalado os programas pagos e em outra parte era software livre. Ao pensar o dia a dia das atividades que eram orientadas pelos instrutores, Renan diz,

Aprendi a ligar o computador. E teve uma época em que ele mandou a gente redigir um texto. Ah! A maior parte do que eu lembro era dos 10 minutos grátis para entrar na internet. Acho que é só por isso que eu ia também. Ele dava aula, aí a gente podia mexer na internet os 10 minutos restantes, entendeu? E estava na febre do Orkut na época e eu criei um para mim.³⁸

Dando sequência ao seu depoimento, Renan relata que “A gente usava o Word que eu lembro de usar. Ele também usava o Paint. A internet também ele ensinou.” Apesar de Renan e Luciana contarem de situações em que havia debates e discussões sobre questões do cotidiano, de conflitos ou mesmo de temas que estavam latentes na época³⁹, prevalecia, no dia a dia do Telecentro, a formação profissional voltada para o mercado de trabalho. Tal evidência é notada também no relatório individual produzido pelo primeiro coordenador da unidade Casa Brasil/Uberlândia, ao avaliar que no quarto mês de funcionamento do Casa Brasil a comunidade começou a apresentar resultados, pois os “alunos realizam testes para empregos aplicando conhecimentos adquiridos e conseguem as vagas para trabalhar”.⁴⁰

Percebe-se que esse objetivo foi alcançado a partir de um planejamento que pressupunha tal resultado, como aparece no Relatório Semestral de planejamento do período de 28/jan./2007 a 27/jul./2007, cujas ações foram distribuídas respeitando as

³⁸Entrevista com Renan Willian de Santana, 17 anos. (Acervo próprio)

³⁹ Durante a entrevista com Renan ele conta que “ (...) teve uma vez que agente fez um debate sobre o aborto. Agente podia escolher entre fazer um julgamento entre uma mulher que abortou ou um debate. Aí agente fez um debate, falando se era a favor ou contra.”

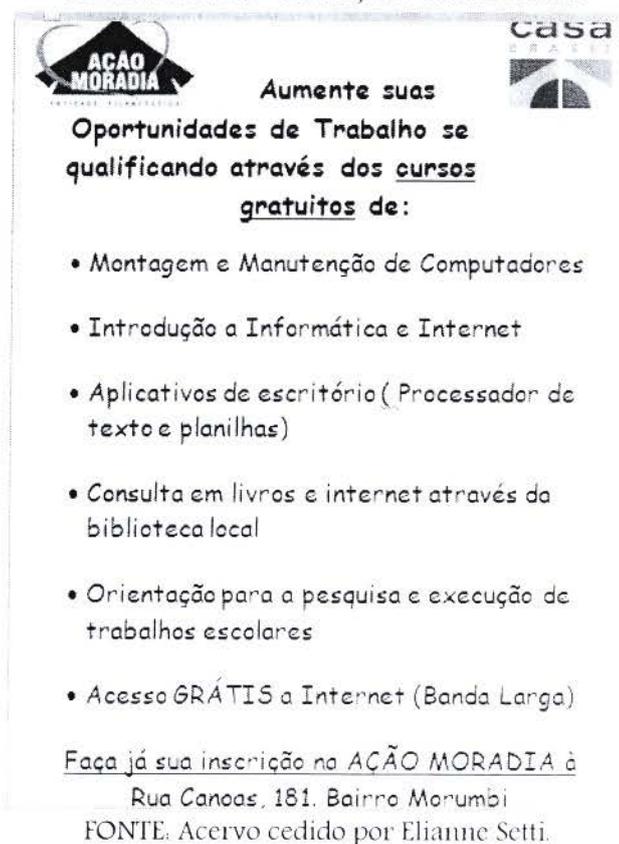
⁴⁰ CASA BRASIL. Relatório técnico individual/CNPq (Frederico José D. Sanchez). Abril. 2007. ff.

propostas de conhecimento de hardware, montagem e desmontagem de equipamentos e diagnóstico de erros para o Laboratório de Manutenção e Montagem de Computadores; e o Telecentro desenvolveria atividades voltadas para a iniciação à informática básica, curso de edição de texto, curso de planilhas de cálculo, utilização da internet como ferramenta de pesquisa, jogos e fóruns em chats e sala de aula. Das atividades planejadas, pretendia-se como resultado a formação para o mercado de trabalho com a capacitação básica na utilização das ferramentas do computador, tanto software quanto hardware.

Este planejamento era sintetizado e anunciado na comunidade com o cartaz das atividades do Casa Brasil, o qual divulgava entre os moradores da Zona Leste de Uberlândia o projeto que os atraia a partir das necessidades e expectativas vivenciadas no seu cotidiano.

IMAGEM 3:

CARTAZ DE DIVULGAÇÃO CASA BRASIL



The image shows a flyer for Casa Brasil. It features two logos at the top: 'AÇÃO MORADIA' on the left and 'Casa BRASIL' on the right. The main text is centered and reads: 'Aumente suas Oportunidades de Trabalho se qualificando através dos cursos gratuitos de:'. Below this, there is a bulleted list of six items: 'Montagem e Manutenção de Computadores', 'Introdução a Informática e Internet', 'Aplicativos de escritório (Processador de texto e planilhas)', 'Consulta em livros e internet através da biblioteca local', 'Orientação para a pesquisa e execução de trabalhos escolares', and 'Acesso GRÁTIS a Internet (Banda Larga)'. At the bottom, it says 'Faça já sua inscrição na AÇÃO MORADIA à Rua Canoas, 181. Bairro Morumbi' and 'FONTE: Acervo cedido por Elianne Setti.'

AÇÃO MORADIA

Casa BRASIL

Aumente suas
Oportunidades de Trabalho se
qualificando através dos cursos
gratuitos de:

- Montagem e Manutenção de Computadores
- Introdução a Informática e Internet
- Aplicativos de escritório (Processador de texto e planilhas)
- Consulta em livros e internet através da biblioteca local
- Orientação para a pesquisa e execução de trabalhos escolares
- Acesso GRÁTIS a Internet (Banda Larga)

Faça já sua inscrição na **AÇÃO MORADIA** à
Rua Canoas, 181. Bairro Morumbi

FONTE: Acervo cedido por Elianne Setti.

Entre os entrevistados e as demais fontes documentais consultadas, é relatado que, mesmo que com pouca frequência, havia atividades culturais promovidas pelo Casa Brasil na ONG Ação Moradia. Foram realizados varais de poesia, mostra de literatura, apresentações de dança e música dentre outras atividades que acolhia diversas manifestações culturais da região. No vídeo produzido pelos bolsistas do Casa Brasil/Uberlândia sobre o 1º Sarau Cultural Casa Brasil, vemos a presença de várias apresentações culturais que, em sua maioria, são do próprio bairro. A presença do break, rap, poesia, grupos de percussão, dança de rua (ou street dance) foram marcantes no evento, e em relato a uma emissora de TV que noticiou a atividade, um dos organizadores e membro da unidade Casa Brasil relatou que:

O objetivo deste projeto é mostrar que aqui existe gente talentosa. Que aqui existe a cultura e isso vai estar sendo mostrado aqui hoje. Eu quero convidar toda a população a conhecer nossas atividades, nossos projetos. Venham visitar a comunidade do Morumbi também.⁴¹

No entanto, apesar do esforço de alguns e das intenções apresentadas pelo entrevistado à emissora de TV, ficou evidente durante o desenvolvimento desta pesquisa que as atividades culturais não ocorreram com periodicidade e não foram priorizadas nos planejamentos do Casa Brasil em Uberlândia. A maioria das atividades culturais era vinculada às ações já realizadas pela ONG, como por exemplo, a Festa Junina que serviu para arrecadação de fundos para a entidade. Referente a essas ações culturais, Renan Willian relata que

⁴¹CASA BRASIL, 1º Sarau Cultural. Casa Brasil Uberlândia. Brasil: Uberlândia. 1 filme (10min), son., color.

uma vez a gente veio aqui e tinha um varal de corda com um monte de poesia escrita com um monte de partes escritas. De vez em quando a Ação moradia fazia isso aqui, mais eu nem sei se era com o Telecentro.

[...]

Eu não tenho certeza se era do Telecentro ou da Ação Moradia. Eles faziam umas confraternização, festinhas, essas coisas que a Ação Moradia sempre faz. Bingo, almoço, datas especiais, dia das mães.⁴²

Infelizmente a proposta de trabalhar a inclusão digital com software livre e ações de empoderamento social e cultural, privilegiando as experiências dos sujeitos que vivem em situações de miserabilidade ficou no campo das ideias. Prevaleceu, outra vez, a cultura do capitalismo, em que a lógica do mercado reina e inviabiliza qualquer dinâmica que tenta rompê-la. Essa constatação fica mais clara na análise da fala de Luciana Pereira. Quando perguntada qual o objetivo do Casa Brasil, ela via, enquanto moradora da Grande Morumbi:

Olha, o objetivo principal do Casa Brasil era dar uma formação boa para todo mundo. Para a comunidade, era para eles saírem daqui e praticamente terem um emprego. Quem por exemplo, os adultos saírem daqui e já terem aquela formação. Esse era o objetivo, este era o foco dentro da área de informática. [...] Quem tava na área de informática e precisava fazer um currículo, daqui a pessoa já sabia montar o currículo, imprimir o currículo e sair para o emprego. Esse era o objetivo.⁴³

A fala da entrevistada, juntamente com as análises feitas dos documentos da unidade Casa Brasil em Uberlândia, mais os documentos referentes aos órgãos supranacionais (CEPAL e CMSI) e os projetos e discursos do governo federal “sobre a

⁴²Entrevista com Renan Willian de Santana, 17 anos. (Acervo próprio)

⁴³Entrevista com Luciana Pereira, ex-moradora do bairro Morumbi e monitora do telecentro, durante o ano de 2007, do Projeto Casa Brasil. Entrevista concedida no dia 2 de Setembro de 2013. (Acervo Próprio.)

sociedade da informação”, em que pesem as tentativas de justificar um projeto de natureza emancipatória, acabam por confluir: são reflexos de uma cultura perversa que privilegia a formação de cidadãos para a produção e o consumo no mundo capitalista, agora globalizado; infelizmente, a resposta encontrada para a pergunta que intitula este capítulo é, mais uma vez, a de que as classes populares foram submetidas a um sonho e a um projeto guiados pela lógica do capital globalizado.

ÚLTIMOS MOMENTOS DEPOIS
DO QUE FOI DITO

Mudar o mundo será apenas mudar o mundo de lugar? Se o conteúdo se refaz é preciso quebrar ou mudar a embalagem.

Parte dois – Colligere

Concentram-se na Zona Leste da cidade de Uberlândia aproximadamente 30 mil histórias de vidas que se conjugam e participam de um mundo cada vez mais informatizado, globalizado e desigual. Diante disso, procurei entender, por intermédio dos relatos de jovens que moram na região e dos participantes do projeto Casa Brasil, a maneira pela qual essas pessoas experimentam dilemas da sociedade atual, convivendo com as contradições, angústias e alegrias da sociedade em rede¹. Tendo em vista a maneira pela qual as pessoas se relacionam nos espaços habitados, dando significados e sentidos àqueles espaços, buscamos, ao longo deste trabalho, lidar com as falas e sentimentos das pessoas que transitaram pelas avenidas, ruas, escolas, ONG's e outros espaços de encontros coletivos existentes na região, incluindo a participação deles no mundo digital. A preocupação central foi a de buscar compreender um pouco dessa Cultura Digital (ou das tecnologias digitais) na periferia, como também problematizar os processos de exclusão e inclusão digital hoje existentes. Esses sujeitos, que vivem no seu cotidiano uma realidade que comporta dimensões reais e virtuais, que se completam e se confundem para compor, junto a suas subjetividades individuais e relacionamentos coletivos, tanto o espaço micro, composto pelo bairro e circunvizinhança, como o macro, na sua interação com a sociedade contemporânea, estão carregados de experiências que puderam dizer muito sobre Cultura Digital.

Tomando como referência os entendimentos desenvolvidos por De Certeau (2011) sobre os espaços, é possível deduzir que a região periférica da Zona Leste de Uberlândia depende desses relatos para fazer-se e ser. Nas palavras do autor:

Essas aventuras narradas, que ao mesmo tempo produzem geografias de ações e derivam para os lugares comuns de uma ordem, não

¹ Partilho do conceito de Manuel Castells (1999) de que a sociedade em rede se define pela congruência e a fluidez de aparatos tecnológicos, sociais, culturais e epistemológicos que a contemporaneidade produz, partilha e ressignifica, problematizando nossa ontologia.

constituem somente um “suplemento” aos enunciados pedestres e às retóricas caminhatórias. Não se contentam em deslocá-los e transpô-los para o campo da linguagem. De fato, organizam as caminhadas. Fazem a viagem, antes ou enquanto os pés a executam.²

Dizendo de outra maneira, as falas dos navegantes da Cultura Digital e dos moradores da região do Grande Morumbi foram de extrema importância para compreensão desses espaços conectados (ou não?) com o mundo, considerando que o “espaço é um lugar praticado” e experimentado, e que essas experiências também são formulações e processos que representam maneiras específicas de determinados grupos sociais se relacionarem com o mundo em que vivem. E fazem isso,

não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...] das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.³

Entendo, por fim, que esses sujeitos (inter)ativos que dão significados aos seus espaços, construídos em seu meio, ao passar por, ou viver em, um espaço dá sentido a ele, tirando-o do indefinido. Por isso, os relatos das pessoas entrevistadas foram capazes de desconstruir tanto a imagem “demarcada” do bairro sangrento, quanto pôde ajudar-me a construir os significados, sabores e dissabores dos moradores de bairros pobres na sociedade digital.

²CERTEAU, M. de. **A invenção do Cotidiano**: 1. Artes de fazer. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. Tradução de: Ephraim Ferreira Alvez. p.183.

³THOMPSON. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 182 (grifos do autor)

Após fazer um balanço geral da questão digital no Brasil, pensei, primeiramente, nos problemas sociais enfrentados em uma determinada realidade – a Zona Leste periférica de Uberlândia –, que, de alguma maneira, ilustra as dificuldades dos demais bairros pobres das grandes cidades do país. Num segundo momento, a reflexão foi sobre a maneira pela qual as questões trazidas pelos jovens que moram na região estão ligadas à contemporaneidade, ou melhor, a elementos que compõem os processos históricos presentes no dia a dia. Nesse sentido, o objetivo, aqui, foi o de mapear o que é ser excluído digitalmente e em que momento há a exclusão digital na sociedade em rede. Percebi que o jovem pobre, morador da periferia, outra vez está à margem da sociedade, sendo útil apenas para a produção em subempregos e para o consumo. Voltando a Canclini (2009), foi possível compreender que a sociedade, seguindo a lógica do mercado financeiro, “inclui” estes jovens “mais para ser subcontratados, empregados por tempo limitado, buscadores de oportunidades eventuais do que para ser trabalhadores satisfeitos e seguros”⁴.

O jovem, seja ele das classes altas ou baixas, hoje acusado por estar submerso no presentismo, na alienação e no ceticismo, participa, no entanto, de um contexto de fragmentação e descontinuidades, em que as relações sociais e culturais, políticas e econômicas estão pautadas pela lógica da produtividade em alta escala e no consumo imediato. Em outras palavras, o jovem, de uma maneira geral, encontra-se, na contemporaneidade, em um mundo totalmente interconectado tecnologicamente que busca “a hiper-realidade do instantâneo, a fugacidade dos discos que é preciso escutar nesta semana, a velocidade da informação e a comunicação barata que propicia o esquecimento”⁵. Esta cultura contemporânea – que se destaca pelo imediato, pela fragmentação e descontinuidades – se faz presente, e é o que pretendi demonstrar

⁴ CANCLINI, N. G., 2009, p. 218.

⁵ CANCLINI, N. G., 2009, p. 219.

neste trabalho de pesquisa, dialogando com as políticas de inclusão digital brasileiras que se pautam, como analisado, nos atuais projetos políticos assumidos por empresas transnacionais e órgãos supranacionais. Tendo como foco o Casa Brasil, tentei compreender os pressupostos que fundamentaram o projeto e os rumos tomados no seu decorrer. Pois, como destaca IANNI (2011)

As condições para a formulação e implementação de projetos nacionais são drasticamente afetadas pela globalização. Ou melhor, os projetos nacionais somente se tornam possíveis, como imaginação e execução, desde que contemplem as novas e poderosas determinações “externas”, transnacionais e propriamente globais. A partir da época em que a globalização se constitui em uma nova realidade, conformando uma nova totalidade histórica, quando as fronteiras são modificadas ou anuladas, a soberania transforma-se em figura de retórica.⁶

Depreende-se desta análise a maneira pela qual estes fenômenos sociais – da globalização e da hegemonia das tecnologias digitais – se disseminam e de que modo elas representam um processo de mundialização da cultura, que permeia um vasto conjunto de manifestações sociais. No entendimento de Ortiz (1998), há uma consolidação dessa cultura na medida em que esses elementos se enraizam nas práticas cotidianas das pessoas, como também nas relações sociais, políticas e econômicas, deixando para trás qualquer possibilidade de serem compreendidos como expressão abstrata ou sem sentido. Por tanto, faz-se necessário compreender o Casa Brasil e os sujeitos que estiveram envolvidos no projeto a partir do ponto de vista de que experimentamos uma nova maneira de “estar no mundo, estabelecendo novos valores e legitimações”⁷(re)construindo e (re)significando espaços e tempos.

⁶ IANNI, O. **A era do globalismo**. 11ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 91.

⁷ ORTIZ, R. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994, p. 33

A grande questão do Projeto Casa Brasil que, a meu ver, representa a fratura de sua execução, foi esta proposta de inclusão digital ter assumido em todas as suas dimensões a nova lógica da administração capitalista e estar presente em todo seu processo a cultura do 'novo capitalismo', como bem explorado por Richard Sennett, desde os órgãos Estatais até as Unidades em cada cidade. Ao negar os saberes e práticas populares, por desconhecimento, menosprezo ou qualquer outra justificativa, o Projeto Casa Brasil deixou de fazer "com" a comunidade, pouco dialogando com os sonhos da população da Zona Leste de Uberlândia, para a qual, supostamente, o projeto estava direcionado. Nessa arrogância de fazer para o outro, ou até mesmo de sonhar em seu lugar, seguindo preceitos fundamentados em uma lógica capitalista permeada por elementos de perversidade, é possível localizar os principais entraves que suscitaram o (des)encontro entre proponentes e "beneficiados", pouco contribuindo para diminuir o hiato existente entre população periférica e a Cultura digital.

RELAÇÃO DE FONTES:

AUDIOVISUAIS

CASA BRASIL, 1º Sarau Cultural. Casa Brasil Uberlândia. Brasil. Uberlândia. 1 filme (10min), son., color.

CASA BRASIL, I Encontro Regional Casa Brasil. Produção Independente. Brasil. 1 filme (5min), son., color.

CASA BRASIL, Conhecimento e cidadania morando juntos. Produção Independente. Brasil. Valente, Bahia. 1 filme (6min), son., color.

CASA BRASIL, Computadores fazem arte. Filial Rede Globo - Bahia. Brasil. Salvador Bahia. 1 filme (3min), son., color.

CASA BRASIL, Curso de rádio e TV. Produção Independente. Brasil. 1 filme (6min), son., color.

CASA BRASIL, Eco Solidariedade. Produção Independente. Brasil. 1 filme (10min), son., color.

CASA BRASIL, Feliz Natal e Próspero ano novo. Produção Independente/Instituto Delta. Brasil. 1 filme (6min), son., color.

CASA BRASIL, Inauguração. TV Record. Brasil. Uberlândia, 2007, 1 filme (3min), son., color.

CASA BRASIL, Multimídia 1º Oficina de vídeo. Produção Independente. Brasil. 1 filme (6min), son., color.

CASA BRASIL, Sala de leitura. Produção Independente. Brasil. Fortaleza, Ceará. 1 filme (6min), son., color.

CASA BRASIL, Telecentro. Produção Independente. Brasil. Fortaleza, Ceará. 1 filme (6min), son., color.

CASA BRASIL, Tecnologia como Inclusão social. Produção Independente. Brasil. 1 filme (2min), son., color.

CASA BRASIL, Vídeo de fotografias 1 e 2. Produção Independente. Brasil. Uberlândia, Minas Gerais. 1 filme (15min), son., color.

CASA BRASIL, Wireless. Produção Independente. Brasil. Fortaleza, Ceará. 1 filme (3min), son., color.

DOCUMENTOS OFICIAIS PROJETO CASA BRASIL

BRASIL. Balanço de Governo (2003-2010). Cidadania e Inclusão social. Livro 2, Vol. 2

BRASIL, Ministério de Ciências e Tecnologias. Edital MCT-SECIS/CNPq/Casa Civil – ITI/CGPCB n° 041/2005.

BRASIL, Ministério de Ciências e Tecnologias. Relatório Parcial de Avaliação do Projeto Casa Brasil. 2009.

BRASIL, Ministério de Ciências e Tecnologias. Relatório Parcial de Avaliação do Projeto Casa Brasil. 2008.

BRASIL, Ministério de Ciências e Tecnologias. Atas de Reunião do Comitê Executivo do Projeto Casa Brasil período 2005 à 2007.

BRASIL, Ministério de Ciências e Tecnologias. Relatório Final submetido ao CNPq e Comitê Gestor do Casa Brasil. 2012

BRASIL, Ministério de Ciências e Tecnologias. Projeto Casa Brasil-CNPQ, 2006.

ONG Ação Moradia. Proposta submetida ao Edital MCT-SECIS/CNPq/Casa Civil – ITI/CGPCB n° 041/2005.

ONG Ação Moradia. Relatório Técnico Final e Avaliação de Desempenho dos Bolsistas, 2012.

ONG, Ação Moradia. Prestação de Contas Sociais – Competência 2006 a 2009.

ONG, Ação Moradia. Estatuto Conselho Casa Brasil. 2007.

DOCUMENTOS ORGANISMOS SUPRANACIONAIS

CEPAL. *Los caminos hacia una sociedad de la información en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: CEPAL, 2003.

CÚPULA MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. *Declaração de princípios para construir a sociedade da informação. Um desafio mundial para o novo milênio*. Gênova, Itália, 12 dez. 2003.

LIMA, Paulo Henrique; SELAIMEN, Graciela. *Cúpula Mundial sobre a sociedade da informação. Um tema de tod@s*. Rio de Janeiro: RITS, 2004.

UNESCO; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Políticas Sociais para o desenvolvimento. Superar a pobreza e promover a inclusão; Simpósio Internacional sobre Desenvolvimento Social*. Brasília: UNESCO, 2010.

ENTREVISTAS

Entrevista com Ana Caroline Alves da Silva, 16 anos, 21 de Novembro de 2012. Acervo próprio.

Entrevista com Ana Luiza Gualberto da Silva, 16 anos, 21 de Novembro de 2012. Acervo próprio. FLOR

Entrevista com Anna Paula de Kassia Silva de Medeiros, 15 anos, 21 de Novembro de 2012. Acervo próprio. LUA

Entrevista com Elianne Carrijo Setti, coordenadora do projeto na cidade de Uberlândia, 10 de Dezembro de 2012. Acervo próprio.

Entrevista com Elga Valéria Diniz Carrijo, atual coordenadora pedagógica da ONG Ação Moradia e ex-membro do conselho gestor do Projeto Casa Brasil. Entrevista concedida no dia 5 de Setembro de 2013. (Acervo Próprio.)

Entrevista com Luciana Pereira, ex-moradora do bairro Morumbi e monitora do telecentro durante o ano de 2007 do Projeto Casa Brasil. Entrevista concedida no dia 2 de Setembro de 2013. (Acervo Próprio.)

Entrevista com Jhonatan Emanuel Ferreira Azevedo, 16 anos, 21 de Novembro de 2012. Acervo próprio.

Entrevista com Mauriene Souto Santos, 16 anos, 21 de Novembro de 2012. Acervo próprio.

Entrevista com Renan Willian de Santana, 16 anos, 21 de Novembro de 2012. Acervo próprio. RIBEIRÃO

Entrevista com Rhyllare Lucilla Alves Moreira, 15 anos, 21 de Novembro de 2012. Acervo próprio. ESTRELA

JORNALÍSTICAS

ASSUMÇÃO, Jéferson. Cultura Digital, janela para pós-massificação? **Outras Palavras**, 22 Out. 2012.

Castells debate os dilemas da internet. **Outras Palavras**, 29 Jan. 2012.

FERNANDES, Arthur. Prefeitura investe mais de R\$ 5,5 Mi em infraestrutura. **Correio de Uberlândia**, 1 Mai. 2012.

Internet e pós-capitalismo. **Outras Palavras**, 28 Dez. 2011.

LEVY, Eduardo. O lado econômico da neutralidade na internet. **Convergência Digital**, 12 Nov. 2012.

LIMA, V. A. de. O balanço dos governos Lula. **Observatório da Imprensa**, 11 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-balanco-dos-governos-lula>>. Acesso em: 16 Abril. 2013

MATTA, Maria Pia. Mídia e democracia na América Latina. **Diplomatique Brasil**, 26 Jan. 2012.

Morumbi. **Correio de Uberlândia**, 16 Nov. 2011.

#StopSOPA. Hipóteses sobre a luta pela internet livre. **Outras Palavras**, 20 Jan. 2012.

Até onde irão os indignados? **Outras Palavras**, 1 Fev. 2012.

Para desvendar as novas formas de política. **Outras Palavras**, 19 de Nov. 2012.

Polônia Protesta contra censura na internet. **Outras Palavras**, 29 Jan. 2012.

Polícia apreende quinze tabletes de maconha no Dom Almir. **Correio de Uberlândia**, 20 Ago. 2012.

RESENDE, Fernanda. Menores são apreendidos com drogas no São Jorge e Dom Almir. **Correio de Uberlândia**, 14 Ago. 2012.

STIVALI, Gustavo. Duas mil famílias vão receber a escritura do terreno de casa. **Correio de Uberlândia**, 9 Mar. 2012.

STIVALI, Gustavo. Programas habitacionais serão desafios para gestor. **Correio de Uberlândia**, 6 Jul. 2012.

STIVALI, Gustavo. Projeto que regulariza terrenos na Zona Leste de Uberlândia deve ser votado na quinta. **Correio de Uberlândia**, 7 Mar. 2012.

VISUAIS

ENCONTROS, Casa Brasil. Encontro Salvador de coordenadores Casa Brasil. 2007. 4 Fotografias, color.

INAUGURAÇÃO, Casa Brasil. Acervo fotográfico. 2007. 39 fotografias, color.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ANTUNES, R.; BRAGA, R. Apresentação. In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Org.) **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 15^o Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRESCIANI, S.; NAXARA, M.(Org.). **Memória e (res)sentimento**: Indagações sobre uma questão sensível. 2^o Ed. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: De Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BRITO, Thaís (Org.). **Contra cultura digital: reflexões críticas em mídias digitais**. São Paulo: Independente, 2010.

CANCLINI, N. **Diferentes, desiguais e desconectados**. 3^o Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. **Latino-americanos à procura de um lugar neste século**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

_____. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

_____. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade**. 4^o Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

CARVALHO, Ângela Maria Grossi de. **Apropriação da informação: Um olhar sobre as políticas públicas sociais de inclusão digital**. 2010. 169 f. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: Economia, sociedade e cultura – O poder da Identidade*. V.2. São Paulo: Paz e terra, 1999.

_____. *A era da informação: Economia, sociedade e cultura – O fim do milênio*. V.3. São Paulo: Paz e terra, 1999, p. 191-192. (grifo meu)

_____. *A era da informação: Economia, sociedade e cultura – A sociedade em Rede*. V.1. São Paulo: Paz e terra, 1999.

_____. *Redes de Indignación y Esperanza: Los movimientos sociales em la era de internet*. Madri: Alianza Editorial. 2012

CERTEAU, M. de. *A invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer*. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

COMITÊ PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA. *Inclusão digital na medida*. São Paulo: Fundação telefônica, 2007.

DARNTON, R. *O beijo de lamourette: Mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

ENGUITA, M. F. *Tecnologia e sociedade: A ideologia da racionalidade técnica, a organização do trabalho e a educação*. In: SILVA, T. T. da. (Org.) *Trabalho, Educação e Prática Social: por uma teoria da formação humana*. Porto Alegre: Artes Médias, 1991.

FALAVIGNA, Maurício Serrano. *Inclusão digital: vivências brasileiras*. São Paulo: IPSO – Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2011.

FOULCOUT, M. *Microfísica do poder*. [Organização e tradução de Robert Machado]. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GERE, C. *Digital Culture*. Londres: Reaktion books, 2008.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HAROCHE, C. *A condição sensível*. Rio de Janeiro: Contra capa, 2008.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. **A era do globalismo**. 11^oed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

JENKINS, H. **Cultura da convergência: a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação**. 2^o 3d. São Paulo: Aleph, 2009;

LACERDA, J. de S. Políticas de telecentros de acesso público gratuito e sociedade da informação: modelos em conflito. In: FRAGOSO, S.; MALDONADO, A. E. **A internet na América Latina**. São Leopoldo: Ed. Unisino; Porto Alegre: Sulina, 2009.

LE BRETON, D. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed.34, 1999.

MARTÍN-BARBEIRO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MEDEIROS, Marcelo. **As políticas de inclusão digital no governo Lula (2003 – 2009). Uma análise de programas e leis**. 2010. 176 f. Dissertação (Mestrado Políticas públicas, estratégias e desenvolvimento) – Programa de Pós-graduação em Políticas públicas, estratégias e desenvolvimento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

NEGRI; HARDT apud SILVEIRA, Sergio A. A Noção de Exclusão digital diante das exigências de uma cibercidadania. IN: HETKOWSKI, Tânia M. **Políticas Públicas & Inclusão Digital**. Salvador: EDUFBA, 2008

ORTIZ, R. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAIVA, C. C.; MORAIS, M. M.; MARTINS, A. V. (Org.). **Afrodite no ciberespaços: A era das convergências**. João Pessoa: Marca de Fantasia. 2010.

PRETTO, N. de L. **Além das redes de colaboração: Internet, diversidade cultural e tecnologias do poder**. Salvador: EDUFBA, 2008.

- RODRIGUES, H. Lutas e experiências dos moradores do bairro Morumbi. Um lugar para morar e a luta que se inicia. Em *Extensão*, Uberlândia, v.7, n.2, p. 41-51, 2008.
- SANTOS, M. A. F.; RAMIERES, J. C. de L. Percepção espacial da violência e do medo pelos moradores dos bairro Morumbi e Luizote de Freitas em Uberlândia/MG. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 21 (1), p. 131-145, Abr. 2009.
- SARTÓRIO, Kelly Cristiane. *Exclusão social e tecnologia. Os desafios da política de inclusão digital no Brasil*. 2008. 127 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2008
- SAVAZONI, R.; COHN, S.. *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.
- SCALCO, L. M. A roupa nova do rei. O uso do computador nas classes populares. In: ANPOCS, 35., 2011, Caxambu. *Anais.Caxambu: Anpocs*, 2011. p. 1 - 18.
- SENNETT, R. *A corrosão do Caráter: Consequência pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 12º Ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- _____. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SERAFIM, M. P.; DAGNINO, Renato Peixoto. A política científica e tecnologica e as demandas da inclusão social no governo Lula (2003-2006). In: *Revistaoes*, Salvador, v.18, n.58, p. 403 -427, Jul/Set., 2011.
- STEFFEN, C.; PONS, M. E. D. (Orgs.). *Tecnologia pra quê?: Os dispositivos tecnológicos de comunicação e seu impacto no cotidiano*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2011.
- SHIRKY, C.. *A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- TAPIAS, J. A. P. *Internautas e naufragos: A busca do sentido na cultura digital*. São Paulo, Loyola, 2006.
- TEIXEIRA, A. C.; MARCON, K. (Orgs.). *Inclusão Digital: Experiências, desafios e perspectivas*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

TRIVINHO, E.; REIS, A. P. (Org.). *A cibercultura em transformação: poder, liberdade e sociabilidade em tempos de compartilhamento, nomadismo e mutação de direitos*. São Paulo: ABCiber. Instituto Itaú Cultural, 2010.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

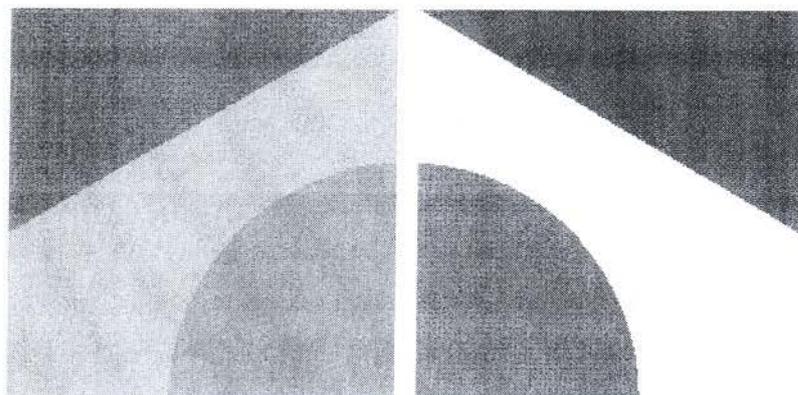
WILLIAMS, R. *Política do modernismo: Contra os novos conformistas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

_____. *Marxismo e Literatura*. São Paulo: Zahar, 1979.

ANEXO I
PROJETO CASA BRASIL.

PROJETO

casa
B R A S I L



1. INTRODUÇÃO

O combate à exclusão social e a promoção da cidadania ativa deve ser uma política pública transversal, que perpassa diversas áreas do saber e de atuação do Governo Federal. O estímulo à ampliação da interface entre órgãos governamentais e empresas estatais é uma boa prática de gestão pública, e contribui para a eficácia do papel do Estado enquanto agente de promoção de igualdade social.

O PROJETO CASA BRASIL apresenta uma complexidade de implantação ímpar, e seu sucesso depende de soluções para infra-estrutura, conectividade em áreas remotas, capacitação para todo território nacional, suporte técnico eficaz, entre outras. Somente através da união de esforços e da cooperação é possível atingir os objetivos propostos.

O PROJETO CASA BRASIL tem o propósito de implantar, junto às comunidades carentes, um espaço destinado à convergência das ações do governo federal nas áreas de inclusão digital, social e cultural, geração de trabalho e renda, ampliação da cidadania, popularização da ciência e da arte. O projeto propõe o uso intensivo das tecnologias da informação e da comunicação visando capacitar os segmentos excluídos da população para a inserção crítica na Sociedade do Conhecimento, buscando superar e romper a cadeia de reprodução da pobreza.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

O projeto de pesquisa de Inclusão Digital e Social visa analisar a perspectiva de melhoria de qualidade de vida da população ativa local, a partir da inserção da unidade da Casa Brasil, tendo como objetivo principal, uma avaliação inicial e avaliações temporais, visando analisar o impacto do Projeto Casa Brasil na inserção da comunidade local na universalização do acesso e do uso intensivo da tecnologia da informação contra a miséria, visando também, a autonomia coletiva dos segmentos socialmente excluídos.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Promover a emancipação dos cidadãos proporcionando a universalização do acesso aos meios, ferramentas, conteúdo e saberes da Sociedade do Conhecimento através das tecnologias da informação e comunicação, bem como:

- Trabalhar para a redução da desigualdade social;
- Viabilizar a apropriação autônoma e livre das novas tecnologias;
- Estimular o desenvolvimento da cidadania ativa;
- Fortalecer as ações das organizações da sociedade civil e a participação popular;
- Contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e justas;
- Promover a integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- Democratizar as comunicações;
- Proporcionar um espaço para a manifestação cultural local e regional;
- Estimular e difundir o hábito de leitura;
- Divulgar a ciência;
- Promover inclusão digital e preparação para o mundo do trabalho através dos Laboratórios de Montagem e Manutenção de Equipamentos de Informática;
- Proporcionar à comunidade a oportunidade de criar e editar conteúdo multimídia;
- Promover o acesso da população às Unidades Bancárias;
- Promover a divulgação e o acesso aos Programas do Governo Federal através das unidades locais do PROJETO CASA BRASIL e do Portal Casa Brasil.

3. JUSTIFICATIVA

A capacitação de recursos humanos por meio de atividades de extensão inovadora, disseminação e transferência de tecnologia, é a chave para o sucesso do PROJETO CASA BRASIL, pois coloca no centro do processo as pessoas. Pode ser dividida entre técnica, cidadã e de gestão do conhecimento.

A capacitação técnica deve ser realizada de maneira conceitual preparando os cidadãos para utilizar as tecnologias da informação e comunicação, e não somente determinados aplicativos. O ensino técnico será direcionado para o entendimento da lógica de utilização e funcionamento do sistema operacional, das interfaces gráficas, dos aplicativos de maneira geral e demais tecnologias digitais. Dessa forma o usuário aprenderá a utilizar as tecnologias de forma autônoma e genérica.

A capacitação cidadã deve promover a formação necessária para que os profissionais fiquem aptos a serem agentes catalisadores do processo de ampliação da cidadania ativa e para a promoção da inclusão social. A discriminação de cor, credo, gênero, classe social, ou de qualquer outra natureza, não está de acordo com a prática de atendimento inclusivo, e só a conscientização e a capacitação adequada pode garantir que o atendimento ao cidadão seja realizado da maneira desejada.

A gestão do conhecimento deve realizar um atendimento inclusivo à população, respeitando o direito à diversidade, com suas culturas e costumes locais, situações sociais, etc.

Os Conselhos Gestores são fundamentais para a construção e continuidade do PROJETO CASA BRASIL, não esgotam suas funções na administração comunitária do espaço. São antes de tudo, oportunidades para a prática da participação como pedagogia, estimulando as pessoas a exercer a cidadania ativa. A participação popular na gestão pública não faz parte da cultura nacional, e sua inclusão deve se dar através de um processo de aprendizado coletivo e cotidiano, e os profissionais do PROJETO CASA BRASIL devem integrar este processo como facilitadores, e devem se capacitar para cumprirem a tarefa.

Observamos que capacitação para a gestão do espaço público é fundamental para que este conserve sempre o seu caráter público, considerando que:

- A coordenação da equipe de trabalho é importante para o atendimento inclusivo do cidadão, e deve ser considerada como um dos requisitos para bom funcionamento da unidade.
- A coleta e gestão das informações precisas sobre o projeto colaboram para a avaliação do impacto do PROJETO CASA BRASIL como uma política pública, além de ser uma boa prática de gestão.
- A gerência do uso do espaço como um todo influencia sobre a maneira que a unidade do PROJETO CASA BRASIL atenderá à população, e sobre a construção da cidadania.

Podemos observar que além da capacitação técnica e conceitual para a utilização das tecnologias da informação e da comunicação, se faz necessária uma capacitação ampla sobre gestão cidadã do espaço público. Este processo não se esgota nos seminários de formação, pois é um processo contínuo, que deve ser incorporado no cotidiano das atividades de coordenação da implantação e do trabalho. Logo os Técnicos de Instrução Continuada e os Técnicos de Informática devem estar devidamente preparados e constantemente atualizados para a coordenação, disseminação do conhecimento.

Para a consecução dos seus objetivos é fundamental investir esforços na capacitação da equipe de profissionais que trabalharão no projeto. No primeiro ano de funcionamento do PROJETO CASA BRASIL, o CNPq irá contribuir para a realização das avaliações, que visam analisar o impacto do projeto na comunidade local e para a capacitação continuada da equipe, ofertando bolsas específicas para cada função, para que ao final deste prazo o projeto possa contar com pessoal habilitado tecnicamente e capaz de praticar o atendimento inclusivo à população.

Através dos recursos alocados pelo CNPq para a seleção pública de Parceiros Estratégicos, serão destinadas bolsas para os profissionais que atuarão nas unidades locais do PROJETO CASA BRASIL. O projeto conta com uma estrutura centralizada de coordenação, capacitação, implantação e suporte, que conta com no mínimo 27 Técnicos de Instrução Continuada e 27 Técnicos de Informática, sendo no mínimo um por estado. Por não estarem vinculados diretamente a uma unidade local, suas bolsas não se incluem no âmbito da seleção pública.

4. DESCRIÇÃO

A Casa Brasil é um espaço comunitário de acesso universal, livre e gratuito, constituído por uma “estrutura modular”, isto é, um local para uso comunitário planejado para reunir diversos módulos implantados simultaneamente ou em etapas. A participação popular, através do conselho gestor local, auxiliará na utilização do espaço pela comunidade.

As unidades poderão conter os seguintes módulos:

- Telecentro;
- Auditório;
- Sala de Leitura;
- Espaço Multimídia;
- Oficina de Rádio;
- Laboratório de Divulgação da Ciência;
- Unidade Bancária;
- Módulos de Representação do Governo Federal;

4.1. TELECENTROS

Os Telecentros são espaços de inclusão digital e social que visam universalizar o acesso público, livre e gratuito aos meios, ferramentas, conteúdos e saberes através das tecnologias da informação e da comunicação. A combinação de computadores e acesso à Internet faz com que o Telecentro seja um espaço de uso intensivo de tecnologias para ampliar o acesso da população à Sociedade do Conhecimento. O Telecentro contribui também para promover a inclusão social e o desenvolvimento sócio-econômico local.

São espaços públicos equipados com computadores conectados à Internet em banda larga. Cada unidade alocada no PROJETO CASA BRASIL deverá possuir no mínimo 10 e no máximo 20 micro-computadores, com software livre. As principais atividades oferecidas à população são:

- Uso livre;
- Cursos de introdução à informática;
- Oficinas especializadas.

O Telecentro deve ser um espaço que proporcione ao cidadão a interação com o poder público, e a interação social com o mundo exterior à sua realidade. Portanto, é imprescindível que o Telecentro da Casa Brasil esteja conectado à Internet em banda larga para possibilitar aos usuários acesso às ferramentas, conteúdos e saberes. O acesso à internet para um Telecentro é tão importante quanto os livros para uma biblioteca.

4.2. AUDITÓRIO

Compreende-se como Auditório, uma sala com espaço para, no mínimo, 50 assentos, equipamentos para áudio e vídeo como caixas acústicas, tela de apresentação e canhão de projeção de imagens.

Este espaço servirá para reuniões da comunidade, apresentação de palestras, filmes e demais

usos adequados a um auditório de pequeno / médio porte.

Sua estrutura poderá estar, ou não, alocada no mesmo espaço dos outros módulos, tendo em vista a dificuldade de um arranjo de espaço para esta determinada função.

4.3. SALA DE LEITURA

A Sala de Leitura é um espaço que concentrará as doações de livros, revistas, periódicos para a Casa Brasil. Serão organizadas rodas de leitura visando incentivar este hábito. Também haverá a organização de encontros de poesias, leituras dramáticas de peças teatrais e textos escolhidos pelos educadores locais. A estrutura da sala de leitura será simples e contará com estantes, mesas e cadeiras.

4.4. ESPAÇO MULTIMÍDIA

O Espaço Multimídia é um espaço de criação que visa, não apenas a eficácia social e cultural, mas também a sustentabilidade e o estímulo à construção de visões críticas sobre cultura, trabalho, produção de conteúdo e gestão da própria vida. No Espaço Multimídia, a população aprende a se expressar através da criação em multimídia e a compreender as dimensões técnicas de hardware e software envolvidos na cultura digital, preparando-se para a inserção crítica na Sociedade do Conhecimento.

O Espaço Multimídia é uma combinação de oficinas para criação de conteúdo multimídia (gravação e tratamento de áudio e vídeo, oficinas de produção de conteúdo para a rede e programação em linguagens de software livre) e de difusão interna/externa (sala com recursos de áudio/vídeo/web ou oficina orientada à difusão dos conteúdos produzidos nas oficinas do centro). Desta maneira, o Espaço Multimídia se configura como um nó dentro de uma rede, que absorve e difunde conteúdo, interagindo com outros nós da rede.

Uma oficina é composta por membros que promovem a identificação do grupo com uma tarefa criativa dentro de uma dinâmica emergente de aglutinação por interesse. Assim, uma mesma pessoa pode integrar mais de uma oficina, embora seja estimulada a dedicação e identificação a uma única oficina. Cada uma das oficinas deve ser alocada em um espaço/laboratório. O projeto concebe a existência de 8 (oito) oficinas. São elas:

- Auditório (Oficina Social);
- Oficina de Texto;
- Laboratório Gráfico;
- Laboratório de Vídeo;
- Laboratório de Áudio;
- Laboratório de Rádio;
- Laboratório de Reciclagem;
- Laboratório Hacker.

No entanto, há espaço para o surgimento de novas oficinas a partir de iniciativas internas de cada centro. Não se trata de um projeto fechado, mas de um conceito de organização de um espaço multimídia em um equipamento de uso comunitário.

4.5. LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA E LABORATÓRIO DE DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA

O PROJETO CASA BRASIL propõe dois tipos de laboratórios:

- Laboratório de Informática (montagem e manutenção de equipamentos de informática);
- Laboratório de Divulgação da Ciência.

O Laboratório de Informática ensina a montagem e manutenção de equipamentos de informática com a função de oferecer à população a possibilidade de conhecer o funcionamento eletro-

eletrônico dos equipamentos de informática (hardware), aprofundando o processo de inclusão digital e preparando os jovens para o mercado de trabalho.

O Laboratório de Divulgação da Ciência são espaços destinados à popularização e disseminação da ciência em todo o território nacional, e possuem a missão de divulgar a ciência através da técnica, da cultura e da arte. As Oficinas de Ciências comportarão atividades direcionadas a popularização da ciência, exposições, experimentos científicos e manifestações artísticas, dependendo da vocação local e do plano para a utilização do laboratório apresentado pelo Parceiro Estratégico.

4.6. MÓDULO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

Um dos objetivos do PROJETO CASA BRASIL é levar os programas e serviços do Governo Federal para junto das comunidades. Para que isso se concretize, é necessário disponibilizar espaços para que os diversos órgãos do governo possam desenvolver atividades que venham a atender às necessidades específicas de uma comunidade, ou fazerem-se presentes para implementação de projetos e programas. O objetivo é facilitar a vida da população mais pobre, aproximando os serviços públicos do cidadão.

4.7. OFICINA DE RÁDIO

Oficina de Rádio é um tipo especial de emissora de rádio FM, operada em baixa potência e de cobertura restrita, criada para propiciar informação, cultura, entretenimento e lazer às comunidades.

Algumas unidades do PROJETO CASA BRASIL poderão contar com uma emissora comunitária dependendo da não duplicação de iniciativas, bem como o estabelecimento de parcerias com setores populares já envolvidos com a comunicação comunitária.

4.8. UNIDADE BANCÁRIA

A Unidade Bancária é um modelo de correspondente bancário popular criada para atuar no segmento de microcréditos. Promoverá a inclusão bancária de pessoas de menor renda que hoje não são atendidas pelo Sistema Financeiro tradicional, localizadas próximas à residência dos clientes e em local de grande fluxo desse público, assim como a CASA BRASIL.

5. BENEFÍCIOS

Os benefícios decorrentes da concretização deste programa podem ser sistematizados em torno de seus beneficiários principais, da seguinte maneira:

Cidadãos e Comunidade

Formação
Participação
Simplificação
Desenvolvimento humano
Desenvolvimento econômico
Iniciação dos membros das comunidades em atividades de cidadania
Melhoria da qualidade de vida
Acesso facilitado aos programas governamentais
Disseminação do Conhecimento

Administração Pública

Melhoria da imagem
Reconhecimento
Apoio
Canal de comunicação dos programas governamentais
Atendimento ao direito à informação dos cidadãos
Disponibilização de acesso aos programas governamentais
Racionalização de custos de divulgação dos programas governamentais

6. METODOLOGIA DE IMPLANTAÇÃO

6.1. DEFINIÇÃO DO PARCEIRO ESTRATÉGICO

O Parceiro Estratégico é a instituição que abrigará a unidade do PROJETO CASA BRASIL, e será selecionado através Edital de Seleção Pública de projetos de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação, a ser publicado pela CC/ITI/MCT/SECIS/CNPq, devendo atender as condições descritas a seguir:

6.1.1. PRÉ-CONDIÇÕES

Cada unidade do PROJETO CASA BRASIL deverá apresentar as seguintes pré-condições para a sua implantação:

- Espaço físico de, no mínimo, 300 (trezentos) metros quadrados de área útil para abrigar unidade do PROJETO CASA BRASIL.
- Para a instalação das unidades do PROJETO CASA BRASIL, serão observadas as condições mínimas de habitabilidade e qualidade ambiental;
- O local a ser implantada a unidade do PROJETO CASA BRASIL deverá apresentar documentação garantindo que a unidade permanecerá instalada no mesmo local por no mínimo três anos;
- O local deve oferecer instalações elétricas, conforme especificações mínimas previstas no site: www.iti.br/casabrasil, adequadas para o recebimento dos equipamentos, segundo especificações técnicas do CGPCB.
- O Parceiro Estratégico que receberá a unidade deve ter existência comprovada de atendimento à população há pelo menos 1 (um) ano;
- O Parceiro Estratégico deverá aceitar e manter a identidade visual padrão do PROJETO CASA BRASIL. Haverá adequações no espaço cedido interna e externamente. Os detalhes técnicos podem ser consultados no Manual de Identidade Visual do PROJETO CASA BRASIL, publicado em formato eletrônico no site <http://www.iti.br/casabrasil>;
- A unidade do PROJETO CASA BRASIL deverá funcionar em áreas de exclusão social, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, em área de grande densidade populacional e com fácil acesso à população do entorno;
- A unidade do PROJETO CASA BRASIL será sempre instalada e mantida em espaços laicos.

6.1.2. OBRIGAÇÕES

- Oferecer condições de acessibilidade e utilização de todas as dependências das unidades do PROJETO CASA BRASIL a portadores de necessidades especiais;
- Oferecer condições adequadas de habitabilidade, segurança e limpeza da unidade;
- Indicar um Coordenador responsável pela parceria;
- Garantir que todas as atividades realizadas no PROJETO CASA BRASIL serão de uso público e gratuito;
- Garantir o uso adequado dos manuais de funcionamento do PROJETO CASA BRASIL, a serem distribuídos e atualizados constantemente;
- Estar em dia com os pagamentos das taxas e tarifas públicas, com os recursos públicos federais destinados para este fim, dentro dos limites previstos no Edital devendo prestar contas destas despesas;
- Assumir despesas com as taxas e tarifas públicas que excedam os limites previstos no projeto;
- Garantir a participação do Conselho Gestor na gestão da unidade local do PROJETO CASA BRASIL;
- Elaborar e efetivar o Plano de Sustentabilidade;

- Elaborar a proposta e zelar pelo bom funcionamento dos laboratórios;
- Garantir a abertura da unidade ao público, no mínimo durante 8 (oito) horas por dia, 5 dias por semana;
- Garantir que todo o ensino e uso da Casa Brasil seja laico.

6.2. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

CRITÉRIO	PESO
Localização do espaço físico (áreas com baixo IDH, adensamento urbano e condições mínimas de habitabilidade e qualidade ambiental).	10
Plano de sustentabilidade	7
Capacidade técnica gerencial	3
Acessibilidade a portadores de necessidades especiais	3
Tamanho e qualidade do espaço físico a ser cedido	3
Proposta para um laboratório de divulgação da ciência	2

6.3. LOCAIS DE EXECUÇÃO

Foram selecionados 90 locais para implantação inicial do PROJETO CASA BRASIL, sendo um considerado Unidade Piloto do PROJETO CASA BRASIL, localizado na cidade de Valente, no Estado da Bahia, e outros 89 em cidades, abaixo descritas, tendo como referência populacional a estimativa oficial do IBGE de julho de 2004, segundo os seguintes critérios:

- As capitais que possuem população acima de um milhão e duzentos mil habitantes poderão ser contempladas com até 3 (três) unidades do PROJETO CASA BRASIL;
- As capitais que possuem população entre setecentos e hum mil até hum milhão e duzentos mil habitantes poderão ser contempladas com até 2 (duas) unidades do PROJETO CASA BRASIL;
- As capitais que possuem população de até setecentos mil habitantes poderão ser contempladas com 1 (uma) unidade do PROJETO CASA BRASIL.
- Excluídas as capitais, em cada região do país foram selecionadas as 7 (sete) cidades de maior densidade populacional, ressalvadas as cidades de população inferior a 50.000 mil habitantes.

Na hipótese de não haver candidato para as cidades relacionadas, será selecionada a cidade de maior densidade populacional no respectivo estado.

Capitais	Quantidade
Aracaju	1
Belém	3
Belo Horizonte	3
Boa Vista	1
Brasília	3
Campo Grande	2
Cuiabá	1
Curitiba	3
Florianópolis	1
Fortaleza	3
Goiânia	2
João Pessoa	1
Macapá	1
Maceió	2
Manaus	3
Natal	2
Palmas	1
Porto Alegre	3
Porto Velho	1
Recife	3
Rio Branco	1
Rio de Janeiro	3
Salvador	3
São Luis	2
São Paulo	3
Teresina	2
Vitória	1
TOTAL	55

REGIÃO NORTE		Quantidade
PA	Ananindeua	1
TO	Araguaina	1
RO	Ji-Paraná	1
AM	Parintins	1
AP	Santana	1
AC	Cruzeiro do Sul	1
PA	Santarém	1

REGIÃO NORDESTE		Quantidade
PE	Jaboatão dos Guararapes	1
BA	Valente (projeto piloto)	1
PB	Campina Grande	1
CE	Caucaia	1
MA	Imperatriz	1
RN	Mossoró	1
AL	Arapiraca	1
PI	Parnaíba	1

REGIÃO CENTRO-OESTE		Quantidade
GO	Aparecida de Goiânia	1
MT	Várzea Grande	1
MS	Dourados	1
GO	Anápolis	1
MT	Rondonópolis	1
MS	Corumbá	1

REGIÃO SUL		Quantidade
PR	Londrina	1
SC	Joinville	1
RS	Caxias do Sul	1
RS	Pelotas	1
PR	Maringá	1
SC	Blumenau	1
RS	Canoas	1

REGIÃO SUDESTE		Quantidade
SP	Guarulhos	1
RJ	São Gonçalo	1
MG	Contagem	1
ES	Vila Velha	1
SP	Campinas	1
RJ	Duque de Caxias	1
MG	Uberlândia	1

A Cidade de Valente, no Estado da Bahia, embora não participe da seleção, será contemplada com as verbas do presente Edital por se tratar da unidade piloto do PROJETO CASA BRASIL.

6.4. RECURSOS HUMANOS

6.4.1 FUNCÕES E CUSTOS

Tipo	Quantidade	Valor em R\$	Meses	Total
Coordenador Geral do Projeto	1	R\$ 6.000,00	12	R\$ 72.000,00
Coordenador de Capacitação	2	R\$ 5.000,00	12	R\$ 120.000,00
Técnico de Capacitação	3	R\$ 4.100,00	12	R\$ 147.600,00
Técnico Especialista em Software	2	R\$ 2.500,00	12	R\$ 60.000,00
Técnico de Instrução Continuada	27	R\$ 3.000,00	12	R\$ 972.000,00
Técnico de Informática	27	R\$ 2.500,00	12	R\$ 810.000,00
Coordenador da Casa Brasil	90	R\$ 1.100,00	12	R\$ 1.188.000,00
Técnico de Estúdio Multimídia	90	R\$ 630,00	12	R\$ 680.400,00
Técnico de Laboratório	90	R\$ 630,00	12	R\$ 680.400,00
Coordenador de Telecentro	90	R\$ 630,00	12	R\$ 680.400,00
Monitor de Telecentro	90	R\$ 300,00	12	R\$ 324.000,00
Técnico da Unidade	90	R\$ 300,00	12	R\$ 324.000,00
				R\$ 6.058.800,00

6.4.2. Descrição das Bolsas:

Coordenador de Geral do Projeto

- 1 - responsável pela coordenação geral do projeto,
- 2 - planejar, implementar e acompanhar as ações,
- 3 - organização geral do projeto,
- 4 - acompanhar e avaliar os bolsistas,
- 5 - acompanhamento orçamentário do projeto,
- 6 - encaminhar os relatórios de avaliação junto ao CNPq

Perfil: profissional de nível superior, com experiência mínima de 3 anos em coordenação e/ou participação em equipes e implantação de projetos de extensão, disseminação ou transferência de tecnologia, com título de Doutor há no mínimo 2 (dois) anos.

Coordenador de Capacitação

- 1 - propor ações de capacitação para todos os envolvidos no projeto,
- 2 - planejar e organizar os programas de capacitação,
- 3 - acompanhar e avaliar os processos de capacitação

- 4 - avaliar os bolsistas
- 5 - desenvolver o Material Didático
- 6 - Difundir o conhecimento
- 7 - Capacitação didática dos replicadores de conhecimento

Perfil: profissional de nível superior, com experiência mínima de 2 anos na execução ou participação em projetos de extensão, disseminação ou transferência de tecnologia, boa redação e conhecimento de ferramentas em software livre.

Técnico de Capacitação

- 1 - prestar assessoria técnica aos Coordenadores do Projeto, em capacitação, implementação, acompanhamento e avaliação do projeto,
- 2 - prestar informações aos bolsistas,
- 3 - auxiliar na preparação de material didático e atividades afins
- 4 - assessorar na capacitação

Perfil: profissional de nível superior com experiência em atividades de extensão, disseminação ou transferência de tecnologia, boa redação e conhecimento de ferramentas em software livre.

Técnico Especialista em Software

- 1 – responsável pelo desenvolvimento e adequação dos softwares livres ao padrão do Casa Brasil;
- 2 – prestar suporte técnico remoto nos softwares livres instalados nas unidades;
- 3 – capacitar os técnicos de informática na utilização e atualização dos softwares livres.

Perfil: profissional com experiência em atividades de extensão, disseminação ou transferência de tecnologia e conhecimento avançado em softwares livres.

Técnico de Instrução Continuada

- 1 - coordenador local do Projeto
- 2 - apresentação do projeto as lideranças e organizações locais,
- 3 - acompanhamento da implantação das várias unidades da Casa Brasil sob sua jurisdição, zelando pelo cumprimento das diretrizes do projeto,
- 4 - elaboração de relatórios.
- 5 - Implementar os Conselhos Gestores.

Perfil: Profissional com experiência em atividades de extensão, disseminação ou transferência de tecnologia, com conhecimento regional, capacidade de comunicação e organização.

Técnico de Informática

- 1 - apoiar tecnicamente a implantação da Casa Brasil
- 2 – dar suporte técnico em software e hardware, especialmente em ferramentas de softwares livres.
- 3 - orientar a instalação de redes físicas e lógicas
- 4 - supervisionar o funcionamento dos equipamentos existentes na Casa Brasil,
- 5 - orientar os bolsistas quanto à utilização dos equipamentos

Perfil: Profissional com experiência em atividades de extensão, disseminação ou transferência de tecnologia, com bom conhecimento regional, facilidade em se comunicar e capacidade organizacional.

Coordenador da Casa Brasil

- 1 - organizar as atividades da Casa Brasil
- 2 - coordenar as atividades dos bolsistas locais
- 3 - elaborar os relatórios de acompanhamento e avaliação
- 4 - coordenar reuniões locais
- 5 - acompanhar o cumprimento das diretrizes do projeto

Perfil: profissional com experiência na coordenação de equipes de extensão, disseminação ou transferência de tecnologia.

Coordenador de Telecentro

- 1 - coordenar as atividades do Telecentro,
- 2 - supervisionar e orientar os bolsistas atuantes nos telecentro
- 3 - orientar o uso dos equipamentos
- 4 - orientar o uso das ferramentas em software livre
- 5 - orientar a comunidade no uso adequado dos equipamentos bem como das instalações

Perfil: profissional com experiência em atividades de extensão, disseminação ou transferência de tecnologia.

Técnico de Estúdio Multimídia e Técnico de Laboratório

- 1 - responsável pela instalação e manutenção dos equipamentos sob sua responsabilidade,
- 2 - prestar suporte técnico
- 3- capacitação dos usuários

Perfil: profissional com experiência em atividades de extensão, disseminação ou transferência de tecnologia.

Monitor de Telecentro

- 1 - Instruir e dar suporte aos usuários do Telecentro
- 2 - atendimento ao público

Perfil: aluno de nível médio ou profissional com facilidade de comunicação.

Técnico de Unidade

- 1 - apoiar as atividades desenvolvidas na unidade da Casa Brasil
- 2 - operar equipamentos
- 3 - apresentação de programas radiofônicos na oficina de rádio, quando houver.

Perfil: aluno de nível médio ou profissional com facilidade de comunicação.

7. COORDENAÇÃO DO PROJETO CASA BRASIL

7.1. COMITÊ GESTOR DO PROJETO CASA BRASIL - CGPCB

Objetivos do CGPCB:

- 1 - Estabelecer diretrizes gerais de gestão e aplicação dos recursos destinados ao PROJETO CASA BRASIL.
- 2 - Estabelecer critérios para a escolha das entidades e localidades que abrigarão e administrarão as

unidades locais do PROJETO CASA BRASIL;

3 - Aprovar o plano anual de trabalho do PROJETO CASA BRASIL e, avaliar periodicamente seus resultados;

4 - Acompanhar e monitorar a implementação e o desempenho das unidades do PROJETO CASA BRASIL.

O CGPCB é composto por representantes dos seguintes órgãos do Governo Federal.

- Casa Civil da Presidência da República, que o coordena;
- Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República;
- Ministério da Educação;
- Ministério da Ciência e Tecnologia;
- Ministério das Comunicações;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O CGPCB conta com um Comitê Executivo, e ambos contam com uma Secretaria-Executiva, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI.

7.2. COMITÊ EXECUTIVO DO PROJETO CASA BRASIL

Ao Comitê Executivo caberá a coordenação das ações de ministérios, secretarias, autarquias, empresas estatais, e demais órgãos do Governo Federal para a consecução dos objetivos do PROJETO CASA BRASIL, propiciando maior eficácia e visibilidade aos programas de inclusão social do Governo Federal.

São funções do Comitê Executivo, através de sua Secretaria-Executiva:

- coordenar a implantação das unidades do PROJETO CASA BRASIL;
- acompanhar e monitorar o desempenho das unidades locais;
- gerir e operacionalizar o Portal Casa Brasil;
- gerir os convênios com entidades que abrigarão e administrarão as unidades locais do PROJETO CASA BRASIL;
- disciplinar os convênios/parcerias realizados entre as entidades locais, administradoras das unidades do PROJETO CASA BRASIL, e terceiros;
- gerir os convênios com ministérios e estatais nos casos em que esteja configurada a necessidade de interveniência de diversos órgãos;
- interagir com o Programa Brasileiro de Inclusão Digital;
- coordenar as ações entre ministérios e estatais nos projetos de abrangência nacional e que estejam vinculados ao PROJETO CASA BRASIL;
- coordenar as atividades de formação e capacitação dos agentes envolvidos no processo de implantação das unidades;
- receber e processar informações enviadas pelas equipes de capacitação continuada;
- manter um banco de dados do processo de implantação do PROJETO CASA BRASIL e suas unidades locais que pode ser geo-referenciado e contribuir para o Observatório de Inclusão Digital;
- manter ferramentas de gerenciamento e suporte remoto das atividades das equipes de capacitação continuada;
- desenvolver e manter o sistema operacional dos telecentros e espaços multimídia.

O Comitê Executivo é composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades do Governo Federal:

- Ministério da Ciência e Tecnologia, que o coordena e responsável pelo repasse dos recursos.
- Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, responsável pela Secretaria-Executiva;
- Casa Civil da Presidência da República;
- Ministério da Educação;
- Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República;

- Ministério das Comunicações;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Serviço Federal de Processamento de Dados;
- Caixa Econômica Federal;
- Banco do Brasil S.A.;
- Centrais Elétricas S.A.;
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;
- Petróleo Brasileiro S.A..

8. CRONOGRAMA

EVENTOS	DATAS
Lançamento do Edital no Diário Oficial da União	21 de junho de 2005
Data limite para submissão das propostas (formulário eletrônico)	Até 05 de agosto de 2005
Divulgação dos resultados	Até 05 de setembro de 2005
Início da contratação dos projetos	A partir de 06 de setembro de 2005

2004	2005	2006
1. Aprovação do orçamento da União	<ol style="list-style-type: none">1. Constituir a Coordenação Nacional do PROJETO CASA BRASIL.2. Iniciar implantação das Unidades Locais do PROJETO CASA BRASIL.3. Implantar 90 Casas Brasil até dezembro/2005.	<ol style="list-style-type: none">1. Expandir a implantação do PROJETO CASA BRASIL pelo País.

CUSTOS ENVOLVIDOS NO PROJETO CASA BRASIL – 90 UNIDADES**TABELA GERAL DE CUSTOS DO PROJETO CASA BRASIL**

Descrição	Valor (R\$)
TELECENRO	R\$ 4.024.900,00
ESPAÇO MULTIMÍDIA	R\$ 2.340.000,00
AUDITÓRIO	R\$ 1.341.000,00
SALA DE LEITURA	R\$ 288.000,00
OFICINA DE RÁDIO	R\$ 450.000,00
LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS E / OU INFORMÁTICA	R\$ 1.260.000,00
BOLSAS CNPq	R\$ 6.058.800,00
DIÁRIAS E PASSAGENS (TRABALHO DE CAMPO)	R\$ 1.244.700,00
CAPACITAÇÃO DOS BOLSISTAS LOCAIS	R\$ 1.819.880,00
CAPACITAÇÃO DOS BOLSISTAS LOCAIS – DIÁRIAS E PASSAGENS	R\$ 1.147.500,00
CAPACITAÇÃO DOS BOLSISTAS ESTADUAIS	R\$ 18.400,00
CAPACITAÇÃO DOS BOLSISTAS ESTADUAIS – DIÁRIAS E PASSAGENS	R\$ 82.350,00
ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CASA BRASIL	R\$ 3.960.000,00
ATIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	R\$ 300.000,00
Total (R\$) GERAL	R\$ 24.331.930,00

TELECENTRO			
Capital			
Item	Unidades	Valor Unitário	Total (R\$)
Servidor	95	R\$ 3.600,00	R\$ 342.000,00
Thin-Client	1850	R\$ 1.100,00	R\$ 2.035.000,00
Estabilizador	1890	R\$ 50,00	R\$ 94.500,00
Impressora	90	R\$ 1.100,00	R\$ 99.000,00
Mesa	2160	R\$ 200,00	R\$ 432.000,00
Cadeira	2250	R\$ 150,00	R\$ 337.500,00
Armário	180	R\$ 300,00	R\$ 54.000,00
Ventilador	180	R\$ 100,00	R\$ 18.000,00
Total (R\$)			R\$ 3.412.000,00

TELECENTRO			
Custeio			
Ítem	Unidades	Valor Unitário	Total (R\$)
Quadro Branco	90	R\$ 150,00	R\$ 13.500,00
Quadro de Recados	90	R\$ 150,00	R\$ 13.500,00
Instalação de Ponto de Rede	2700	R\$ 200,00	R\$ 540.000,00
Grampeador	90	R\$ 150,00	R\$ 13.500,00
Pastas de Arquivo	1800	R\$ 2,00	R\$ 3.600,00
Apagador de Quadro	90	R\$ 5,00	R\$ 450,00
Perfurador	90	R\$ 15,00	R\$ 1.350,00
Toner de Impressora	90	R\$ 300,00	R\$ 27.000,00
Total (R\$)			R\$ 612.900,00

ESPAÇO MULTIMÍDIA**Capital**

Item	Unidades	Valor Unitário	Total (R\$)
Placa de Captura de Áudio	180	R\$ 641,00	R\$ 115.380,00
Mesa de Som	90	R\$ 891,00	R\$ 80.190,00
Monitores de Som passivo (par)	90	R\$ 1.552,00	R\$ 139.680,00
Amplificadores	90	R\$ 1.138,00	R\$ 102.420,00
Microfone supercardióide	180	R\$ 120,00	R\$ 21.600,00
Pedestal para Microfone	180	R\$ 51,00	R\$ 9.180,00
Microfone Lapela	180	R\$ 89,00	R\$ 16.020,00
Fone de Ouvido	180	R\$ 160,00	R\$ 28.800,00
Cabo XRL (macho) / XRL (fêmea)	360	R\$ 88,00	R\$ 31.680,00
Cabo RCA (macho) / P10 (macho)	360	R\$ 50,00	R\$ 18.000,00
Cabo P10 (macho) / P2 (macho)	90	R\$ 30,00	R\$ 2.700,00
Cabo P10 (fêmea) / P2 (macho)	90	R\$ 30,00	R\$ 2.700,00
Cabo P2 (macho) / P2 (fêmea)	90	R\$ 30,00	R\$ 2.700,00
Tripé para Câmera de Vídeo e Foto	90	R\$ 400,00	R\$ 36.000,00
Câmera Fotográfica Digital - 8.0 mega pixels, 512 MB de Memória Flash Removível, Baterias Recarregáveis, 7x zoom ótico, 3.2x zoom digital	90	R\$ 1.800,00	R\$ 162.000,00
Filmadora Mini-DV, 2 mega pixels 1ccd, 10x zoom ótico, 300x zoom digital	90	R\$ 1.995,00	R\$ 179.550,00
Mixer Simples VJ 4 canais	90	R\$ 1.500,00	R\$ 135.000,00
Placa de Captura de Vídeo, entradas s-vídeo, composite e saída de vídeo	180	R\$ 300,00	R\$ 54.000,00
Micro-Computador 2.8Ghz, 2 GB. de Memória RAM, 2 unidades de HD SATA 120 GB, placa de vídeo 3D com saída para 2 monitores, 4 portas USB 2.0, porta firewire, DVD-RW, CD-RW, placa de ethernet 10/100 Mbps, teclado, mouse, placa de som e caixas acústicas	180	R\$ 5.000,00	R\$ 900.000,00
Switch	90	R\$ 350,00	R\$ 31.500,00
Extensão	180	R\$ 50,00	R\$ 9.000,00
Estabilizador	360	R\$ 50,00	R\$ 18.000,00
Régua de Energia	270	R\$ 70,00	R\$ 18.900,00
Mesas	540	R\$ 200,00	R\$ 108.000,00
Cadeiras	540	R\$ 150,00	R\$ 81.000,00
Ventilador	360	R\$ 100,00	R\$ 36.000,00
Total (R\$)			R\$ 2.340.000,00

AUDITÓRIO			
Capital			
Ítem	Unidades	Valor Unitário	Total (R\$)
Micro-Computador	90	R\$ 2.000,00	R\$ 180.000,00
Projeter Multimídia	90	R\$ 6.000,00	R\$ 540.000,00
Telão	90	R\$ 500,00	R\$ 45.000,00
Estabilizador	90	R\$ 50,00	R\$ 4.500,00
Vídeo K7	90	R\$ 400,00	R\$ 36.000,00
Mesa	90	R\$ 250,00	R\$ 22.500,00
Cadeira	4680	R\$ 100,00	R\$ 468.000,00
Ventilador	270	R\$ 100,00	R\$ 27.000,00
Quadro Branco	90	R\$ 200,00	R\$ 18.000,00
Total (R\$)			R\$ 1.341.000,00

SALA DE LEITURA			
Capital			
Ítem	Unidades	Valor Unitário	Total (R\$)
Estante de Livros	180	R\$ 400,00	R\$ 72.000,00
Mesa Redonda	180	R\$ 400,00	R\$ 72.000,00
Cadeira	720	R\$ 200,00	R\$ 144.000,00
Total (R\$)			R\$ 288.000,00

OFICINA DE RÁDIO			
Capital			
Ítem	Unidades	Valor Unitário	Total (R\$)
Transmissor de FM 25 Watts	90	R\$ 2.800,00	R\$ 252.000,00
CD Duplo	90	R\$ 1.240,00	R\$ 111.600,00
Gravador Digital - Mini Disk	90	R\$ 960,00	R\$ 86.400,00
Total (R\$)			R\$ 450.000,00

LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS E / OU INFORMÁTICA			
Capital			
Ítem	Unidades	Valor Unitário	Total (R\$)
Recursos de Capital	90	R\$ 14.000,00	R\$ 1.260.000,00
Total (R\$)			R\$ 1.260.000,00

BOLSAS DO CNPq			
Custeio			
Bolsistas	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Total Anual (R\$)
Coordenador Geral do Projeto	1	R\$ 6.000,00	R\$ 72.000,00
Coordenador de Capacitação	2	R\$ 5.000,00	R\$ 120.000,00
Técnico de Capacitação	3	R\$ 4.100,00	R\$ 147.600,00
Técnico Especializado em Software	2	R\$ 2.500,00	R\$ 60.000,00
Técnico de Instrução Continuada	27	R\$ 3.000,00	R\$ 972.000,00
Técnico de Informática	27	R\$ 2.500,00	R\$ 810.000,00
Coordenador da Casa Brasil	90	R\$ 1.100,00	R\$ 1.188.000,00
Técnico de Estúdio Multimídia	90	R\$ 630,00	R\$ 680.400,00
Técnico de Laboratório	90	R\$ 630,00	R\$ 680.400,00
Coordenador de Telecentro	90	R\$ 630,00	R\$ 680.400,00
Monitor de Telecentro	90	R\$ 300,00	R\$ 324.000,00
Técnico da Unidade	90	R\$ 300,00	R\$ 324.000,00
Total (R\$)			R\$ 6.058.800,00

ATIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO			
Custeio			
Item	Unidades	Valor Unitário	Total (R\$)
Acompanhamento e avaliação do Projeto	90	R\$ 3.333,34	R\$ 300.000,00
Total (R\$)			R\$ 300.000,00

DIÁRIAS E PASSAGENS – TRABALHO DE CAMPO

Custeio			
Bolsistas	Quantidade	Valor Unitário	Total (R\$)
Técnico de Instrução Continuada – Diárias	3510	R\$ 85,00	R\$ 298.350,00
Técnico de Instrução Continuada – Passagens	324	R\$ 1.000,00	R\$ 324.000,00
Técnico de Informática – Diárias	3510	R\$ 85,00	R\$ 298.350,00
Técnico de Informática – Passagens	324	R\$ 1.000,00	R\$ 324.000,00
Total (R\$)			R\$ 1.244.700,00

CAPACITAÇÃO (BOLSISTAS LOCAIS)

Custeio			
Ítem	Quantidade	Valor Unitário	Total (R\$)
Aluguel do Espaço para Treinamento	5	R\$ 40.000,00	R\$ 200.000,00
Material Didático	1080	R\$ 111,00	R\$ 119.880,00
Serviços de Terceiros e Encargos	1	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00
Total (R\$)			R\$ 1.819.880,00

CAPACITAÇÃO – DIÁRIAS E PASSAGENS (BOLSISTAS LOCAIS)

Custeio				
Bolsistas	Quantidade	Passagem	Diária	Total (R\$)
Coordenador da Casa Brasil	90	R\$ 1.000,00	R\$ 1.125,00	R\$ 191.250,00
Coordenador de Telecentro	90	R\$ 1.000,00	R\$ 1.125,00	R\$ 191.250,00
Monitor de Telecentro	90	R\$ 1.000,00	R\$ 1.125,00	R\$ 191.250,00
Técnico de Unidade	90	R\$ 1.000,00	R\$ 1.125,00	R\$ 191.250,00
Técnico do Estúdio Multimídia	90	R\$ 1.000,00	R\$ 1.125,00	R\$ 191.250,00
Técnico de Laboratório	90	R\$ 1.000,00	R\$ 1.125,00	R\$ 191.250,00
Total (R\$)				R\$ 1.147.500,00

CAPACITAÇÃO (BOLSISTAS ESTADUAIS)			
Custeio			
Item	Quantidade	Valor Unitário	Total (R\$)
Aluguel do Espaço para Treinamento	1	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00
Material Didático	54	R\$ 100,00	R\$ 5.400,00
Serviços de Terceiros e Encargos	1	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Total (R\$)			R\$ 18.400,00

CAPACITAÇÃO - DIÁRIAS E PASSAGENS (BOLSISTAS ESTADUAIS)				
Custeio				
Bolsistas	Quantidade	Passagem	Diária	Total (R\$)
Técnico de Instrução Continuada	27	R\$ 1.000,00	R\$ 525,00	R\$ 41.175,00
Técnico de Informática	27	R\$ 1.000,00	R\$ 525,00	R\$ 41.175,00
Total (R\$)				R\$ 82.350,00

ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CASA BRASIL				
Custeio				
Item	Quantidade	Valor Unitário	Meses	Total (R\$)
Adequação do Espaço Físico	90	R\$ 20.000,00	1	R\$ 1.800.000,00
Manutenção da Casa Brasil	90	R\$ 2.000,00	12	R\$ 2.160.000,00
Total (R\$)				R\$ 3.960.000,00